

An aerial photograph of a town, likely Caruaru, with a prominent church and a map overlay. The map shows the town's layout and surrounding areas. The title and author information are overlaid on the top half of the image.

JOSUÉ EUZÉBIO FERREIRA

OCUPAÇÃO HUMAÑA DO AGRESTE PERNAMBUCANO

**uma abordagem antropológica
para a história de Caruaru**




EDITORA
OLYVER

2ª edição

OCUPAÇÃO HUMANA
DO AGRESTE
PERNAMBUCANO
uma abordagem antropológica
para a história de Caruaru

DIREÇÃO EDITORIAL: Maria Camila da Conceição
DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira / Jeamerson de Oliveira
DESIGNER DE CAPA: Jeamerson de Oliveira
DESENHO DA CAPA: Diógenes Fernando
FOTO DA CAPA: Caruaru em 1903 – FAFICA/CEPED
REVISÃO ORTOGRÁFICA: Gilvano Vasconcelos N. Pereira
REVISÃO 2ª EDIÇÃO: O autor; Edson Silva (UFPE); João Domingos Pinheiro Filho (PPGEcoH/UNEB).

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



Todos os livros publicados pela Editora Olyver estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

2019 Editora Olyver
Aldebaran | Tv. José Alfredo Marques, Loja 05
Antares, Maceió - AL, 57048-230
www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S212p

FERREIRA, Euzébio Josué

Ocupação humana do agreste pernambucano: uma abordagem antropológica para a história de Caruaru. (2ª edição revista) [recurso digital] / Josué Euzébio Ferreira. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

ISBN: 978-65-87192-80-2

Disponível em: <http://www.editoraolyver.org>

1. História – Pernambuco – (XVI – XIX). 2. História – Caruaru – (XVII – XIX). 3. História – Região Agreste – (XVII – XIX). I. Título.

CDD: 981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

JOSUÉ EUZÉBIO FERREIRA

OCUPAÇÃO HUMANA
DO AGRESTE
PERAMBUCANO
uma abordagem antropológica
para a história de Caruaru

2ª edição revista

Maceió-AL
2021


OLYVER

DIREÇÃO EDITORIAL

Maria Camila da Conceição COMITÊ CIENTÍFICO EDITORIAL

Prof. Dr. José Adelson Lopes Peixoto

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Edson Hely Silva

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Brasil)

Prof. Dr. Constantino José Bezerra de Melo

Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE-PE (Brasil)

Prof. Dr. Francisco Pereira Sousa

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a. Me. Francisca Maria Neta

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Ana Cristina de Lima Moreira

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Maceió – IMAS (Brasil)
Absoulute Chistymas University – ACU (Estados Unidos)

Prof^a Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Ferreira

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Laís da Costa Agra

Universidade Federal do Rio de Janeiro | UFRJ (Brasil)

Prof. Dr. Siloé Soares de Amorim

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

Prof^a Dr^a. Nara Salles

Universidade Federal de Pelotas | UFPel (Brasil)

Profª Drª. Urânia Auxiliadora Santos Maia de Oliveira

Universidade Federal da Bahia | UFBA (Brasil)

Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Universidade Federal de Sergipe | UFS (Brasil)

Profª Drª. Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

Universidade de Pernambuco | UPE (Brasil)

Profª Me. Deisiane da Silva Bezerra

Universidade Federal Rural de Pernambuco | UFRPE (Brasil)

Profª Drª. Iraci Nobre da Silva

Universidade Católica de Pernambuco | UNICAP (Brasil)

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Profª Me. Gisely Martins da Silva

Universidade Estadual de Alagoas | UNEAL (Brasil)

Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva

Universidade Federal de Pernambuco | UFPE (Brasil)

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde | AESA-CESA (Brasil)

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva

Universidade do Estado da Bahia | UNEB (Brasil)

Universidade Federal de São Carlos | UFSCar (Brasil)

Prof. Dr. Hélder Manuel Guerra Henriques

Professor da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do

Instituto Politécnico de Portalegre (Portugal)

Profª Drª. Maria Aparecida Santos e Campos

Doutorado em Actividad física y salud. Universidade de Jaen, UJAEN, (Espanha)

Prof. Dr. Diosnel Centurion, Ph.D

Universidad Católica Ntra. Sra. de la Asunción | Asunción (Paraguay)

Profª Drª. Marta Isabel Canese de Estigarribia

Universidad Nacional de Asunción, Escuela de Ciencias Sociales y

Políticas | Asunción (Paraguay)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
PREFÁCIO	18
1ª Edição	
Alder Júlio Ferreira Calado.....	18
Discutindo a colonização no Agreste a partir de Caruaru - 2ª Edição	
Edson Silva.....	21
PARTE INTRODUTÓRIA	27
O humano Pré-Histórico no Continente Americano.....	27
Pesquisas arqueológicas no Brasil.....	31
Pesquisas arqueológicas no Agreste.....	38
PRIMEIRA PARTE	43
1. Antecedentes históricos.....	43
2. Sobre os povos indígenas.....	49
2.1. Os povos indígenas no Agreste.....	57
SEGUNDA PARTE	62
1. Ocupação do interior.....	62
2. Os caminhos para o Sertão	65
2.1. O primeiro Roteiro.....	72
2.2. O segundo Roteiro.....	75
2.3. O terceiro Roteiro I.....	78
2.4. O terceiro Roteiro II.....	82
3. O regime de sesmarias	84
3.1. As cartas de concessão de sesmarias.....	88
TERCEIRA PARTE	98
1. Concessão de terras aos Rodrigues de Sá	98
1.1. Os Rodrigues de Sá.....	105
1.2. A fundação da Fazenda.....	107
2. História da Fazenda Caruaru	110

2.1. A primeira Capela de Caruaru.....	115
2.2. A história da Igreja Matriz.....	128
3. Caruaru, Vila.....	134
4. Caruaru, CIDADE.....	149
5. Caruaru no início da República.....	155
5.1. As primeiras eleições para Prefeito.....	156
QUARTA PARTE.....	161
1. As comunidades negras no Agreste.....	161
2. O nome de Caruaru.....	171
2.1. Questionamentos I.....	173
2.2. Questionamentos II.....	180
3. Ararobá e a Fazenda Caruaru.....	192
Referências bibliográficas.....	197

FOTO 01

Índigenas Xucuru, em Cimbres, Pesqueira - PE.
Foto sem identificação de autoria, possivelmente no
final do século XIX..... 61

Mapa I

Vista dos litorais brasileiro e africano e o relevo
submerso do Atlântico Sul..... 36

Mapa II

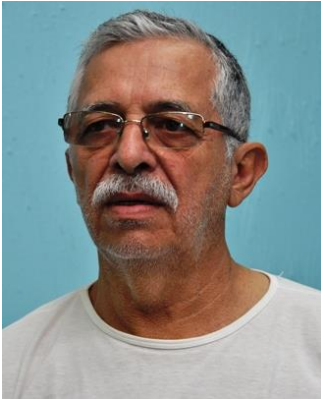
Carta elaborada pela Divisão de História do
Instituto de Ciências do Humano/UFPE em 1964.... 77

Mapa III

Carta elaborada pela Divisão de História do
Instituto de Ciências do Humano/UFPE..... 81

Mapa IV

Carta elaborada pela Divisão de História do
Instituto de Ciências do Humano/UFPE..... 84



Josué Euzébio Ferreira

Nasceu em 1946 no povoado de Ameixas, então Distrito de Limoeiro, atualmente pertencente a Cumaru. Em 1951 ainda criança mudou-se com a família para a zona rural de Caruaru, no Povoado do Juá, onde tirou o Registro de Nascimento, tornando-se caruaruense e vindo morar na cidade em 1966.

Mestre em História pela UFPE (1998), com concentração na Área: Pré-História e Arqueologia Brasileira, realizando pesquisas em sítios arqueológicos na região de Caruaru. Com Especialização em História do Brasil na FAFICA (1989); Bacharel e Licenciado em História pela USP (1979).

Iniciou a escolarização com a alfabetização e séries iniciais na Escola Mista (multisseriada) do Povoado do Juá. Fez o Curso Primário (5ª série) em 1966 no Grupo Escolar Prof. José Leão, em Caruaru. O Curso Ginásial entre 1967 a 1970 no Colégio Municipal Álvaro Lins, também em Caruaru. E em 1974 concluiu o então 2º Grau na Barra Funda, em São Paulo, Capital. E onde foi professor em escolas pública e particular em São Paulo, de 1978 a 1982.

Sócio Efetivo do Instituto Histórico de Caruaru/IHC, a partir de setembro/2009, eleito Presidente para o segundo mandato no biênio 2020/2021. Foi professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru/FAFICA entre fevereiro de 1983 e janeiro de 2014, onde lecionou História e Antropologia. Sendo

também Membro do Conselho Editorial da “Revista Interfaces de Saberes” e responsável pela Editoração da “Edições FAFICA”, até 2007. Coordenador e Orientador do Núcleo de Pesquisa, no Programa de Iniciação Científica, até 2007. Membro Orientador do Grupo de Pesquisa, Educação e Cidadania/GPEC, até 2007. Membro da Comissão Científica nos Encontros de Ensino, Pesquisa e Extensão, até 2007. Coordenador Pedagógico da FAFICA de 1986 a 1995. E Coordenador do Centro de Pesquisa e Documentação/CEPED, de 1995 a 2001.

Com vários artigos em revistas, prefácios e capítulo de livros, publicou algumas obras de 2007 a 2019, sobre a história de Caruaru e Região (em parceria e/ou individualmente). Foi ainda Coordenador do Patrimônio Cultural da Cidade de Caruaru, durante o primeiro semestre de 2009, continuando como colaborador e consultor voluntário. Foi Secretário da Comissão de Restauração da igreja de N. S. da Conceição, em 2007 (trabalho paralisado). Coordenador do Cadastro Cultural de Caruaru/FUNDARPE em 1988. Administrador da Casa da Cultura José Condé de 1985 a 1986.

Bastante conhecido por participações e promoções de atividades artístico-culturais, foi ator no filme “Faustão, o Cangaceiro do Rei” de Eduardo Coutinho, em 1971; Coordenador e ator no Projeto de Teatro para a periferia na cidade de Campinas/SP, através da Secretária da Cultura da Prefeitura daquela cidade, em 1978, quando durante o período atuando como ator foram montadas as peças “Incelença” de Luiz Marinho e “Brincadeiras de Circo” texto e direção das duas de Joacy de Castro, em 1978. Foi também ator na peça “O Contestado”, com texto e direção de Romário J. Borelli, encenada no Teatro Aplicado e no Teatro Célia Helena, em São Paulo Capital, em 1981.

Atuou no teatro amador como diretor na montagem com estudantes do Ensino Médio das peças “O Contestado” de Romário José Borelli, em 1981 e “Incelença” de Luiz Marinho em 1980, ambas em São Paulo. E foi Ator em “A árvore dos mamulengos” de Vital Santos em 1974, pelo GCT em Caruaru; “Ubu rei” de Alfred Jarry em 1973 pelo Jambaí Comédias, São Paulo, Capital; “A alma boa de Set-Suan” de Bertold Brecht, 1973 em São Paulo, Capital; “A trilogia do sexo” de Hamilton Saraiva em 1973 pelo Jambaí Comédias, São Paulo, Capital; “Tiradentes é isso aí...” de Hamilton Saraiva em 1972, pelo Jambaí Comédias, São Paulo, Capital; “O assalto” de José Vicente em 1971, pelo GCT em Caruaru; “Rua do lixo 24” de Vital Santos - de 1970 a 1971, pelo GCT em Caruaru e “Feira de Caruaru” de Vital Santos em 1970 (remontagem); “Tempestade em Água Benta” de José Cavalcante em 1970, pelo SESC em Caruaru; “Odorico, o bem-amado” de Dias Gomes em 1969, pelo TAC em Caruaru; “Coronel de Macambira” de Joaquim Cardoso em 1969, pelo TAC em Caruaru; “Feira de Caruaru” de Vital Santos de 1967 a 1968, (1ª montagem) pelo TEA em Caruaru; “A história de João Rico” de Gercino Lima e Volmey Leite em 1966, pelo SESC em Caruaru.

APRESENTAÇÃO

[...] o historiador nunca faz mais que interpretar, com a ajuda dos processos do seu tempo e certo número de fatos passados, de lembranças conscientes ou não, ... [**mesmo assim**] A obra do historiador consiste num trabalho de [**quase**] ficção, na medida em que, os mesmos fatos, vistos à luz de inteligências diversas e de épocas diferentes, ganham interpretações variadas e novos contornos (BATISTA NETO, 1976, p.11-12). (**Grifos nossos**).

O presente livro pretende, através da interpretação das fontes consultadas e, tornar público os resultados da nossa pesquisa sobre o povoamento no interior de Pernambuco, a partir do século XVI, focalizando o vale médio do rio Ipojuca e o início da história de Caruaru.

Uma das tarefas mais difíceis do ofício de historiador é a crítica dos testemunhos. (...) O grau de comprometimento do observador, a qualidade e a quantidade das informações de que dispõe sua maior ou menor capacidade de análise, a maneira pela qual se deixa empolgar por paixões e sentimentos refletem-se no seu depoimento. Um mero confronto das opiniões entre si não basta para esclarecer o que se passou. Não se trata de optar por esta versão e não aquela, porque esta nos parece mais lógica. É preciso utilizar outros tipos de documentos mais objetivos para poder julgar o grau de veracidade da informação testemunhal (COSTA, 1977, p. 243).

As motivações teórico-metodológicas são explicadas de forma indireta e, por si só carregadas de subjetividade pessoal. Assim a pesquisa, penso que as situações históricas devem ser consideradas a matéria-prima do historiador, mas não são os aspectos mais importantes no conteúdo da obra histórica.

O fato histórico tem a existência marcada a partir do momento em que é registrado de alguma forma, pelos personagens diretos ou por pessoas fora do seu tempo, em cuja versão pode apresentar alguns vícios. A mesma situação toma corpo diferente através do que o historiador possa inventar/criar (com sua escrita) sobre as ocorrências analisadas. Assim, todo escrito histórico traz em si o posicionamento pessoal do autor em relação aos fenômenos históricos descritos.

Nessa tarefa, torna-se muito forte o viés ideológico adotado por quem escreve, porque a forma de interrogar e de interpretar está diretamente vinculada à concepção de mundo e condiciona os resultados obtidos. Pela reinterpretação dos conhecimentos preexistentes, o resultado deve ser reconhecido como diferente do primeiro, na medida em que os objetivos estão baseados em novas inquietações.

Para começo de conversa, a nossa visão de mundo não é a História defensora do *status quo*, pois o conhecimento ampliado estará mais rico, também na mudança. Ao mesmo tempo acreditamos que a pesquisa histórica é a busca cuidadosa e exaustiva de novos eventos históricos ou então a possibilidade de revelar novos

aspectos de acontecimentos estudados, mas também é a busca crítica da documentação.

A história é reescrita não só porque procuram e acham novos documentos, como também porque a nossa formação filosófica, os nossos ideais e a nossa ideologia são diferentes daquelas das gerações anteriores e, por isso, formulamos questões novas (RODRIGUES, 1985, p.134).

Nesta pesquisa, houve uma preocupação em colocar em pauta o valor da nossa existência, dos Direitos Humanos nunca respeitados e ainda manter viva a esperança e a utopia, através da releitura das situações históricas, cuja versão está, de certa forma, cristalizada pela população e/ou pelos formadores de opinião. Às vezes as explicações foram e estão baseadas no “achismo” ou que “é assim que está no livro tal”.

As fontes pesquisadas foram semelhantes as também acessadas por outros historiadores. Portanto, estamos entregando ao leitor a nossa versão, para contribuir com os conhecimentos sobre a nossa história ou provocar debates e despertar interesses a respeito dos assuntos expostos.

Nessa perspectiva colocamos a segunda versão da *Ocupação Humana do Agreste Pernambucano: uma abordagem antropológica para a história da Caruaru*. Declaramos que foi opcional manter o Prefácio da 1ª edição, por considerá-lo coerente à medida que a essência permaneceu, mesmo com as modificações para esta versão. Como esta parte do livro tem o caráter de apresentação do conteúdo, será isso que o leitor ou a

leitora irá encontrar na sequência: uma sinopse de cada capítulo:

- **Parte Introdutória** - considerando que a palavra-chave para todo estudo é *ocupação de território*, partindo das teorias sobre a presença humana no continente americano desde a chamada Pré-História. O que dizem sobre as migrações e a chegada nas Américas. Em seguida, mostramos, resumidamente o que a Arqueologia tem conseguido com as pesquisas no Brasil, no Nordeste e no Agreste pernambucano. Assim, acreditamos está defendendo o princípio de que os primeiros a ocupar as terras atualmente formando o município de Caruaru, foram os chamados “primitivos” moradores.

- **A Primeira Parte** - está dividida em dois momentos: no primeiro apresentaremos as razões e o sentido da colonização portuguesa, a partir da chegada dos primeiros colonos e a ocupação no litoral pernambucano e as primeiras providências do Donatário. No segundo, discutiremos os estudos arqueológicos, sem necessariamente afirmar que os povos indígenas dos contatos, fossem descendentes diretos dos povos anteriores.

Evidenciamos mais do estranhamento sociocultural, dos conflitos, também mostrando que, há algum tempo, existem organização e movimentos de resistências, aos colonizadores, aos fazendeiros e dizer que as mobilizações continuam. Procuramos indicar que povos conhecidos habitam as terras do Agreste pernambucano,

sem termos a pretensão de apresentar a história dos povos indígenas na totalidade.

• **A Segunda Parte** - relatamos as discussões mais conhecidas a respeito do processo de povoamento em Pernambuco, do litoral ao interior; as características geográficas, marcadamente os vales dos rios determinando, até certo ponto, os antigos caminhos do gado, além dos roteiros entre o litoral aos colonos, a ocupação nas terras sertanejas. Sendo necessário discutir sobre o sistema de sesmarias e a distribuição de terras em concessões para materializar a colonização no Agreste da Capitania.

• **A Terceira Parte** - tratando do objeto principal desse trabalho: Caruaru. Os acontecimentos desde o momento da concessão de terras aos Rodrigues de Sá, quem e como era esta família, ocupando o vale médio do Ipojuca, a fundação da Fazenda Caruaru, a história e quais os aspectos que creditamos para o crescimento da Fazenda, a importância da Igreja Católica Romana nesse processo. Caruaru elevada a Vila e com a Câmara Municipal, a autonomia, e depois a Cidade. Chagamos ao final do século XIX com o advento da República, as eleições para os primeiros prefeitos e como Caruaru se preparava para o século XX.

• **A Quarta Parte** - Este capítulo teve um caráter complementar, por apresentar temas sobre a história de Caruaru, porém, vistos como um apêndice. Como: as comunidades negras no vale médio do rio Ipojuca e a contextualização histórica, desde a formação de quilombos em várias parte da Capitania; as controvérsias sobre o

significado da palavra Caruaru e finalizando com a questão, se Caruaru surgiu da Sesmaria do Ararobá, onde nossa análise procura desmistificar esta versão. Na sequência apresentamos as referências bibliográficas para este trabalho.

Caruaru, maio/2021
Josué Euzébio Ferreira

PREFÁCIO

1ª Edição

Saudamos com entusiasmo todas as contribuições que vêm associar-se ao esforço de reinterpretação crítica das fontes oficiais da historiografia regional. Não somente regional, aliás. Ainda que recente e embrionária, trata-se de uma empreitada que reclama o devido empenho de pesquisadores e pesquisadores contemporâneos, decididos a empreender uma leitura de nossa História, a partir da ótica dos vencidos.

Numa sociedade como a nossa, secularmente marcada por antagonismos de classes, torna-se vão pretender-se fazer justiça aos “de baixo” (índios, afrodescendentes, camponeses, operários ...), enquanto não formos capazes de restituir-lhes o direito de escreverem, com as próprias mãos e as de seus parceiros, sua trajetória histórica.

Escrita pelos segmentos dominantes e seus aliados, em vão pretenderíamos que tal historiografia correspondesse à perspectiva das classes populares. É nesse sentido que felicitamos o livro do professor Josué Euzébio Ferreira, cuja relevância gostaríamos de destacar, sob vários aspectos. O professor Josué propõe uma reinterpretação das fontes oficiais que inspiraram a historiografia de Caruaru e do Agreste pernambucano:

A história não pode ser inventada, mas reinterpretada. As fontes de pesquisa foram quase as mesmas a que outros historiadores tiveram acesso. Agora

entregamos ao leitor a nossa versão, com o intuito de ampliar o conhecimento sobre a nossa história ou suscitar e despertar interesses em outras pessoas a respeito do assunto.

Só a consideração de tal propósito significa um passo valioso para o adequado enfrentamento de uma questão crucial: a tendência a uma atitude reprodutivista da interpretação dominante, amplamente hegemônica, em prejuízo da perspectiva de outros protagonistas - os “de baixo”.

A este propósito, ao longo do livro de autoria do professor Josué, o leitor / a leitora vai encontrar reiteradas passagens enfocando distintos episódios protagonizados por Índios, por Negros, a partir de um olhar alternativo.

Ao eleger Caruaru como foco mais direto de seus estudos, ele trata de re-situar a trajetória histórica deste município, no contexto da evolução socioantropológica do Agreste pernambucano. Iniciativa que se revela fecunda, à medida que fornece preciosos subsídios para uma contextualização histórica de Caruaru, que não pode, nem deve, ser entendida de modo dissociado do que se produziu em muitas áreas do Agreste, até porque quem lida, por exemplo, com a temática “sesmaria” não tem como limitar-se à área de um único município ...

Mais: além de propor uma leitura contextualizada da história de Caruaru (e, por conseguinte, também do Agreste de Pernambuco), o autor logo assinala o caráter dessa leitura: quer exercitar um olhar antropológico, a partir do qual trata de fornecer dados significativos sobre

os traços de povos que, há milênios, têm marcado sua presença em nossa terra, o que ajuda, por exemplo, a superar uma visão ingênua da História do Brasil, segundo a qual o início de nossa História coincidiria com a chegada dos “descobridores” lusos. ...

Após essa fecunda incursão introdutória, o autor passa a abordar o processo de ocupação do interior de Pernambuco, e especialmente do Agreste e de Caruaru, sempre mostrando-se atento às inúmeras armadilhas que implica o trabalho de (re)interpretação feita com base em documentos oficiais. Não deixa de ser um terreno escorregadio, em relação ao qual o pesquisador precisa tomar suas precauções. Atitude que não faltou ao professor Josué: Clareza, concisão, objetividade, discernimento são algumas das virtudes observáveis neste trabalho.

A comunidade regional e especialmente a comunidade caruaruense deve ser felicitada, na pessoa do professor Josué, pela realização de um trabalho sério, que terá frutuosas ressonâncias, não apenas como valioso subsídio didático, a ser utilizado nas escolas públicas da região, como também como fonte de inspiração de novas pesquisas, a partir de novas questões suscitadas pela presente investigação.

Caruaru, dezembro de 2001.

Alder Júlio Ferreira Calado

PREFÁCIO

2ª Edição

Discutindo a colonização no Agreste a partir de Caruaru.

A 1ª edição desse livro foi publicada em 2001, entre os ecos das exaltadas festividades no início do terceiro milênio pelo calendário gregoriano (cristão) no Ocidente, e as comemorações oficiais ufanistas e despropositais pelos 500 anos do chamado “descobrimento” do Brasil.

E quando a ONU proclamou 2001 como o “Ano Internacional da Mobilização contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Todas as Formas de Intolerância”. Nesse contexto Josué Euzébio Ferreira discutiu as formas, os possíveis significados e os atores envolvidos na interiorização da expansão portuguesa em Pernambuco, com a colonização no Agreste, pensada a partir da região onde atualmente está localizado o Município de Caruaru.

Na abordagem o autor seguiu a perspectiva do chamado “mulato” (negro!) historiador cearense Capistrano de Abreu, muito conhecido pelo livro “Caminhos antigos e o povoamento do Brasil” (1930), embora equivocadamente citando a região de Caruaru como localizada na Bahia, ao revisar a História do Brasil. Confrontando, por exemplo, as afirmações do Frei Vicente de Salvador no livro “História do Brasil”, publicado em 1630, quando o religioso Franciscano escreveu que os portugueses estavam a “andar arranhando ao longo do mar feito caranguejos”. Uma crítica contundente a colonização por muito tempo estacionada no litoral, sem maiores

interesses na interiorização. E assim, posteriormente os abundantes investimentos nos estudos acerca da colonização na costa, com escassas pesquisas sobre o povoamento colonizador no interior, como bem evidenciado nesse livro por Josué Ferreira.

Situação exemplificada também no livro “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre, onde o autor enfatizou a Natureza, as matas, as paisagens da Zona da Mata. Em arroubos do regionalismo nas disputas com as elites sulistas, Freyre exaltou idilicamente uma região representada por cenários de muitas águas e gentes, num espaço “adocicado” pela riqueza do açúcar, mesmo com gosto de sangue pela cruel exploração do mandonismo de usineiros, desconsiderados por aquele autor. A análise de Gilberto Freyre foi contraposta no mesmo ano, pelo cearense Djacir Menezes quando publicou o pouco conhecido livro “O outro Nordeste”, apresentando o universo do interior, com as fazendas de gado, os vaqueiros, a pobreza, a seca, as relações entre os humanos e a Natureza. Evidenciando ainda as ações históricas das oligarquias.

Portanto, todo texto além de interagir como o contexto sócio-histórico quando foi elaborado e tornado público, dialoga com outros textos, autores, ideias, percepções, conceitos, abordagens. Dessa forma, o texto cria “raízes e asas”. E esse livro tem as raízes na região de Caruaru, onde Josué Euzébio tem residido em boa parte da vida, lugar que veio ainda nos primeiros anos da infância e sendo registrado caruaruense. E as “asas”, são as várias citações desse livro que corriqueiramente encontramos em diversos escritos, sejam também em livros, dissertações, teses, monografias de conclusão de cursos e em muitos artigos. Evidenciando a importância e pertinência das reflexões do autor. Um livro esgotado com várias

fotocópias circulando, a exemplo da que tenho em mãos e, assim, justificando por si só, há muito tempo a necessidade de publicação dessa segunda edição revista.

Nesse livro, Josué Euzébio buscou assinalar a presença humana no Agreste/Semiárido a partir das discussões sobre os vestígios do povoamento na América, relacionado com as suas próprias pesquisas realizadas em sítios arqueológicos no entorno de Caruaru, ressaltando a antiguidade de grupos humanos na região. Situando o período contemporâneo do início da colonização portuguesa em Pernambuco, Josué apresentou os vários povos indígenas citados no Agreste, na maioria das vezes “esquecidos”. E em seguida, a partir de uma bibliografia específica, evidenciou as discussões sobre os roteiros para colonização lusa no interior da então Capitania de Pernambuco. Quando nos caminhos forçados pelos interesses na interiorização após a doação das sesmarias de terras e os percursos das boiadas entre as fazendas no Sertão, os pousos e as feiras de gado, surgiram cidades como Caruaru, instaladas na rota para abastecer de carnes o litoral.

Nessa perspectiva, as origens da atual Caruaru foram situadas por Josué Euzébio no processo de concessão de terras a uma conhecida família de posses no Recife, para a criação de uma fazenda e uma capela onde, no entorno surgiu a povoação naquela região do Agreste. Estando no percurso dos bois tangidos para a costa, e com uma feira de gado, o lugar teve rápido crescimento, conquistando o *status* para a igreja matriz, sendo reconhecido como vila e depois cidade. Uma Caruaru surgida nas margens e atualmente cortada pelo intermitente rio Ipojuca, com as nascentes tão distantes na zona rural de Arcoverde, “na porta do Sertão”. O rio Ipojuca foi importante caminho na História da colonização

do Agreste. Mesmo agonizante por tamanha poluição, vez ou outra após uma grande invernada o Ipojuca acorda “furioso” com enchentes arrastando tudo, entre os desesperos e lamentos dos nocivos humanos, afirmando estar vivo.

Como acentuou Josué Euzébio, durante o Império Caruaru organizou a sua Câmara Municipal, tornando-se independente do vizinho Município de Bonito, elegeu vereadores em meios a litígios ocorrendo até o assassinato de um eleito. Em meio as disputas dos grupos políticos no Rio de Janeiro, nos conturbados anos políticos iniciais da República, com reflexos em todo o país, Caruaru teve as primeiras eleições para prefeitos anuladas, vereadores cassados e interventores nomeados para administrar o município. Em fins do Século XIX com a Estrada de Ferro e o telégrafo, Caruaru ampliou as conexões com o mundo, eram novos tempos superando a comunicação pelos antigos caminhos do gado. O autor apresentou informações e reflexões situando Caruaru nos processos históricos, possibilitando em muito compreender as situações vivenciadas na atualidade no município.

Com esse livro Josué Euzébio, contribuiu também com valiosas informações sobre a desconhecida e ainda pouco estudada presença negra no Agreste, quando indicou comunidades negras e possíveis quilombolas existentes no município de Caruaru, apresentando subsídios muito importantes para a realização de necessárias pesquisas acerca do tema. Por fim, Josué Ferreira discutiu com propriedade explicações consolidadas a partir de repetições, sobre as origens da palavra Caruaru. Elencando e dialogando com escritores, pesquisadores e intelectuais tratando do assunto, Josué pôs em dúvidas interpretações, questionou afirmações e problematizou assertivas atribuindo informações

equivocadas sobre a gênese do vocábulo. Sem, contudo, arvorar-se em uma definição, mas evidenciando o assunto como uma discussão indispensável para novas pesquisas, evocando a identificação consistente das fontes, e, assim, possibilitando coerências com as exposições dos significados atribuídos a expressão de nomação Caruaru.

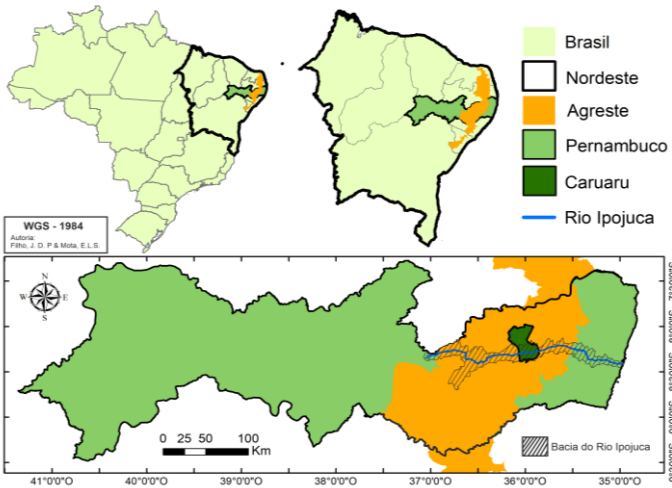
Além de conter mapas e imagens enriquecendo os conteúdos tratados, esse livro é passível de ser pensado metaforicamente como um porto, um ponto de chegada e de partida, ou uma estrada sempre na perspectiva do ir e vir. E a semelhança de uma estação, símbolo tão significativo no caminho mais rápido, relativamente seguro e prático outrora pelos trilhos entre o Agreste/Sertão e o Litoral, onde no trecho de uma música foi cantado: “São só dois lados da mesma viagem. O trem que chega é o mesmo trem da partida”.¹ Ou seja, pensando que as reflexões históricas são sempre um devir. E, o livro de Josué Euzébio vem sendo uma considerável e reconhecida contribuição para serem continuadas as discussões nos fluxos de novas pesquisas, estudos, abordagens nas reflexões acerca da colonização no Agreste/Semiárido pernambucano.

Olho d’Água dos Bredos
(Arcoverde/PE), 22* de março de 2021.

Edson Silva
Professor Titular de História – UFPE

1. Música “Encontros e despedidas”. Letra de Milton Nascimento e Fernando Brant. Cantada por Milton Nascimento no álbum homônimo, lançado em 1985.

*Escolhido pela ONU em 1993 como Dia Mundial da Água. Recurso primordial para a vida no Agreste/Semiárido, tão escasso nesse Ambiente. E como a cidade maltrata Rio Ipojuca, transformando-o em um esgoto fétido, a contaminar e muito os próprios munícipes.



PARTE

INTRODUTÓRIA

O humano pré-histórico no continente americano

As origens humanas atualmente são admitidas como sendo da África, pois os mais antigos fósseis esqueléticos do gênero *Homo*, terem sido encontrados naquele continente. Admite-se também que foi o *homo erectus* que migrou do continente africano e espalhou-se pela Europa, Ásia e Oceania. Após milhares de anos, esse humano desapareceu e os estudos de novos achados arqueológicos apresentam um humano com características modernas, idênticas aos humanos atuais, chamados de *homo sapiens*. Essa é, portanto, a espécie humana que migrou para a América.

Quanto à chegada desse ser humano ao nosso continente, até hoje não existe uma posição consensuada. Por isso as respostas em relação às possíveis rotas do humano pré-histórico para chegar à América e as datações obtidas até agora necessitam de consenso no meio da sociedade científica dos chamados Novo e do Velho Mundo. No entanto, temos algumas teorias de como o humano chegou ao continente americano, que são aceitas pela maior parte dos pesquisadores:

– **Pelo Estreito de Bering** - Esta teoria explica que, no final da última Glaciação, chamada pela nomenclatura europeia de Würn, justamente por conta desse fenômeno – Glaciação – houve uma retração das águas e,

conseqüentemente, um rebaixamento no nível dos oceanos, por causa da grande concentração de água nas geleiras que cobriam grande parte do planeta. Assim, supõe-se que naquela parte, entre a Ásia e a América, o nível das águas era tão baixo que foi possível aos animais atravessarem e o humano os seguiu.

Outra explicação seria que, no período da Glaciação, o frio foi tão intenso que formou uma “ponte” de gelo, ligando os dois continentes, por onde os animais e os homens atravessaram. Isso, segundo os defensores dessa teoria, só pode ter acontecido entre 26 e 20 mil anos AP - convenção internacional que significa *Antes do Presente*. Dessa forma, o humano asiático atingiu o território que hoje é o Alasca e, a partir dali, seguindo em direção ao sul, fugindo do gelo, após alguns milhares de anos, povoou todo continente americano.

Pelas ilhas da Polinésia - Essa teoria supõe que houve, além daquela, uma segunda leva migratória da Ásia para a América e o humano atravessou de forma lenta e contínua o Oceano Pacífico, usando os mais diversos tipos de navegação e “pulando” pelas centenas de ilhas existentes naquela parte central do mesmo oceano. Dessa forma, atingiu vários pontos da Mesoamérica e da América do Sul: Panamá, Equador, Peru e o Chile, para, a partir desses locais, povoar todo o continente. Essa migração se deu mais ou menos entre 4 e 2 mil anos AP.

Os humanos dessa segunda corrente migratória eram também descendentes dos povos asiáticos e, do ponto de vista étnico, bem mais caracterizados. Assim, não é por acaso que os nativos de toda a América do Sul apresentam, de forma bastante nítida, as características mongólicas.

Embora as teorias resumidas acima sejam aceitas pela maior parte dos centros de estudos pré-históricos do mundo, as divergências continuam até hoje e consistem em estabelecer se a espécie humana se espalhou pelo continente na época geológica atual, o Holoceno, ou na “Idade do Gelo”, o Pleistoceno.

Existem pesquisas arqueológicas no Brasil que apontam para a necessidade de uma reformulação das datas citadas, de modo a não ficarmos presos a um marco rígido de tempo cronológico ditado por tais teorias. Por aquela cronologia, a entrada do humano asiático na América não pode ser imaginada como ocorrida em tempo mais antigo do que 30.000 anos AP. Assim, o início da chamada Pré-História humana na América do Sul² tem como ponto de partida o período geológico do Holoceno, em torno de 11.000 mil anos, mais ou menos no final do último período glacial.

Diante de tais imposições, com base somente na primeira teoria, ficou estabelecido pelos cientistas norte-americanos que, por conta daquela data, não poderia o

². O termo *Pré-História* apesar de representar o caráter etnocêntrico - entende-se como sendo o período histórico dos povos que não usavam a escrita. Em relação à América e o Brasil, é todo o período antes da chegada dos colonizadores europeus.

humano atingir toda América do Sul em tempo não superior a 12.000 anos BP³. Dessa forma, qualquer achado arqueológico nessa parte do continente, não pode ser mais antigo que os 12.000 anos, data estabelecida a partir dos achados no Sítio Arqueológico de Clóvis, no Novo México, porque senão aquela teoria necessitaria de revisão. Isso impõe uma certa dificuldade aos pesquisadores sul-americanos para superar esse bloqueio “científico”. As datações obtidas a partir das novas descobertas arqueológicas, mesmo que estas sejam fruto de um trabalho criterioso, sob o ponto de vista técnico e metodológico, acompanhado de provas materiais e não somente baseadas em evidências ou suposições são mesmo assim colocadas em suspeição científica.

De qualquer forma, com a ampliação dos trabalhos arqueológicos, temos conseguido na América do Sul novas descobertas e novas datações que vão de encontro a essa imposição de alguns arqueólogos da América do Norte. No Chile, por exemplo, em pesquisas realizadas por uma equipe norte-americana, foram resgatados vestígios humanos com 12.500 anos; e isso é muito importante, porque, para o extremo sul da América, temos uma data mais antiga do que os achados no Sítio Arqueológico de Clóvis no Novo México, que é a *menina dos olhos* dos norte-americanos.

³. PB- **B**efore **P**resent, expressão usada mundialmente a partir de 1950. Embora seja esta nomenclatura mais atualizada, optamos por utilizar, neste trabalho, AP. Podendo aparecer o BP, se estivermos fazendo citações de terceiros.

As pesquisas arqueológicas no Brasil

As pesquisas arqueológicas no Brasil, embora com pouco incentivo financeiro, têm, nas últimas décadas, contribuído muito para a ampliação do conhecimento sobre a nossa Pré-História⁴. Ao contrário da nossa realidade, em muitos países os pesquisadores recebem maiores incentivos e recursos para as pesquisas científicas e têm, como consequência natural, estudos sistemáticos nesse campo de conhecimento.

Mesmo diante das dificuldades, no Brasil existem trabalhos arqueológicos em quase todas as regiões de reconhecida qualidade. Apresentaremos abaixo um resumo (até a data de publicação do presente livro) sobre os resultados das pesquisas de cada região que são considerados mais significativos, muito embora existam

4. Os arqueólogos têm trabalhado sem cessar no sentido de descobrir novas informações sobre a nossa Pré-História. Mas, diferentemente da História, tendo como fonte basicamente os documentos **escritos** e, hoje, bastante usada, também, a fonte **oral**, a Arqueologia tem ao alcance somente informações fragmentadas, verificadas, analisadas e interpretadas através dos vestígios deixados pelo humano - as **pinturas rupestres**: desenhos gráficos que são frutos de um possível mundo simbólico estranho aos nossos padrões culturais; a **cultura material**: que imaginamos ser o resultado do processo de adaptação do humano a uma determinada região e as estratégias de sobrevivência do grupo, que se materializou através de instrumentos, ferramentas e objetos feitos de pedras, de vegetais ou de barro, além de restos alimentares: “lixo” de comidas e coprólitos: fezes fossilizadas, humanas ou não. Assim, qualquer interpretação dada à Pré-História é também fragmentada e parcial. Se para a História é difícil, por conta do caráter subjetivo dos escritos, imagine-se para o período em que não havia por que, ou como registrar os acontecimentos de forma evidente para nós.

muitos outros trabalhos de menor monta, mas cujo valor atribuído é tão grande quanto aos demais, porque têm contribuído muito para a montagem do mosaico pré-histórico brasileiro até agora conhecido:

Na região Sul - existe há muitas décadas estudos realizados pela UFRS e por equipes do Instituto Achietano de Pesquisas, Unisinos de São Leopoldo - RS, que tinha a frente o professor Pedro Schimitz, com resultados que merecem destaques.

No Sudeste - no estado de São Paulo, no Paranapanema, a datação é em torno de 9.000 anos AP; em Minas Gerais, aonde as pesquisas vêm desde o século passado, em Lagoa Santa, temos vestígios de até 11.000 anos AP;

No Centro-Oeste - Chapada dos Guimarães, Serranópolis - GO, com 11.000 anos AP;

No Norte - na Amazônia, mais especificamente no estado do Pará, temos 12.000 anos AP, trabalho realizado por uma equipe norte-americana;

Região Nordeste - atualmente, a força gravitacional das pesquisas arqueológicas no Brasil está nesta região, por apresentar as descobertas mais impactantes, sob o ponto de vista das datas reveladas nos vestígios encontrados e pelo número de pesquisadores em atividade.

Podemos citar as pesquisas que provocaram maior impacto nos meios científicos:

- Na *Bahia*, os estudos da professora Maria da Conceição Beltrão, até agora, apresentaram material humano datado em 6.450 anos AP e ossos da fauna extinta, datado em 300.000 anos;

- No *Rio Grande do Norte*, os estudos da UFPE, coordenados pela professora Gabriela Martin, em esqueletos humanos, acusaram uma datação de 9.400 anos AP e foram encontrados objetos da cultura material associados;

- No sertão de *Pernambuco*, com a mesma Instituição e a mesma pesquisadora, no Vale do São Francisco, as datações dos achados alcançaram 8.400 anos AP.

- A professora Niède Guidon, com uma equipe de pesquisadores brasileiros (destaque para a professora. Anne-Marie Pessis) e europeus (destacamos o professor Fábio Parenti), têm realizado pesquisas na Serra da Capivara, nos municípios São Raimundo Nonato, Canto do Buriti, Coronel José Dias, São João do Piauí, no Piauí, desde o início dos anos 1970 e os seus achados e as datações importantíssimas para arqueologia sul-americana, e paradoxalmente têm levantado enormes divergências, especificamente pelos estudos arqueológicos norte-americanos.

- Com base em restos de uma fogueira, pelo método Radio-Carbônico (C-14)⁵ chegou-se a 48.000 anos

⁵. Este método de datação é aplicado para mensurar a idade de material orgânico – animal ou vegetal, partindo do princípio de que os elementos químicos encontrados em todo material orgânico se transformam com o passar do tempo. No caso, o Carbônio Radiativo – aquele de peso atômico 14 e por isso chamado de C-14 – acha-se presente na estrutura química de toda matéria viva e provém do processamento químico da alta atmosfera a partir da reação do nitrogênio (N), sob o influxo dos raios cósmicos. Com a morte, o organismo deixa de receber e acumular o C-14 e este, com o tempo, vai se transformando de novo em nitrogênio. Então, se um pedaço de

AP e, recentemente, restos esqueléticos humanos (dentes) dataram de 15.000 anos AP. Como explicar a existência de grupos humanos no interior do atual Piauí em uma data tão recuada dos nossos dias? De onde vieram e como chegaram até aquela parte do nosso sertão? É, na atualidade, o grande desafio para os pesquisadores em arqueologia pré-histórica.

Pelo que foi relatado até agora sobre a América do Sul, alguma coisa está precisando ser revisada. As teorias dos norte-americanos, impor um limite territorial e, por outro lado, as recentes pesquisas apontam novas perspectivas, por isso devemos lembrar que os defensores das antigas teorias que contestam as novas datas e acusam de inadequados os critérios dos pesquisadores sul-americanos é no mínimo esquisito.

E assim, para eles, os resultados não são confiáveis, principalmente aqueles de São Raimundo Nonato; enquanto que para aqueles responsáveis pelas novas descobertas, o que está faltando, na verdade, não é saber quem vencerá a disputa e, sim, que os teóricos norte-americanos tenham coragem para admitir que pode ter havido outras rotas migratórias, além das duas mais aceitas e apresentadas no ponto anterior, e/ou que comecem a acreditar na possibilidade de que as primeiras

osso ou de madeira apresentar muito C-14 significa que, o espécime em questão, morreu há pouco tempo e, se for o contrário, tiver pouco C-14, por muito tempo da sua morte. Este método pode alcançar até 70.000 anos, com uma margem de erro pequena. Em 1950 Willard Frank Libby (1908-1980) obteve a primeira datação radio-carbônica, na Universidade de Chicago. E recebendo em 1960 o prêmio Nobel de Química.

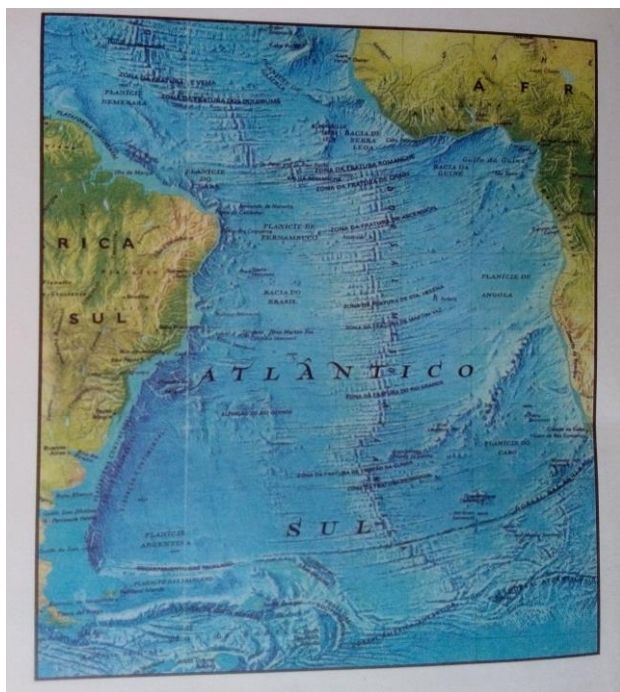
levas humanas possam ter entrado no continente americano - embora o caminho possa ser o mesmo, Estreito de Bering.

Pois, muito antes do que se pensava, no final da última Glaciação, houve no período geológico do Pleistoceno, condições também favoráveis à chegada do humano na América. Se o nível das águas dos oceanos estava mais baixo em, pelo menos, 150 metros (é o que diz os estudos sobre o impacto da última glaciação) em relação ao nível atual, por conta dos momentos agudos das glaciações, não será absurdo pensar que o humano pode ter utilizado outro caminho, para chegar à América.

Faltam provas, mas, teoricamente, é possível um roteiro, a partir da Austrália, para Nova Zelândia, para a Antártida e depois para o Sul da América. Outro caminho possível, para aquela mesma época glacial, seria navegando de ilha em ilha, já que hipoteticamente muitas estariam acima das águas do Oceano Atlântico (**vê mapa I**), e a partir da África alcançaria as terras brasileiras (Nordeste?), mas com o derretimento das geleiras as águas do Oceano voltaram a subir. Sim assim aconteceu, as possíveis provas estão debaixo d'água e, para dificultar mais ainda, a arqueologia aquática é extremamente dispendiosa e fora do alcance da maioria dos pesquisadores brasileiros.

Mapa I

Vista dos litorais brasileiro e africano e o relevo submerso no Atlântico Sul



Mapa Mundi da National Geographic (parcial).

Independentemente dessas divergências sobre quem detém o achado mais antigo das Américas e as questões relacionadas com as possibilidades de deslocamento humano na pré-história, não devem ser levadas em conta as fronteiras entre países ou continentes - critérios modernos de divisão administrativa - como podemos imaginar um limite de fronteiras a ser respeitado por aqueles homens livres e nômades? As próprias barreiras naturais - montanhas, rios, lagos e mares - não representaram bloqueios intransponíveis; poderiam

temporariamente interromper a viagem, mas logo o humano descobria uma maneira de vencer aquele obstáculo e sua caminhada prosseguia.

Sobre as correntes migratórias de grupos humanos vindos por terra pela América Central e que alcançaram o norte da América do Sul, tecnicamente, podemos indicar um possível caminho para se chegar ao território brasileiro. As características físicas do Noroeste da América do Sul apresentam pontos de passagem das encostas oeste dos Andes, viradas para o Pacífico, para as vertentes leste, que o humano pode ter utilizado.

Por exemplo: existem possibilidade de passagem entre o local das nascentes do rio Orinoco, na Venezuela, para o rio Branco, no Estado de Roraima; também existindo outros pontos nas imediações da atual Bolívia, que são bastante favoráveis à transposição para as nascentes dos rios, cujas drenagens vão no sentido leste e, a partir de onde, “alcançaram as duas grandes bacias hidrográficas da América do Sul, a amazônica e a platina” (MARTIN, 1997, p. 47).

Esta hipotética corrente migratória é defendida pelos pesquisadores e, com mais afinco, por aqueles acreditando na chegada do humano ao território brasileiro somente atravessando a América Central, vindo do Norte. Esse grupo humano seria responsável em grande parte pela dispersão do humano pela América Tropical, até atingir as regiões semiáridas do Nordeste brasileiro. No entanto, isso não anula outros caminhos possíveis.

As pesquisas arqueológicas no Agreste

A presença de grupos humanos na região do Agreste pernambucano, no período pré-histórico, pode ser explicada pelas dispersões daqueles grupos citados no item anterior – se dos grupos mais antigos ou dos mais recentes não sabemos ainda – que ocupavam o território brasileiro em outros lugares e, movidos por questões climáticas e adaptativas, precisaram se deslocar em busca de um ambiente onde pudessem encontrar condições favoráveis à sobrevivência.

Supõe-se que o humano chegou à região do atual Piauí em torno dos 40.000 anos atrás, e que o Nordeste, naquele momento, passava por um período úmido e favorável à vida e à sobrevivência de grupos humanos. Tempos depois, há mais ou menos 18.000 anos AP, iniciaram uma nova dispersão para a região do Vale do São Francisco e, através dos seus afluentes - como o Pajeú e o Moxotó -, alcançaram as nascentes das bacias do Capibaribe e do Ipojuca e, descendo aqueles vales, chegam à região Agreste de Pernambuco e da Paraíba.

Em relação às pesquisas arqueológicas no Agreste do Nordeste brasileiro, podemos resumir, através daquelas mais significativas, sob o ponto de vista dos resultados e por sua intensidade numérica, sendo necessário acrescentar que esse nosso trabalho teve como base os resultados dos estudos ainda do século XX, e atualmente sabemos que muitas informações poderiam ser incluídas e aumentadas, no entanto, nosso objetivo foi pontuar a pesquisa que realizamos.

Dividimos por estado e região:

- Paraíba - um levantamento de campo possibilitou o cadastramento de 49 sítios arqueológicos com pinturas rupestres, entre a cidade de Campina Grande e no vale do rio Paraíba em direção das Serras dos Cariris Velhos, que em grande parte dão os contornos da divisão dos dois estados, existindo ainda outros trabalhos e levantamentos a Nordeste da mesma cidade, além das importantes gravuras Itaquatiara na Pedra do Ingá, ao Sul;
- Pernambuco - em relação aos estudos realizados ou em andamento, infelizmente deixando de lado inúmeras pesquisas em vários municípios nesse estado, vamos resumir aqueles que consideramos importantes para os propósitos desta parte do nosso trabalho:
 - ◆ Nas décadas de 1960 e de 1970, no município de Bom Jardim e vizinhanças, o professor A. Laroche catalogou vários sítios com pinturas rupestres e realizou escavações em alguns, revelando material cuja datação foi de 8.400 anos AP.
 - ◆ Na década de 1980, a Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, através do seu Núcleo de Estudos Arqueológicos - NEA organizou uma grande equipe com arqueólogos e estudantes na pós-graduação sob a orientação da professora Gabriela Martin Ávila, e, a partir daquela data, tem realizado uma série de levantamentos de sítios arqueológicos no Agreste. E em muitos deles realizou escavações para resgatar materiais arqueológicos - vestígios - a

ser analisados e datados. Essas pesquisas foram realizadas: em Venturosa, no Sítio Peri-Peri, com datação de 2.030 anos AP, e no Sítio Pedra do Tubarão, com bastante material, mas sem datação; em Taquaritinga do Norte, vestígios materiais e pinturas rupestres, sem datação. Em Buíque, o Sítio Alcobaça, tem apresentado um grande potencial arqueológico e as datações estão em torno de 2.000 anos AP. Mas, as escavações continuam e os novos achados foram enviados para datação, com expectativas que sejam vestígios humanos muito mais antigos.

- ◆ A partir de 1984, a professora Jeannette Lima, pela UNICAP realizou escavações no Sítio Furna do Estrago, em Brejo da Madre de Deus (sítio-cemitério) e teve como resultados a exumação de 83 esqueletos humanos com enfeites funerários como colares, contas, pulseiras - inclusive uma flauta, feita de um osso - e objetos como esteiras confeccionadas com a palha de Buriti, cordas de caroá, fragmentos de cerâmica etc.

Alguns exemplares desse material arqueológico podem ser vistos no Museu da Cidade de Brejo da Madre de Deus, mantido graças a abnegação de Dulce Pinto (Dulce faleceu e o Museu está abandonado pelas autoridades), embora precariamente continue em atividade. A maioria dos vestígios estão sob os “cuidados” de Universidade Católica e inúmeros foram enviados para o

Laboratório no Rio de Janeiro e vários ficaram por lá. Em relação à datação, foi conseguida 2.600 AP.

- ◆ Em 1995, com a finalidade de ampliar os estudos no Agreste, como estudante no então Mestrado em História na UFPE, apresentei o projeto tendo como área de concentração dos estudos da Pré-História e da Arqueologia no espaço da Serra de Cachorro, em terras do Brejo da Madre de Deus.

Escolhemos como objeto central do estudo o lado “Nordeste” daquela Serra onde existem quatro (4) abrigos sob rocha em uma área de mais ou menos 250 m² que chamamos de Abrigos do Neto (em homenagem ao professor João Neto, que nos guiou até o local).

Realizamos um levantamento do entorno (perto e distante) que confirmou e assinalamos novos sítios arqueológicos, além dos quatro, Pedra de Caboclo (Brejo); Cacimba Cercada, Caldeirão, Serra da Melancia, Malhada de Lagoa Queimada, Gafeira - Zumba (Caruaru); Matumbos (Toritama); Serra do Cruzeiro (Povoado do Pará – Santa Cruz); Sítio do Urubu e Serra do Retiro (São Caitano), e registramos na Dissertação de Mestrado que existiam muitas notícias de sítios nos municípios de Altinho, Bezerros, Cupira, Gravatá, Panelas.

Além disso, fizemos uma prospecção (escavação) no Abrigo do Neto II, recolhemos nessa pequena escavação (1m² por 0.80 de profundidade) fragmentos de carvão, pequenos ossos (provavelmente de quelônios),

líticos, alguns com sinais da ação humana e sedimentos. Mas, não foi realizada a datação desse material.

A conclusão principal deste trabalho foi a constatação que, como evidenciado pela tendência geral, houve uma intensa ocupação de grupos humanos pré-históricos no Agreste pernambucano e assim, foi possível apresentar à comunidade acadêmica e ao público em geral, um pouco da história dos grupos humanos que, em época bem remota, habitaram as terras no município de Caruaru e cidades vizinhas. Além do indicativo da potencialidade arqueológica pelo número de sítios cadastrados. (FERREIRA, 1998).

PRIMEIRA PARTE

1. Antecedentes históricos

O objetivo deste tópico é citar e descrever situações históricas indicando como se processou o povoamento da Capitania de Pernambuco a partir da colonização portuguesa no litoral nordestino. Segundo Fernando Novaes (1977), a colonização pode ser compreendida por um conjunto de relações entre as metrópoles e as respectivas colônias, relações conhecidas como o Antigo Sistema Colonial. Essas colônias exerciam o papel de sustentáculos do *capitalismo comercial*,⁶ a retaguarda econômica à acumulação de capitais nos países europeus, cujos excedentes de capitais - inclusive os lucros - foram aplicados em novas tecnologias, forjando assim o mundo industrial no transcorrer dos séculos XVII e XVIII.

A colonização portuguesa iniciou com a exploração da costa brasileira, através de expedições, estratégia utilizada pelo Governo Português a fim de que ficasse informado a respeito dos recursos disponíveis a explorar. Por isso a ocupação do litoral ocorreu conforme determinava o processo colonial da época (ANDRADE, 1994, p.18).

⁶. Para Fernando Novaes, esse termo designa um estágio do capitalismo onde os lucros se processavam na circulação das mercadorias e não no âmbito da produção destas.

Relatos dos navegadores informaram que D. Manoel, provavelmente depois de ter recebido a carta/relato de Pero Vaz de Caminha, organizou mais uma expedição de três navios partindo de Lisboa, em maio de 1501, “para explorar mais detalhadamente o território” (BUENO, 1998, p.120), que havia sido “descoberto” por Pedro Álvares Cabral um ano antes.

As narrativas desse autor são instigantes a respeito da presença de Américo Vespúcio nessa nova expedição, percorrendo durante dez meses, praticamente toda a extensão do litoral brasileiro - do Rio Grande do Norte até a Argentina. Este mesmo historiador afirmou que “um mar de dúvidas e acusações em torno de Américo Vespúcio, um dos exploradores mais polêmico da história” (BUENO, 1998, p.122).

Ainda, segundo o autor, foi a partir dos relatos de Vespúcio, que se observou a imensidão das terras, a ausência de minério e de produtos comerciais, embora não tenha citado o pau-brasil, que se explica o período chamado pré-colonial na História do Brasil. Na sequência sabemos que a extração do pau-brasil, foi o prenúncio da devastação predatória das florestas nativas. Para o apresentado pelo pesquisador gaúcho, existe indicação documental comprobatória.

Mas, a expedição que estabeleceu um marco importante para o povoamento de Pernambuco entre 1516 e 1519, foi comandada por Cristóvão Jacques que fundou a primeira feitoria em terra firme, por trás da Ilha de Itamaracá, na foz do rio Igarassu, perto de rio Santa Cruz, lugar atualmente conhecido como Sítio dos Marcos

(MELO, 1985, p.16). Existe outras notícias que este navegador também construiu outra feitoria no Cabo de Santo Agostinho.

Feitoria é o nome para as primeiras construções que poderiam ser apenas de barro e paliçadas. Mesmo descritas como construções singelas, eram construídas em locais abrigados e de posição estratégica favorável porque, além de servir como ponto de apoio aos navios, também se caracterizavam como fortificações para defesa a possíveis ataques externos e/ou internos. (MENEZES, 1986, p. 22). Existiam preocupações sobre as incursões dos franceses, enquanto piratas ou corsários, no litoral nordestino participantes diretamente na exploração das riquezas do Novo Mundo, uma vez que o Tratado de Tordesilhas limitava esse direito somente a Espanha e Portugal. Décadas depois a presença francesa no Nordeste foi intensa e preocupante, mas destacamos o papel da família dos donatários portugueses em Pernambuco nessa disputa, fundamental à manutenção dos domínios do império português.

O Cabo de Santo Agostinho foi sempre considerado um ponto estratégico e, por isso, os portugueses, em 1630, construíram dois fortes naquela região: o Forte de São Francisco, no lado Norte do povoado, na Praia de Gaibú; e o Forte de Nossa Senhora de Nazaré, no extremo Sul do Cabo. Ambos para defender o povoado e a foz dos rios Suape e Ipojuca e não permitir acesso ao interior da Capitania pelo canal entre a ponta de Santo Agostinho e os arrecifes existentes bem em frente (MENEZES, 1986, p.106).

O povoamento mais permanente em Pernambuco, na parte litorânea, começou com a doação da Capitania Hereditária ao fidalgo português Duarte Coelho Pereira, por meio da Carta de Doação de 10 de março de 1534, assinada por D. João III, Rei de Portugal, com a Carta de Foral. Esta regulava os direitos e os deveres que cada Capitão-Donatário. Duarte Coelho organizou uma frota, às suas custas, trazendo a mulher Dona Brites de Albuquerque, os filhos, o cunhado D. Jerônimo de Albuquerque, mais parentes e outras famílias. “Em 09 de março de 1535, fundeu a armada no porto de Itamaracá” (GALVÃO, 1908, p. 305).

Desembarcou na foz do rio Igarassu, onde havia uma feitoria simples, provavelmente aquela construída por Cristóvão Jacques na segunda década daquele século, no Sítio dos Marcos, que passou a ser citado como ponto dos limites com a Capitania de Itamaracá, localizada no lado Norte de Pernambuco. Duarte Coelho permaneceu no local por alguns meses, quando então determinou a construção de moradias a cerca de uma légua rio adentro, a chamada de “Vila dos Santos Cosmos”, atualmente cidade de Igarassu. Ficando a administração daquele lugar Afonso Gonçalves, vindo na expedição, enquanto o donatário foi em direção ao Sul, e iniciou a povoação de Olinda.

Decidindo que o local seria a sede da Capitania, onde fixou residência e exerceu os poderes outorgados pela Carta de Doação e pelo Foral, no sentido de povoar as terras. Concedeu amplas sesmarias àquelas pessoas com condições financeiras para cultivá-las por conta própria,

não deixando de ajudar e estimular a vinda de pessoas do Reino.⁷

Comprovando o propósito do donatário em povoar e explorar a Capitania, no início de 1536 surgiu o primeiro engenho em Pernambuco fundado por Jerônimo de Albuquerque, irmão da esposa do Donatário. Segundo Moura (1998, p.33), esse engenho ficava bem próximo à Vila de Olinda e chamava-se Nossa Senhora da Ajuda, depois conhecido por Engenho Velho.

De acordo com o mesmo autor, em 1542, Pernambuco conseguiu que a indústria de açúcar se tornasse permanente, pois foram construídas mais 19 unidades de engenhos tipo banguê:⁸ Casa Forte, Monteiro, Apipucos, São Braz, Nossa Senhora do Rosário, São Cosme, Madalena, Torre, Cordeiro, São Tomé, Santo Antônio, Engenho do Meio, São João, São Francisco, Camaragibe, Curado, São Paulo, Jiquiá e Tejipió. Quase todos nas proximidades dos rios cortando os atuais municípios da Região Metropolitana da Capital pernambucana. Facilitando o transporte do açúcar nas

7. Nesse início da história da Capitania de Pernambuco, em carta dirigida ao Rei de Portugal em 15 de abril de 1549, informava Duarte Coelho: “Entre todos os moradores e povoadores uns fazem engenhos d’açúcar, que são poderosos para isso; outros, canaviais; e outros algodoais, e outros mantimentos, que é a principal e mais necessária coisa da terra; (...) e os mando buscar a Portugal e a Galiza e às Canárias, às minhas custas, e alguns que os vêm a fazer engenhos os trazem.” (COSTA, Anais Pernambucanos - vol. I, p. 261).

8. Banguê: nome de uma padiola de cipós trançados, para conduzir, além de outras coisas, o bagaço da moenda para a bagaceira. E, provavelmente por isso, nomeando também os engenhos de açúcar do sistema antigo, pelo nome: “engenhos de banguês”.

barcas para o porto de exportação, anos depois sendo construído, onde atualmente é Marco Zero no Recife.

Toda essa expansão ocorreu ainda no século XVI, antes da fatídica União Ibérica. É importante notar que a sede da Capitania de Duarte Coelho ficava bem na divisa da Capitania de Itamaracá, tendo como donatário Pero Lopes e Pernambuco na prática estendia-se até a Foz do Rio São Francisco. A partir das dificuldades de Pero Lopes em administrar sua Capitania, os pernambucanos expendem os domínios em direção ao Litoral Norte, assim como, as terras das regiões agrestes e sertanejas, nos atuais estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Porém, somente com a extinção da Capitania de Itamaracá em 1760, foi que parte de Itamaracá – todo o Norte do atual Estado – foi incorporada por Pernambuco. Os herdeiros de Duarte Coelho perderam o direito sobre a Capitania de Pernambuco em 1716 passando esta, em nível administrativo, para o domínio real.

2. Sobre os povos indígenas

A célebre Carta de Caminha faz referência ao caráter amistoso do encontro entre os ‘descobridores’ e os índios. Poucas décadas depois, difundiu-se nova versão dos nativos agora violentos, vorazes bárbaros. O que teria acontecido? (CALADO, 1982, p.02)

A história do nosso povo:

É uma história triste.

É uma história de sofrimento.

É uma história de dominação.

É uma história que todo o mundo tem que ter vergonha dela.

É uma história que o Governo tem que ter vergonha dela.

É uma história que as Missões têm que ter vergonha dela.

Por isso, é uma história que o branco sempre escondeu.

A vida do branco é dividida.

Nesse jeito de vida, tem gente que domina e tem gente que é dominada.

Tem o branco rico e tem o branco pobre.

Nesse sistema, o rico é o dominador, o pobre é o dominado.

O branco pobre não pode contar a história dele.

O negro não pode contar a história dele.

O índio não pode contar a história dele.

A história da nossa dor é muito comprida.

Estamos sentindo ela, desde que o branco chegou aqui.

No nosso sistema de vida, a gente era livre.

No nosso sistema de vida, a gente era dono de nossa terra!

(PAULA, 1984, p. 11/15).

A partir dos (des)encontros entre ameríndios e europeus e da posterior época colonial em escala mundial, os europeus descobriram na América povos com outras formas de vida política, econômica e sociocultural. Provocando discussões nos setores eclesiásticos, de um lado os humanistas e utópicos de outro, onde os debates implicavam em uma revisão das antigas concepções sobre o mundo, nas quais predominava a ideia da revelação divina.

Alguns livros didáticos apresentam questões surreal e até hilárias, sobre os povos encontrados. Surgiram discussões que versavam sobre questões como: se possuíam ou não almas, se levavam ou não uma vida natural, moral e feliz, se tinham ou não leis e governo. Tudo isso não passava de reflexo das preocupações teórico-filosóficas em torno da própria situação que a Europa estava atravessando desde o Renascimento Cultural até o Iluminismo. Pouco ou nada importavam, aos teóricos europeus, a vida e as condições reais de existência dos ameríndios, menos ainda suas expressões socioculturais (AZCONA, 1992, p.16).

Se os homens “iluminados” não demonstravam sensibilidade para compreender esses povos, menos se podia esperar daqueles que se dedicavam apenas à navegação e longe estavam de tarefas mais intelectualizadas. Por isso os portugueses, quando chegaram ao Brasil, não entenderam a vida e a sociedade indígena, como pode ser comprovado através das cartas e dos relatos retratando a nova terra e os habitantes. Esses escritos evidenciam a total ignorância dos portugueses

sobre aquela gente, como no trecho da carta de Pero Vaz de Caminha: “... deduzo que é gente bestial e de pouco saber e por isso tão esquivada...” (ARROYO, 1971, p.55

A interpretação dos europeus, a respeito dos moradores nativos no continente, criou uma visão distorcida sobre o chamado Novo Mundo. Principalmente, sobre esses nativos,

Convém ressaltar que os índios não eram um todo homogêneo, como quiseram demonstrar os europeus, denominando assim todos aqueles que se encontravam na América, na época da ‘descoberta’. Os indígenas não se constituíram numa unidade, ao contrário, eram várias nações diferentes umas das outras, tanto no seu aspecto físico, quanto na sua vida econômica, política, social e cultural (PIRES,1990, p.29).

A população indígena no Brasil pode ser apresentada, antes de 1500, de forma simplificada: eram em torno de 5 milhões, formando 900 povos. Na atualidade (primeira década do século XXI), com a depopulação provocada pelos invasores, foram contabilizados em cerca de 320 mil, com 180 povos, falando 120 línguas diferentes.

Quando Cabral desembarcou na Bahia, a língua (Tupi) se estendia por cerca de 4.000 quilômetros da costa, do norte do Ceará ao sul de São Paulo, em Iguape. O jeito diferente de falar determinava os cinco maiores dialetos da língua tupi: *tupinambás*, *tupiniquins*, *caetés*, *potiguares e tamoios*. A mais falada era o Tupinambás, por isso era usado como

sinônimo de tupi. (...) Do mesmo modo, é errado dizer que os índios falavam tupi-guarani. O Tupi-guarani é parte de uma família linguística, não um idioma. (...) As brechas existentes, nesse imenso litoral e nessa diversidade idiomática, eram os chamados *tapuia* (que na língua tupi, quer dizer escravo), pertencente a outro tronco linguístico (Macro - Jê). (Revista Super Interessante, ano 12, nº. 12, dezembro de 1989, p.82).

José de Anchieta (1534-1595), quando chegou ao Brasil em 1553, aos 19 anos começou a desenvolver a primeira gramática da língua da terra: *Arte de Grammatica de lingoa Mais Vsada na Costa do Brasil*, com a primeira edição em 1560. Escrito que passou a ser leitura obrigatória entre os jovens padres jesuítas que trabalhavam na catequese. Em 1595 foi impresso em forma de livro e com ele nascia o tupi escrito, que Anchieta usou para compor mais de oitenta poemas sacros e peças de teatro. (Revista Op. Cit., p. 83).

Os portugueses, professando e defendendo a Fé Católica Romana em uma Europa em mudanças religiosas, procuraram converter ao catolicismo os “selvagens” na Colônia. Para isso, os primeiros missionários Jesuítas sentiram a necessidade de estudar línguas nativas se instrumentalizando para a catequese, com a estratégia de se fazer próximo socioculturalmente. Vejamos o tipo de perguntas e respostas usada na catequese dos indígenas:

Enfimo de Deos como creador de tudo.	<i>Wrobwi mo nhinho mono duninbolj wohôye.</i>
Pergunta: Quem he que fez o Ceo, a terra, & as mais criaturas?	Pergunta. <i>andè Cunne dunínholi aránquè, Radda, idedeho wohôye?</i>
Resposta: He Deos	<i>Respost.andelinhúnho</i>
P. Para quem Deos fez tudo isto?	P. hamâplède cunne?
R. Para nós.	R. do quemâplèa.

NANTES, Fr. Bernardo de. **Katecismo indico da lingva Kariri** (acrescentado de várias praticas doutrinaes, & Moraes, adaptadas ao gênio, & capacidade dos Indios do Brasil). Lisboa: Officina de Valentim da Costa, M.DCCIX. (p. 13).

Não sabemos o método utilizado pelo missionário para organizar as palavras da Língua Kariri. Quais as referências que tinha, a não ser a convivência? O formato de apresentar o conteúdo na obra foi por meio de duas colunas. Mostramos na tabela acima idêntica apresentação das páginas. Consideramos que somente, o conteúdo evidencia o sentido e a preocupação do ensinamento dos missionários.

Na História do Brasil existem registros que desde o século XVI as missões religiosas apresentavam-se como defensoras dos gentios, para que os colonos não os tornassem escravizados. Essa atitude de setores da Igreja Católica Romana, sempre foi vista com bons olhos pela versão histórica oficial. No entanto, há muitos relatos sobre várias ordens religiosas com os índios empregados para os trabalhos nas missões, em regime análogo a escravidão. Diversos padres aprenderam bastante sobre as

expressões socioculturais dos índios, mas não contribuíram muito a cultivar tudo isso.

Pelo contrário, os ensinamentos cristãos colaboraram em muito para apagar o passado, as expressões socioculturais e religiões e até mesmo as línguas. A catequese desrespeitava os indígenas e assim colaborou para o desaparecimento de muitos povos nesse continente. Não discutimos todos os aspectos desse processo, mas, pelo menos, devemos ter o cuidado de não repetir que a Igreja Católica Romana foi a protetora e/ou a tutora imaculada dos índios.

Por outro lado, a historiografia indica que se tornou comum a comunicação entre os primeiros portugueses e os nativos através da *língua brasílica*, como era chamada genericamente a língua indígena no Brasil, criada pelos missionários Jesuítas. Somente se falava o português entre os reinóis ou nas escolas com os missionários, porém, estes optavam mais pelo Latim. Os índios falantes do Tupi foram atingidos por doenças e guerras, muitos morreram. Para uma ideia da dimensão desses impactos, no início do século XVII, a língua Tupi não existia nas cidades mais importantes da época, como o Rio de Janeiro, Olinda e Salvador.

Em 1998, os únicos remanescentes dos tupis no nosso litoral, são: 1.500 *tupiniquins* do Espírito Santo e 4.000 *potiguares* do norte da Paraíba que dez anos antes, eram 6.120 membros e todos desconhecem a própria língua. Atualmente, só falam o português.

Isso não impede de registrarmos algumas atitudes corajosas e isoladas de membros da Igreja Romana, embora não tivessem mudado os rumos e o destino dos nativos, mas por terem sido iniciativas de homens ligados à Igreja Romana, são significativas. Por exemplo, o Pe. Antônio Vieira denunciou os desmandos de muitos colonizadores em carta ao Rei D. João V:

(...) injustiças e tiranias que se têm executado nos naturais desta terra, excedem muito às que se fizeram na África. Em espaço de quarenta anos se mataram e se destruíram por esta costa e sertões mais de dois milhões de índios e mais de quinhentas povoações como grandes cidades: disto nunca se viu castigo (...). Carta datada de 20 de abril de 1657.

No lugar onde o índio esboçava resistência, as autoridades transformavam essas questões em caso de polícia. Em Pernambuco, por exemplo, o governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro determinou que

Em 19 de fevereiro de 1700, que os missionários que partissem para o sertão, fossem acompanhados de tropas, a fim de evitar a insolência dos bárbaros e os perigos a que se expunham os mesmos missionários. (COSTA, 1952, vol. II, p.79).

A forma de dominação foi tão perversa que os índios, com o transcorrer do tempo, buscaram, como forma de resistência, transformar o modo de vida, as

expressões socioculturais na convivência com os colonos. As mudanças são exemplificadas por meio das danças, que continuam sendo praticadas e cultuadas como símbolos das origens e da identidade indígena, frente ao processo de colonização por mais de cinco séculos. Apesar da dominação colonial, ter criado a cultura do medo, os índios continuam unidos pelas convicções de que necessário se mobilizar para afirmar a identidade e os direitos, sobretudo aos territórios habitados, convicções fundamentadas nas origens étnicas comum e na necessidade de recuperação das terras como garantia de continuidade desses povos.

Estas mobilizações têm sido muito importantes em vários sentidos: contra os preconceitos, leis e normas constitucionais, violências coloniais e, principalmente, pela negação à vida e a história dos povos indígenas.

Os índios na nossa região têm se mobilizado, durante todos esses séculos, enfrentando portugueses, holandeses e franceses (de ontem e de hoje), a exemplo dos Potiguara*, dos Pankararu*, dos Atikum*, dos Karapotó*, dos Kambiwá*, dos Kapinawá*, dos Xukuru-Kariri*, dos Caeté**, dos Paratió**, dos Fulni-ô,^(A) etc. Citando apenas alguns povos habitando uma pequena faixa no litoral, do Agreste e Sertão, entre os estados de Alagoas, Pernambuco e Paraíba.

(*) São grupos não falantes da língua original; usam o português, com pouquíssimas exceções. Só recentemente o ensino das línguas nativas foi oficialmente reconhecido. Existem muitos professores e professoras com

conhecimento das línguas nativas lecionando aos jovens nos territórios indígenas, com grandes esperanças neste sentido.

(**) São povos não mais citados em estudos atuais;

(A) habitam em Águas Belas/PE. No território indígena, existe uma escola que ensina a língua indígena Fulni-ô: o *Yatê*.

2.1. Os povos indígenas no Agreste

Os Xucuru (atualmente os Xukuru do Ororubá e os Xukuru de Cimbres), de acordo com os registros históricos, habitaram principalmente nas imediações da Vila de Cimbres, atual município de Pesqueira. E consideram aquela localidade como pertencente aos seus domínios, embora as mobilizações pela demarcação das terras, ocorrida em 2001, tenha sido muito sangrenta.

O antigo território Xukuru compreendia terras de vários municípios do Agreste. Além de Pesqueira e Poção, em Belo Jardim existe o povoado Xucuru e no município de Caruaru existe também um povoado com o nome de Xicuru (no 4º. Distrito). Esses nomes, a nosso ver, não representam simples coincidências, mas indícios que parte desse povo indígena habitou também no atual município de Caruaru.

Os Xukuru-Kariri, habitantes principalmente em Alagoas (Palmeira dos Índios) em 1.520 pessoas, de acordo com os dados de 1989, e não falando mais a língua original (JECUPÉ, 1998, p.109). Sendo do mesmo trono Macro - Jê, foram formados por famílias Kariri vindas das

margens do rio São Francisco e famílias Xukuru migrantes da Serra do Ororubá (Cimbres, Pesqueira).

A história do povo indígena habitante na Serra do Ororubá (Cimbres) está em muito vinculada ao povoamento dos colonizadores portugueses nessa região. Em 1698, os fazendeiros no Agreste, ocuparam as terras “excruciando e matando, entre outros gentios, os Xucurus e os Paratió” (WILSON, 1980, p. 29). Segundo o mesmo autor, mais de um século depois, em 1824, índios do Ararobá foram massacrados sob o pretexto de roubos e assassinatos praticados pelos indígenas contra os brancos (WILSON, 1980, p. 34).

Nessa disputa secular, o crime com maior repercussão foi o assassinato do líder Francisco de Assis Araújo – o *Cacique Chicão* – em 20 de maio de 1998, na cidade de Pesqueira. Embora seja notório naquela cidade e na região que os fazendeiros foram os responsáveis por mais esse crime, ninguém foi punido. Além da falta de empenho e interesse das autoridades, os mandantes e os pistoleiros contam com a lei do silêncio imposta à população (Diário de Pernambuco, 16.10.1999 – Caderno C, pág. 7).

Segundo Galvão (1927, vol.4, p.186), habitavam as vizinhanças das serras em Cimbres uns índios chamados Paratiós. No entanto, não encontramos informações sobre esse povo no livro do próprio Galvão, nem no último levantamento sobre os povos indígenas, realizado pelo Projeto Arapoty da Fundação Pirenópolis em São Paulo (JECUPÉ, 1998, p.103-109).

Foram citados nomes dos povos indígenas Karapotó e Shocó (ou Xokó) habitantes nas terras do atual município de Caruaru, onde existe o povoado Carapotós, sede do 2º Distrito. De acordo com informações na publicação da Revista *Aconteceu* (1984, p.371) e Jecupé (1998 p.105), em 1994 foram contabilizadas 1.050 pessoas, habitantes em São Sebastião, no estado de Alagoas. Os Kariri-Xokó, em 1990 eram 1.500 pessoas habitantes nas proximidades de Porto Real do Colégio, as margens do Rio São Francisco, também em Alagoas.

Além dos povos citados, habitam o Vale do Ipanema, os Kapinawá, os Carnijó e (atuais Fulni-ô). O primeiro com 2.304 indígenas no município de Buíque/PE, vivendo da agricultura e o artesanato em palha, no aldeamento Mina Grande de 12.260 hectares e invadido por 124 famílias de posseiros; sobre os outros dois povos, não conseguimos informações confiáveis.

Este assunto, por ser muito complexo, não pode ser considerado como concluído. Muitas pesquisas serão necessárias para discutir com maior precisão sobre a história dos povos indígenas, cujas trajetórias e mudanças foram muitas no transcorrer desses mais 500 anos de desmando e colonização no nosso país.

A narrativa deste livro foi mantida quase a mesma da primeira edição. Nossa pesquisa foi anterior a 2001. Depois dessa data, houve novas interpretações sobre os povos indígenas na Região, superando em várias questões pela maneira de abordagem e de entendimento deste autor.

Para concluir a primeira parte deste livro e, em específico, homenageando aos povos indígenas em geral,

reproduzimos abaixo um documento retratando muito bem os sentimentos dos indígenas acerca da chegada dos europeus, pelo tratamento dos invasores e, principalmente, por acreditarem os indígenas na necessidade de manter viva muita coragem para continuarem resistindo e alimentando a esperança de eliminar a má vontade política e as intolerâncias coloniais sobre as diferenças socioculturais representadas pelos povos indígenas.

Declaração solene dos povos indígenas do mundo

Nós, povos indígenas do mundo, unidos em uma grande assembleia de homens sábios, declaramos a todas as nações:

quando a terra-mãe era o nosso alimento,

quando a noite escura formava o nosso teto,

quando o céu e a lua eram nossos pais,

quando todos éramos irmãos e irmãs,

quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes,

quando a justiça dirigia a lei e sua execução;

aí outras civilizações chegaram!

Com fome de sangue, de ouro, de terra e de todas as riquezas, trazendo em uma mão a cruz e na outra a espada, sem conhecer ou querer aprender os costumes de nossos povos, nos classificaram

abaixo dos animais, roubaram nossas terras e nos levaram para longe dela, transformando em escravos os filhos do sol.

Entretanto, não puderam nos eliminar, nem nos fazer esquecer o que somos,

porque somos de uma ascendência milenar e somos milhões.

*Mesmo que nosso universo inteiro seja destruído,
NÓS VIVEREMOS por mais tempo que o império da morte!*

(Documento da Assembleia Geral do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, Port. Alberni, 1975)⁹

FOTO 01

Indígenas Xukuru, em Cimbres, Pesqueira - PE.

Foto sem identificação de autoria,
possivelmente no final do século XIX.



Destaques: a presença de um “branco” de chapéu, paletó e gravata;
um senhor com farda militar provavelmente, da Guerra do Paraguai.

⁹. Rubim S. Leão de Aquino [et al]. **Os primeiros brasileiros**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

SEGUNDA PARTE

1. A ocupação no interior

Antes, porém, de discutirmos a ocupação efetiva no Agreste de Pernambuco pelos colonizadores, necessitamos lembrar que a maioria da população na Capitania concentrava-se em núcleos urbanos no litoral e proximidades. Não por acaso, nesses locais eram próximos aos rios atravessando os engenhos, onde a vida social, econômica e religiosa se resumia à casa grande, à senzala, à capela em meio aos plantios da cana-de-açúcar, na chamada Zona da Mata.

Para uma ideia da importância dos portos para a vida econômica na colônia, em 1591 o serviço de navegação entre a colônia e a metrópole era realizado por 80 a 100 navios anuais, que, nos carregamentos de retorno, levavam grande quantidade de açúcar e pau-brasil se comparados com outros produtos coloniais e com outros portos. (COSTA, 1952, vol. II, p. 05).

Além das questões econômicas havia o interesse e a necessidade de povoar o interior. Em Pernambuco ocorreram Entradas e Bandeiras. Porém, pouquíssimas vezes utilizadas, à medida que as atenções estavam na produção do açúcar e, em seguida a unificação da Península Ibérica desencadeou uma crise, a partir da invasão holandesa, e isso impediu durante muito tempo o processo de distribuição de terras através de sesmarias.

Depois da expulsão dos batavos em 1654, o processo de expansão para o Agreste e Sertão, recomeçou e se acelerou com o fim da guerra contra o Quilombo dos Palmares.

Na primeira parte, apresentamos como a distribuição de terras em regime de sesmarias se restringiu as proximidades de Olinda. Na segunda metade do século XVII, os administradores se surpreenderam com a chegada de petições de várias outras pessoas solicitando terras. De acordo com as fontes consultadas, existem aspectos diferentes exigindo explicações complementares e interpretações diversas sobre o povoamento no interior de Pernambuco.

Entre as informações, as mais contraditórias, em nossa pesquisa, foram as do historiador cearense Capistrano de Abreu quando para explicar a ação dos colonos pernambucanos no sentido de ocupação do interior, afirmou: “na segunda metade do século XVIII, não se penetrava do Recife além de Bezerras, a quinze léguas para o interior; o que ficava além entendia-se como Bahia” (ABREU, 1975, p. 29).

O autor se referiu ao final do século XVIII, quando havia sido distribuídas terras desde o atual estado de Alagoas até a Capitania de Itamaracá, sendo todas em uma faixa não muito distante do litoral. Poucas terras em direção ao Agreste. Mas, as datas dessas doações são anteriores ao período citado pelo historiador, evidenciando que Capistrano não observou estes detalhes. Na sequência, temos uma espécie de sinopses sobre algumas obras com discursões e controvérsias acerca das dificuldades de ocupação de terras no Sertão.

A historiadora Idalina Pires (1990, p. 31) considerou as guerras contra os índios Cariris o maior empecilho à expansão da pecuária no ‘hinterland’ do Nordeste. Várias foram os povos, isolados ou aliados a outros, guerreando contra o avanço dos colonizadores, não somente em Pernambuco. Porém, em relação a presença de gado no Brasil, a mesma autora (1990, p. 46), afirmou que o mais antigo registro sobre gado bovino nas terras brasileiras data de 1534, quando D. Ana Pimentel, esposa de Martim Afonso de Sousa, solicitou a vinda de rezes para a Capitania de São Vicente.

Da sede daquela Capitania, o gado espalhou-se para outras regiões, principalmente Santa Catarina. Em relação a Pernambuco evocando o Foral de Olinda, em 1537, existem notícias de nomes como: “Várzea das Vacas” ou então ‘Curral das Vacas”. Indicando que havia rebanhos desde essa época na Capitania. Com notícias ainda de que o Governador Geral Tomé de Souza, em 1550, recebeu gado para aumentar seu rebanho na Bahia, do que havia trazido de Pernambuco antes.

Segundo Nelson Sodré (1973, p. 88), a pecuária nordestina pode ser compreendida em três fases distintas: a primeira, observada nas décadas iniciais da colonização e tendo como característica básica a criação na *plantation*, sendo o senhor de engenho também proprietário das reses; a segunda etapa, caracterizada pela exigência de mais terras para o cultivo da cana de açúcar, determinando que a criação fosse para as vizinhanças do engenho. Embora, permaneciam interdependentes. Mas, definido os limites entre as duas atividades: a agricultura e a pecuária; na

terceira fase, a pecuária perdeu mais espaço e assim toma o caminho do sertão.

2. Os caminhos para o Sertão

As ligações entre o sertão pastoril e o litoral agrícola tornaram-se periódicas. Configurando-se a partir dessa terceira fase, o surgimento das feiras de gado e, por conta da distância, a abertura dos caminhos e criação dos currais necessários para a transferência das reses entre os dois pontos.

Segundo Pereira da Costa, as incursões baianas pelo sertão do São Francisco tinham um caráter oficial, através das Entradas, para cumprir ordens do governo português (então tinha objetivos diferentes), embora tenham contribuído realmente para o povoamento nos sertões nordestinos.¹⁰

Contrariando a interpretação de Capistrano de Abreu, o pesquisador Barbosa Lima Sobrinho, escreveu que os primeiros donatários souberam aproveitar com sabedoria as vantagens da posição geográfica de Pernambuco, privilegiado se comparado com a parte mais meridional da Colônia, pois em relação ao Velho Mundo e, com competência e obstinação, enfrentaram as adversidades do início da colonização. Principalmente pelas ataques vindos do além-mar, conseguindo com isso

¹⁰. A Bahia, como sede do Governo Geral, organizou expedições às terras do sertão pelo rio São Francisco, não por ter um espírito mais empreendedor que os demais colonos, mas porque precisava atender às ordens expressas do governo português, conforme o Regimento de 1548. (COSTA, 1951, v. I, p. 60).

firmar de maneira sólida os domínios que se estendiam, a partir da sede, em direção ao Sul da Colônia, e depois para o Norte.

Da mesma forma, encontramos protestos e argumentos, embora sejam com maior sutileza, em José Antônio Gonsalves de Mello, na monografia: “Três roteiros de penetração do território pernambucano (1738 e 1802)”. Vários tópicos desse texto evidenciam os equívocos de Capistrano de Abreu, cuja crítica, sobre as incoerências do cearense, foi reforçada por Barbosa Lima Sobrinho. Uma das questões importante foi a pergunta porque o historiador cearense colocou Bezerros como um limite. O cearense desconhecia a geografia e não percebeu que a localidade Bezerros em Pernambuco estava localizada no Planalto da Borborema e no vale Médio do rio Ipojuca e não era considerado Bahia. Outra questão questionando as afirmações de Capistrano foi que até a década de 1920, o cearense continuava procurando mapas indicando um roteiro sobre a interiorização dos pernambucanos.

Concordando com a visão de Barbosa Lima sobre as potencialidades e o papel de Pernambuco no processo colonial, acrescentamos alguns aspectos para reforçar as palavras dele: as características físicas e o relevo no litoral do Nordeste explicam, de certo modo, a vulnerabilidade para ataques externos com vários pontos onde barcos de pequeno e médio calado chegariam em terra com facilidade; sob o ponto de vista da navegação, as construções de portos trouxeram facilidades para o

comércio com o exterior, justificado também pela posição geográfica, bastante estratégica em relação a Europa.

Em uma carta Aníbal Falcão, expressou que o motivo primeiro de os pernambucanos permanecerem no litoral e na Zona da Mata era “defender suas posições no litoral”.¹¹ O que intrigava a Aníbal era não entender de onde vinha o sentimento de tanta hostilidade dele em relação a Pernambuco. Por isso, como Capitania bem-sucedida e administrativamente organizada, não somente se defendia como também defendia os vizinhos, consolidando assim, o domínio luso no Nordeste inteiro. Combatendo e expulsando os franceses e, posteriormente,

¹¹. Trecho de uma carta de 15 de outubro de 1899, enviada de Paris por Aníbal Falcão para o historiador cearense Capistrano de Abreu, após tomar conhecimento do artigo pelo Jornal do Comércio: “... Na dita publicação os pernambucanos são acusados de não haverem completado o reconhecimento de suas terras. O fato é incontroversível, mas a inculpação imerecida. Sobretudo quando se enaltecem os méritos dos paulistas... Os pernambucanos não esculdriharam o país em cuja orla marítima elegeram sua habitação, por muitos motivos dos quais descobriste um: a inavegabilidade dos rios (salvo - e ainda assim! - o São Francisco) pelos quais deveriam subir ao Sertão. Os outros motivos - muito mais importantes - podem resumir-se no seguinte: eles tinham coisas mais importantes a fazer, que era, após se terem estabelecido em pontos que lhes pareciam favoráveis, e depois de haverem perlustrado o litoral vizinho, defender as suas posições. (...) Tudo eles da Europa transportaram às regiões vizinhas do Igaráçu (grafia antiga), e defenderam-no com heroísmo. (...) Que fizeram os teus paulistas? (...) não os guiava o primeiro impulso dum brasileiro espontâneo: a cobiça devastou-lhes (sic) terras cujos incolos eles exterminaram pelo arcabuz ou pelo cativoiro. (...) Capistrano de Abreu, historiador do Brasil, carece de justiça e de verdade. (...) Não haverá nisso resquícios da ingratidão dos cearenses para conosco? ([Aníbal, parece se referir que o Ceará foi administrado por Olinda até 1799]).

os holandeses. A guerra contra os franceses, por exemplo, se estendeu para a Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, até a região amazônica, com a fundação de Belém. Tendo os pernambucanos um papel preponderante para manter unificado o território brasileiro naquela região. Feitos que não foram considerados como importantes por Capistrano de Abreu.

Para se estabelecer uma nova forma de analisar esse processo de interiorização, faz-se necessário tratar um pouco da administração dos Donatários da Capitania de Pernambuco, a título de informações e, ao mesmo tempo, para demonstrar que os acontecimentos históricos internos influenciaram, de certa forma, as atitudes das autoridades da Capitania.

Ao analisar as ocorrências, observamos pouca ingerência da autoridade portuguesa sobre o que os pernambucanos deviam fazer primeiro para administrar a Capitania de forma produtiva. Deixar Pernambuco de início a “deriva” isso pode ter sido a motivação maior para os colonizadores pernambucanos carregarem certa mágoa, mas também, possibilitou um sentimento de maior autonomia. Se a prioridade era produzir açúcar, isso era realizado com grande empenho e competência, não sendo Pernambuco uma Capitania problema para a Metrópole, por isso considerada um sucesso financeiro.

Duarte Coelho de Albuquerque, sucedendo o pai Duarte Coelho, quando este foi tratar em Portugal. “Unido a seu irmão Jorge de Albuquerque, em 1560, empreende a exploração e conquista do rio São Francisco. Nesta jornada restaura algumas pequenas povoações situadas à

sua margem, em cujo número figura a do Penedo” (COSTA, 1951, p. 60). Quanto aos impulsos expansionistas dos donatários de Pernambuco, consta na própria obra de Abreu (1975, p. 29) que, em 1630, havia os donatários distribuído todas as terras entre Igarassu até a foz do rio São Francisco. Inclusive, elevando Penedo à categoria de vila nessa mesma época.

Com base nessas determinações para administrar a Capitania, afirmamos que a tendência de Duarte Coelho e sucessores era ocupar e povoar o Sul da Capitania. Outro aspecto fundamentando essa tendência foi a fundação de oito engenhos nas proximidades do Cabo de Santo Agostinho pelo colono João Pais, no final do século XVI e início do XVII. Fato importantíssimo para a economia da Capitania, demonstrando também a potencialidade de investimentos na produção açucareira, visto que para montar um engenho de açúcar empregava-se uma grande soma de capital.

Por outro lado, Portugal passou também por um processo difícil, no transcorrer do final do século XVI e início do XVII, principalmente durante o domínio espanhol, o chamado Período Filipino.¹² A invasão holandesa desestruturou a produção de açúcar na colônia,

¹². Nome para o período histórico, quando a Península Ibérica ficou sob o domínio da Espanha, e esta, se aproveitando da crise sucessória em Portugal, com a morte de D. Sebastião e não deixando herdeiro. Assim, Felipe II ampliou os domínios dos Habsburgo, anexando o reino português pela linha sucessória. Tornando-se um dos mais poderosos monarcas europeus de então. No entanto, empreendeu uma política expansionista desastrosa na Europa com reflexos no mundo colonial, principalmente, no Brasil.

por um determinado período, e isso atrapalhou a administração da Capitania, que ficou desorganizada por um tempo relativamente longo. Mas, por outro lado, empurrou muitos colonos para o interior, principalmente aqueles não cooptados e não aceitando ser submetidos aos batavos. Com a expulsão destes possivelmente as vinculações dos que se afastaram do litoral, de maneira meio espontânea, pelo isolamento criaram um sentimento mais independente em relação a Portugal.

No processo de reorganização, os pernambucanos, visando à resistência aos holandeses, criaram várias situações de ocupação para o interior com situações comprovando a presença de colonos portugueses no século XVII, nas colinas próximas da escarpa oriental da Borborema, na Serra das Russas. Como comprovado no momento da distribuição de terras, naquela direção.

A ocupação do Monte das Tabocas como reduto das tropas pernambucanas e a famosa batalha de 1645 contra os holandeses devem ser entendidas como acontecimentos planejados pelos colonos portugueses e não como um momento de desespero ou de debandada das tropas de outras batalhas. A presença dos colonos, nessa parte do “sertão” da Capitania,¹³ não pode ter sido somente durante os combates com os holandeses, quando os luso-brasileiros estiveram no atual município de Vitória de Santo Antão.

¹³. A ideia de “sertão” era a distância de Olinda e Recife, bem como pelas dificuldades de penetração até aquelas plagas, não como uma classificação também pelas características climáticas e da vegetação.

Para concluir essa parte, polêmica, sobre as afirmações dos autores citados, recorreremos as palavras de Nelson Barbalho, para responder de forma definitiva e contundente ao historiador Capistrano de Abreu, sem ofender a Capitania de Todos os Santos, leia-se Bahia:

[...] Não foram os baianos que povoaram, criaram e instalaram a Vila do Penedo - e sim pernambucanos. Não foram baianos que opuseram resistência durante quase um quarto de século e afinal venceram os holandeses - e sim pernambucanos, ... que desbravaram já em 1662, com a subida de missionários oratorianos pelo caminho das boiadas via-Capibaribe, até atingir as serra do Ararobá, e em seguida, em pleno sertão, se tornaram os primeiros capitães-mores e juízes ordinários das povoações sertanejas, todas essas autoridades eram da Capitania de Pernambuco, nomeadas pelo governo e, todas prestavam contas dos seus serviços, não em Salvador, na Bahia, mas sim a Olinda. (BARBALHO, 1983, vol. 7, p.168).

Com base no documento/relatório: “Ideias da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexas”, datado de 1774, para contribuir nas ações do governo do Capitão José César de Menezes, foram apresentadas informações minuciosas sobre Pernambuco, bastantes para comprovar a presença dos colonos pernambucanos na chamada “planície sertaneja”, ocupada por fazendas de gado.

O primeiro caminho conhecido na época e constantemente utilizado pelos pernambucanos, para

alcançar os sertões era pela foz do rio São Francisco. O mais seguro e o mais comum antes da abertura das estradas. No entanto, após a chegada dos holandeses (1630), essa viagem de barco tornou-se perigosa e, assim, os líderes do movimento da Insurreição Pernambucana abriram um caminho alternativo garantindo comunicar-se com o extremo Sul da Capitania – estendendo-se até a foz do rio São Francisco - passando, em alguns locais, relativamente longe do mar, e com importância fundamental durante a guerra contra os holandeses.

Logo depois da expulsão dos invasores (1654) essa estrada passou a ser usada pelos pernambucanos, para o transporte do gado vindo dos sertões do São Francisco para a praça de Olinda e depois do Recife, embora o caminho pelo mar tenha sido retomado para outras finalidades.

2.1. O primeiro Roteiro

O Caminho do Litoral - Mata, é o mais antigo por terra para o São Francisco que, com o aumento demográfico e a demanda de produtos nas praças de Olinda, evidenciava a existência de uma ocupação mais densa entre 1636 e 1640, no Sul da Capitania.¹⁴ Tarefa

¹⁴ . Naquela direção, “encontravam-se diversos engenhos como Engenho Velho, do Cabo, Garapú, a da povoação de S. Miguel, do Ipojuca, o engenho Siribó de Baixo, o engenho Nossa Senhora da Palma, a Vila de Sirinhaém, a povoação de Santo Amaro, o engenho do Rio Formoso, a povoação de São Gonçalo, a igreja de Santo Antônio, a igreja de S. Sebastião, a povoação de Porto Calvo, o engenho Novo do Camuri, o engenho S. João e a povoação de Alagoas

difícil e até duvidosa, à medida que neste período toda extensão desse roteiro, havia pernambucanos, mas também mestiços de holandeses (por processo de convivência em 24 anos). Aquele roteiro ficava na maior extensão nas terras, no atual estado de Alagoas, mas este roteiro ficou no conflito e, por isso mesmo, território perigoso.

Como estratégia os pernambucanos improvisaram um caminho às vezes, distante do litoral para evitar os encontros com patrulhas holandesas. Depois esta parte tornou-se povoada nas terras atualmente pertencentes a Pernambuco. O governo interino do bispo D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, depois de um estudo organizou uma nova maneira de favorecer a vindo do gado do vale do São Francisco. Mandando reabrir o caminho Sul em 1802, passando a ser conhecido, depois da reforma, como a *Estrada Real do Recife ao São Francisco*.

Os documentos não se referem a cidade de Olinda, embora fosse a capital de Pernambuco. Como explicação é possível que mesmo como vila depois da saída dos holandeses, o governo de Pernambuco ocupava mais os prédios de um lugar com características de uma cidade, cuja ocupação urbana era mais favorável, enquanto Olinda demorou muito para se restaurar. Recife somente passou a categoria de cidade em 1823, embora há muitos anos, tudo que era realizado para Pernambuco era gestado no Recife. Independentemente dessas questões, se intensificou o transporte do gado do vale do São Francisco até

do Sul. (...) Setenta por cento do percurso era no território atual de Alagoas e 30% em Pernambuco” (LIMA SOBRINHO, 1978, p. 20).

Pernambuco, baseado no itinerário antigo conhecido desde 1640.

Aquele caminho “para percorrer todo seu percurso eram necessárias noventa horas de viagem” (LIMA, 1995, p.19), contava no percurso com 13 rios, cuja travessia era realizada de várias maneiras. Uns através de pontes improvisadas (não há explicação de como eram construídas); noutros, utilizando jangadas ou barcos (não encontramos explicação a respeito), com os tangerinos (montadores, tangedores) em cima e os animais nadando. E o texto consultado consta a passagem a vau, quando a travessia somente era possível com o animal nadando. Significando que não existia nesses rios embarcações.¹⁵

Existiam, nesta parte da Capitania, mais de 550 currais para descanso daqueles vindos com as boiadas para a praça de Olinda, incluindo todos os lugares, inclusive fornecer aos engenhos mais distantes, tanto carne como animais para os serviços. Segundo o padre Jesuíta João

¹⁵. Nelson Barbalho (1982, vol. 3, p.105), transcrevendo informações de Câmara Cascudo, escreveu que atravessava-se por pontes nos rios: Jaboatão, Pirapama, Ipojuca, Sibiró, Itaguaçabita (atual rio das Ilhetas), Piraçuninga (atual Piracininga), Ojebu, de João Barbosa, Mariquise (Maragogi), Itinga, Juparatiba, Sabidi e Mongaguaba; por meio de embarcações os rios: Itaipó (Tijipió), Cirianhaia (Serinhaém), Una, das Lagoas, Cenambi (São Miguel), Piagui (Piauí) e Piracaba e aqueles atravessados a vau eram: Gamboa da Barreta, Tabatinga, Penderama, Ipojuca, Jobiguaçu (Rio Formoso), Riozinho, Tiutiba, Ojebu, Guatapi, Urapiúna, Comendaitiba, Mongaguaba, Agoapetiba, Mocabita, Tatuaimonha, Camurgi, Guaraiguaçu (Stº. Antônio Grande), Jaçapuçaia, Tipioca, Paripoena, Parati, Doce, Cabaúna, Migrai, Jequea (jiquiá), Ipxi e Cururui (Cururipe). Os nomes citados discriminados não correspondem, em muitos casos, aos assinalados nas novas cartas cartográficas. A repetição de nomes do mesmo rio, possivelmente ocorreu por ser atravessado mais de uma vez.

Antonil, os currais eram em maior número em Pernambuco que os na Bahia, sendo a produção de gado também maior, embora muitas boiadas também fossem encaminhadas à praça de Salvador e para Jacobina, além de outras partes mais ao Sul e a Oeste da Colônia, até a região das Minas Gerais (LIMA SOBRINHO, 1978, p.31).

Estudando a história das feiras no interior de São Paulo e de Minas Gerais, existem outras explicações sobre o fornecimento de carne, vinda do Rio Grande do Sul, inclusive justificando a Estradas dos Tropeiros, bastante citada pela historiografia daquelas regiões.

2.2. O segundo Roteiro

Era o caminho pelo rio Capibaribe. Foi também citado no documento descrito no segundo roteiro e, posteriormente, indicado por Frei Caneca no início do século XIX, quando houve a necessidade de deslocamentos de revoltosos para alcançar a Paraíba e o sertão, como supomos. Por esse roteiro era possível traçar caminhos alternativos para aqueles que se dirigiam ao Vale do Ipojuca, este seria um bom exemplo. Enquanto podemos falar de outro, também para margem direita do rio, até o território na atual cidade de Brejo da Madre de Deus e alcançar as Serras do Ararobá, em Cimbres, como fez o Padre João Sacramento, quando fundou as Missões de Ararobá.

O principal roteiro do gado do sertão era o objetivo. Então, a opção era continuar seguindo o rio Capibaribe, mas, depois do Poço Fundo (nas proximidades

da atual cidade de Jataúba, provavelmente ao Norte da Serra do Jacará) atravessando para a bacia do Paraíba. Indo no sentido Oeste até o pé da Serra Verde e ao atravessá-la chegando nas terras do atual município de São José do Egito. Indo um pouco em frente, no vale do Pajeú.

Os viajantes a partir daquele vale encontravam as fazendas da planície sertaneja. No entanto, as notícias de passagem de boiadas pelos lugares desse roteiro, foram pouco divulgadas. A única referência, ainda assim de forma indireta, foi uma citação de Henry Koster,¹⁶ quando passando por Igarassu, afirmou existir uma feira de gado que depois transferida para o Recife.

Observa-se uma sequência de nomes de lugares, de acordo com os indicativos no mapa (**vê mapa II**): “Roteiro de viagem do Recife à Carinhanha, pelo Capibaribe, 1738”. O escritor Nelson Barbalho (1983, vol. 7: 174), apontou nomes de locais iguais aos que citaremos, porém omitiu vários entre um ponto e outro. Não sabemos se opcionalmente ou se pesquisou uma fonte diferente da que tivemos acesso. A nossa lista é bem mais ampla da apresentada por Nelson Barbalho. Os pontos de referência desse roteiro são os seguintes:

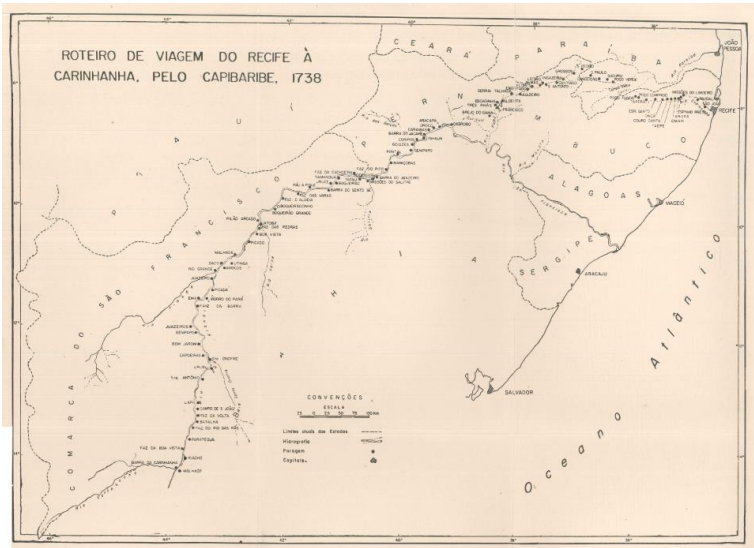
Recife - São João - Paudalho - Missões de Limoeiro - Espinho Preto - Arara - Omati - Taepé - Couro Dantas - Onça - Espírito Santo - Tapera - Poço Comprido - Poço Fundo - Poço Verde - (atual Paraíba) Sucuru - Conceição - São Paulo - (Volta a Pernambuco) São Pedro - Grossos -

¹⁶ KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2 ed., Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

Ingazeira - Santiago - Santo Antônio -
Leitão - Almas - Flores - Enjeitado -
Juazeiro - Serra Talhada (17) Aldeota -
Escadinha - Três Irmãs - São Francisco -
Brejo do Gama – Cabrobó...

Mapa II

Carta elaborada pela Divisão de História do
Instituto de Ciências do Homem/UFPE em 1964



Levantamento feito *in loco*, pela equipe daquela Universidade¹⁸

Os caminhos terra adentro dependeriam das aguadas, que se localizassem no seu percurso, e não era raro adotar desvios, para garantir o suprimento d'água... (LIMA SOBRINHOS, Op. Cit., p.24).

¹⁷. Este mapa foi elaborado em 1964 e, possivelmente atualizou alguns nomes. Por exemplo, até 1854 Serra Talhada era chamada Vila Bela.

¹⁸. MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Três roteiros de penetração do território pernambucano**. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

2.3. O terceiro Roteiro I

Tratava-se do Roteiro para o sertão do São Francisco, pelo centro da Capitania, que, a partir de Gravatá, acompanhava o vale do Ipojuca até as imediações de Buíque, e depois para a bacia do rio Moxotó até a foz. Seguindo pela margem esquerda do grande rio, até as fronteiras finais da Comarca do São Francisco, em terras atualmente pertencentes ao estado de Bahia e de Minas Gerais. Os escritos que acessamos foram: relatório manuscrito de Alberto Lamego (1738);¹⁹ textos de José Antônio Gonsalves de Mello (1966); Barbosa Lima Sobrinho (1978) e Nelson Barbalho (1983, vol.7), além de outras obras com informações complementares, como os livros da história de Vitória de Santo Antão, de Gravatá, de Bonito, de Bezerros, entre outros.

Entendemos que havia uma intenção anterior as necessidades de abrir caminhos para o escoamento do gado. Verifica-se que os primeiros viajantes/informantes tinham a finalidade de indicar às autoridades o caminho para as Minas Gerais, através do Ipojuca e depois pelos sertões do Rio São Francisco. Seria organizar Entradas? Embora consideremos que não foi o objetivo primeiro dos colonizadores em Pernambuco, uma vez que seria tarefa do Governo Geral, a partir de Salvador.

¹⁹. Documento de um viajante, sem assinatura e compilado em Portugal pelo historiador brasileiro Alberto Lamego, disponível no volume LXXII dos Manuscritos da Coleção Lamego de 1738, sob os registros: *Ms. 72/82 e Ms. 72/83*. Não se conhece a autoria do original uma vez que não é assinado e nem datado. Na próxima página iremos apresentar o citado relatório.

Por conta das dúvidas sobre as informações contidas no documento, ele foi submetido a um teste de veracidade, na Universidade de Paris, pelos professores Frédéric Mauro e Victor Deodato da Silva, sendo este último especializado em Paleografia pela Escola de Chartres.

Os roteiros de 1738 conservam-se em letras do século XVIII na coleção Alberto Lamego da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Não estavam catalogados quando ali os consultei e fotografei em 1950. (MELLO, 1966, p. 11).

Em 1964 um grupo de estudantes em História da Divisão de História do Instituto de Ciências do Homem/UFPE, percorreu os dois caminhos do Capibaribe e do Ipojuca, reconhecendo o itinerário e as paragens até Cabrobó. Algumas poucas não puderam, contudo, ser identificadas: os topônimos haviam sido totalmente esquecidos. Portanto, algumas ausências, nos mapas organizados, com nomes indicados nos textos dos roteiros. (MELLO, 1966, p. 11)

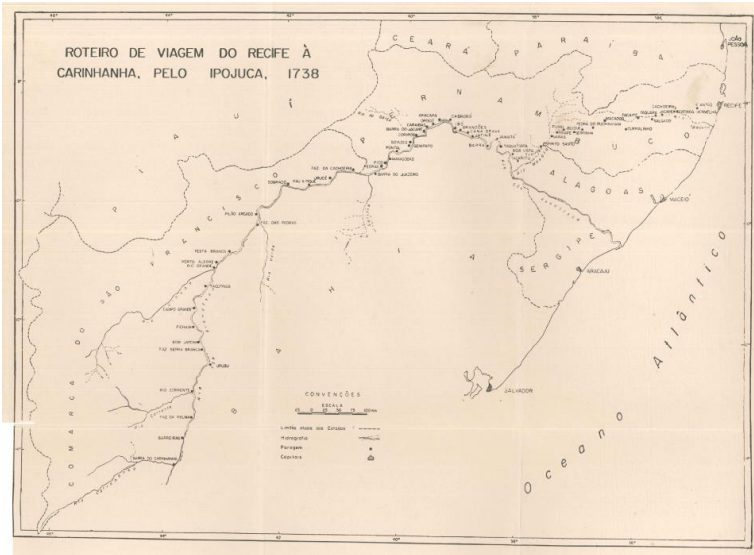
Do mesmo modo que no roteiro anterior, neste apresentamos a lista dos nomes de lugares, de acordo com os escritos no mapa: “Roteiro de viagem do Recife à Carinhanha, pelo Ipojuca, 1738”. (**Vê Mapa III**). Eis a lista dos nomes neste Roteiro de Recife até Barra do Carinhanha, como o último lugar da Comarca do São Francisco:

Recife - Santo Antão - Catinga Vermelha
- Cachoeira - Jacaré (²⁰)- Taquara -
Salgado - Tacaité - Curralinho - Macacos
- Pedra do Puchinanan - Buíque - Serrinha
- Puihu - Priape - Varas - Espírito Santo -
Tacaratu - Boa Vista - Taquatiara -
Gravatá - Barra - Jatinã - Cana Brava -
Brandões - Ibó - Cabrobó - Aracapa -
Orocó - Caraíbas - Barra do Jacaré -
Coripós - Goiazes - Genipapo - Pontual -
Maniçobas - Pico - Pedras - Barra do
Juazeiro - Fazenda da Cachoeira - Urucé -
Pau a Pique - Sobrado - Pilão Arcado -
Fazenda das Pedras - Testa Branca - Porto
Alegre - Rio Grande - Tacutinga - Campo
Grande - Pichaim - Bom Jardim - Fazenda
Serra Branca - Urubu - Rio Corrente -
Fazenda da Palma - Barreiras e Barra do
Carinhanha.

²⁰. Não foi citada a Fazenda Caruaru. Ou pela proximidade dos outros locais e pouso, ou então o lugar era tão simples que na abertura, os responsáveis não consideraram como ponto de pernoite. No segundo momento (1802), aparece Caruaru, como um pequeno povoado. Sendo essa nossa interpretação sobre a omissão.

Mapa III

Carta elaborado pela Divisão de História
do Instituto de Ciências do Homem/UFPE



A ausência do nome da fazenda Caruaru, suscita muitas dúvidas, inclusive ao defender que este local sempre foi considerado de importância fundamental para a estrada das boiadas. Ao que parece não naquele momento. No final do século XVIII, com a nomeação do Bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho chegando a Pernambuco em 1798 e onde ficou até o final de 1802. O Bispo realizou muitas mudanças, na educação, nas finanças e nas demandas da Capitania que lhe foram cobradas pelas deficiências no fornecimento do gado do sertão, por ineficiências dos caminhos. Assim o religioso formou uma comissão que escolhera o Capitão Custódio

Moreira dos Santos para coordenar a reabertura das estradas, sendo nos mesmos roteiros anteriores.

Pelo citado no parágrafo anterior, a reconstrução da estrada pelo Vale do Ipojuca, modificou a vida na Fazenda Caruaru, como também em todos os lugares por onde a estrada passava no novo formato. Mas, em nossa pesquisa nos restringimos a esta Fazenda. Antes, porém, é necessário afirmar que nesses 64 anos (entre 1738 e 1802) ocorreram muitos eventos na Capitania. Embora não seja o tema, mas é bastante lógico qualquer consideração servindo como aspecto complementar na contextualização: o aumento da população e a ocupação do interior, provocou mudanças na configuração de fronteiras entre as capitanias, com o maior movimento de gentes pela nova estrada.

Caruaru sendo um povoado, grande também foram as atividades religiosas. Naquele momento se estabeleceu um comércio em torno da igreja e da feira. Caruaru tornou-se um ponto de pernoite e de parada obrigatória. São aspectos essenciais para justificar o crescimento do lugar.

2.4. O terceiro Roteiro II

O segundo mapa apresenta uma nova configuração do Roteiro de Viagem do Recife a Cabrobó, pelo Ipojuca 1802 (**vê mapa IV**). A mesma observação, sobre onde começa, pode ser compreendida também para este roteiro, sendo possível para justificar a ausência dos nomes Olinda. Recife, embora não fosse a capital, os

administradores estavam morando naquela Vila. Outro detalhe importante foi que o Roteiro somente seria marcado até Cabrobó, não mais nas regiões das Minas Gerais.

Recife - Moreno - Santo Antônio - Pombos
- Casa Nova - Gravatá - Bezerras - Jacaré
- **Caruaru** - Salgado - Lagoa de Pedra -
Mulugu - Currálinho - Carrapicho -
Tingui - Saco do Tapuio - Macacos -
Pedra do Puchinanan - Mororó - Buíque -
Carnaúbas - Quiridaio - Puihu - Priape -
Varas - Poço Verde - Currálinho -
Espírito Santo - Quixabá - Várzea
Redonda - Sobrado - Atalho - Taquatiara -
Papaguaio - Riacho - Gravatá - Ambrósio
- Barra - Itacuruba - Jatinã - Cana Brava
- Malhada Grande - Brandões - Ibó -
Cabrobó.

Partindo de Recife foram 44 lugares sugeridos para apoio até Cabrobó. Provando que as condições eram melhores, pela presença de mais fazendas e lugares dentro da mesma distância.

O nosso objetivo foi apresentar as informações, pelas quais, pudéssemos traçar, na medida do possível, uma explicação lógica sobre o processo de ocupação na Capitania de Pernambuco e o interior, objetivando entender o contexto do crescimento dessa ocupação, através das informações dos próprios roteiros de penetração com as construções das estradas. Conforme destacamos as diferenças entre 1738 e 1802.

Mapa IV
Carta elaborado pela Divisão de História
do Instituto de Ciências do Homem/UFPE



3. O regime das sesmarias ²¹

Para entendermos as origens do processo de ocupação das terras na Colônia, na configuração das Capitânicas, precisamos retroagir ao início da colonização.

²¹. Sesmaria - terreno inculco que os reis de Portugal concediam a particulares (sesmeiros) para o cultivo. No Brasil, além de significar campo livre e/ou mato inculco, era também entendido como uma medida agrária, usada pela influência da unidade de comprimento do sistema inglês chamada braça, equivalente a 2,2m. Em Portugal a braça era usada combinada com a medida itinerária chamada de légua, equivalendo a 6.000 metros, para determinar as dimensões de uma sesmaria. Mas, uma légua de sesmaria no Brasil era 3.000 braças. Assim, uma légua de sesmaria media 6.600 metros.

Isto é, não perder de vista os objetivos de Portugal para povoar e explorar seus domínios. No momento da implantação do regime de Capitâneas Hereditárias no Brasil, cada Capitão-Donatário recebeu um documento chamado de Carta de Foral. Cujo teor regulava os direitos e os deveres de cada administrador, em virtude do que determinava um documento anterior chamado de *Carta de Doação* da capitania.

O Foral era um documento oficial (real) utilizado pelo governo português, que orientava o donatário em estabelecer um Conselho para regular a sua administração, além de determinar os deveres e os privilégios dos administradores. Os forais foram concebidos no decorrer da história da Península Ibérica desde o século XII. Era determinante para assegurar as condições de fixação e da esperada prosperidade das comunidades, assim como o aumento da sua área cultivável, pela concessão de terras.
(www.wikipédia. Acessado em 05.05.2017). (Texto adaptado)

Contextualizando o processo administrativo e os percalços da produção do açúcar, com a invasão dos holandeses e as condições históricas da Capitania a partir da segunda metade do século XVII. Porém, depois da saída dos batavos, em 1654, foi acelerada a ocupação do interior.

Na retomada da administração portuguesa, a partir de 1630 era evidente que diante das dificuldades financeiras e até da morosidade do governo português em

ajudar a Capitania de Pernambuco, explicitava mais ainda a posição de decadência da economia açucareira na região. Por conta também desses problemas, Portugal passou a olhar com maior interesse a política de ocupação das terras no interior da Capitania.

Qual foi a solução imediata? Terceirizar a povoação das terras fora da área do açúcar, chamada genericamente de sertões. Primeiro, concedendo terras para muita gente, segundo o critério dos próprios portugueses, foram pessoas que ajudaram na expulsão dos holandeses e, em segundo plano atender aos pedidos avulsos, que se tornaram constantes, a partir dos anos de 1654.

Explicar as doações dessa maneira, seria uma história unilateral: dos donos das terras, dos futuros fazendeiros, enfim, da história que oficialmente tem sido narrada. Diante desse quadro, questionamos os documentos oficiais simplesmente informando que o governo em exercício de tal período, doou tantas léguas de terras devolutas para determinada família explorar.

A historiografia informa que depois de formalizada a doação, pessoas vieram e povoaram determinada região, e em “um passo de mágica” narram a fundação de uma ou mais fazendas e o crescimento do lugar. Nessa história do interior pouco se trata sobre a escravidão, a expulsão dos antigos moradores, os povos indígenas, só para citar os dois temas mais omitidos, pela história como narrativa oficial.

Segundo Edson Silva (2017), naquele momento histórico havia nos povoados e vilas da zona açucareira

muita gente que não se enquadravam no perfil financeiro para receber terras, mas isso não impediu a vinda de mais gente do Reino e de outros lugares. Com o aumento da população, o governo português passou a recrutar homens livres para ingressar no quadro militar e eram enviados para o interior, conforme a necessidade dos colonizadores dos lugares e dos interesses do governo da Capitania.

Neste processo, o governo de Pernambuco enviou militares para ajudar os fazendeiros, principalmente para combater os índios, como o exemplo clássico durante a chamada “Guerra do Bárbaros” (PIRES, 1990) Contraditoriamente as fontes também informam que nesse quadro social viver em um lugar em expansão seria mais atrativo, aventurar-se no desbravar terras distantes, dos sertões da Capitania pernambucana. Esses argumentos possibilitam entender nuances da história de Caruaru, sejam concretos ou subjetivos.

Mesmo assim, muitos luso-brasileiros de algumas posses, vieram para Pernambuco, depois de saber que o governo português decidiu por Resolução Régia distribuir terras interioranas, para quem quisesse desbravar e povoar. Compreendemos que esse projeto não objetivava atingir quem tinha se estabelecido em terras dos engenhos que, naquele momento, procuraram restaurá-los. Porém, para quem estava privado das terras destinadas ao plantio da cana e com meios para ocupar outras áreas, solicitaram através de petições legais requerendo o direito de explorar as terras no interior.

Dessa forma muitas terras foram doadas para militares participantes na expulsão dos batavos e que, 40

anos depois, muitos ajudaram a destruir o Quilombo dos Palmares. E foram agraciados com terras também funcionários graduados e famílias bastardas, através do sistema de sesmaria. Desde as regiões do atual estado de Alagoas (na época pertencendo totalmente à Capitania de Pernambuco), mas também foram distribuídas terras pelos vales dos rios Una, Ipojuca e Capibaribe, só para citar algumas das bacias hidrográficas com maiores áreas superficiais e terras mais significativas.

Outra questão a ser considerada, e que trataremos no próximo capítulo, foi quanto à localização exata das terras doadas e como descrever a posição em relação aos demais sítios do entorno. Como saber as características do relevo de uma determinada região? Quais as distâncias entre os lugares e, principalmente, sobre os nomes de cada um? Chamando nossa atenção às explicações históricas. Com destaque para os detalhes dos limites de cada sesmaria, com o grande conhecimento das características geográficas, nomes de lugares e relevos (o que questionamos) e, ao mesmo tempo, nos trazendo estranheza sobre como e com tanta firmeza o funcionário responsável, elaborou as Cartas de Doação.

3.1. As cartas de concessão de sesmarias

Neste tópico discutiremos sobre a distribuição de terras desde o início do século XVII para o interior na Capitania de Pernambuco, observando basicamente a ocupação para a atual região do Agreste, destacando o lugar Caruaru. Na sequência apresentaremos as doações de

terras em regiões mais distante do centro administrativo: Olinda. Procuramos, na medida do possível, respeitar as datas, citando os nomes do(s) beneficiário(s) e alguns detalhes que consideramos relevantes.

- Depois, em 15 de junho de 1576, carta assinada por Brites de Albuquerque Coelho, esposa do primeiro donatário de Pernambuco, viúva e naquele momento respondia pelo governo da Capitania, como regente em lugar de Duarte Coelho, seu filho.

Oficialmente, foi beneficiário o português Gaspar Pires que desbravou as terras para na direção da ribeira do Guaytá, cuja existência originou o município de Glória do Goitá. Este donatário iniciou povoamento, fundou um engenho e uma fazenda para criação de gado *vacum* e ao mesmo tempo cultivou de cereais e mandioca. (CABRAL, 1988, p. 22; BARBALHO, 1982, vol.1, p.151).

- Os documentos oficiais citam outra sesmaria doada ao Duarte Dias, em 11 de fevereiro de 1577, nas proximidades da primeira, originando o povoado chamado Duarte Dias, no atual município de Glória do Goitá, justamente por conta do nome do primeiro proprietário.
- No período Filipino, em 1602, desembarcou em Pernambuco o Governador Geral, Diogo Botelho, acompanhado de vários religiosos e incentivou a abertura de vias para o interior da Capitania. Ideia antecipada por Jorge Albuquerque Coelho, 3º

donatário de Pernambuco, materializada na época deste, pela doação de 14 léguas de terras, em cotas separadas, para que os padres beneditinos fundassem missões em toda a Capitania. No entanto, não existem informações concretas da ocupação dos beneditinos em terras no Agreste. Porém, há vestígios da presença de padres nos limites da Zona da Mata, onde tornaram-se senhores de amplos domínios, como no vale do rio Tapacurá e do Jaboatão.

- Foi naqueles vales que algumas famílias conseguiram cotas de terras através das cartas de doações de sesmarias, a exemplo de Diogo Gonçalves, Cristóvão Pais, Manoel Vaz e Pedro Humano de Castro, além de parentes diretos dos donatários, como André de Albuquerque, que ao chegar no lugar das Tabocas (Vitória) para tomar posse, em 7 de dezembro de 1604, “encontrou algumas pessoas que indevidamente tinham currais nas ditas terras, sem sua licença”.
- Posteriormente, o mesmo André requereu notificação judicial, tendo obtido despacho favorável do Ouvidor Geral, Martim Vaz de Moura (ARAGÃO, 1983, vol. 01, p. 27). Essas informações são importantes para ampliar a visão sobre as possibilidades de penetração de colonos para o interior da Capitania, independentemente das exigências burocráticas, como evidenciado pelas informações acima.
- Em 05 de dezembro de 1625 foi assinada uma carta de doação de duas léguas de terras em quadra, encravada na microrregião do Agreste Norte-oriental, integrando o primitivo território do atual município de Limoeiro, nos limites com as terras

dos herdeiros de Gaspar Pires (BARBALHO, 1982, vol.2, p.185).

Em 1630, ocorreu em Portugal a Restauração do Trono. Porém, o Nordeste brasileiro estava ainda nas mãos dos holandeses. Assunto que não iremos discorrer.

- Em 25 de junho de 1654, ano da expulsão dos holandeses de Pernambuco, foi assinado por D. João IV, Rei de Portugal, o alvará de concessão ao Mestre-de-campo João Fernandes Vieira, que guerreou contra os holandeses, para uma “sesmaria de dez léguas de terra em redondo, a contar do último morador que se achasse para as partes de Santo Antão, em Pernambuco” (BARBALHO, 1982, vol.3, 236).

Duas observações. A primeira, perguntamos, por que essa concessão foi assinada diretamente pelo Rei se a administração em Pernambuco estava fazendo o mesmo? A outra questão é sobre a localização dessas terras. Com outra indagação: naquela época, como era possível determinar o começo desse domínio? Sem um ponto de referência geográfico, onde pudesse estar localizado esse “último morador”. Não era explicada a localização exata. Não sabemos nem se João Fernandes Vieira tomou posse dessa concessão.

O então Governador da Capitania de Pernambuco, Francisco de Brito Freire, em acordo com a ordem religiosa, em 1661, autorizou o Pe. João Duarte do Sacramento, prelado da Congregação da Madre de Deus,

dirigir-se para o interior com a finalidade de procurar, atrair e catequizar os chamados temíveis tapuias-cariris.

Desse projeto, foram fundados dois aldeamentos indígenas: a Missão do Limoeiro e a Missão do Ararobá. Esta última, nas serras compondo o interflúvio entre os vales do Ipojuca e do Capibaribe, onde em 1759 foi criada a Vila de Cimbres (BARBALHO, 1982, Vol. 4, p. 65). Conforme a explicação, não se tratou de distribuição de terras por carta de doação, mas a criação das missões, que resultaria na ocupação de terras pelos religiosos nas áreas citadas.

- Em 23 de dezembro de 1671, o Governador, o senhor Fernão de Souza Coutinho, assinou a concessão de 20 léguas de terras a Bernardo Vieira de Melo, a Antônio Pinto Pereira e a Manuel Vieira de Lemos, todos participantes na guerra contra os holandeses pela restauração da Capitania. A concessão, estava localizada “entre o fundo da Mata-Sul, parte do Agreste Central e Meridional e um trecho do Sertão do Ipanema, atingindo inclusive terras do Ararobá e dos Campos do Buíque”, de acordo com o despacho publicado no livro “Documentação Histórica Pernambucana, Sesmarias”, I, 74-75 (BARBALHO, 1982, Vol. 4, p. 124).
- Em 02 de junho de 1681, o Governador da Capitania de Pernambuco o Sr. Aires de Souza Castro assinou a carta de doação, de uma imensa sesmária à família dos Rodrigues de Sá, situada entre as Missões de Limoeiro e o vale Médio do

Ipojuca. Em outro capítulo discutiremos mais detalhes sobre a dimensão e localização dessa sesmaria.

Esta deve ser considerada a primeira concessão de terras no Vale Médio do rio Ipojuca. Ocorreram outras, mas pela data, naquele mês os Rodrigues de Sá foram os primeiros a receberem a carta de doação.

- Aos 19 de junho de 1681, o mesmo Governador, Aires de Souza de Castro concedeu uma sesmaria em favor de Domingos Manoel e Baltazar de Barros Amorim e outra para Alexandre de Amorim, João Gomes e Antônio Lopes, beneficiando-os com “12 léguas de terra entre os rios de Una e Sirinhaém, [...], as quais se localizam no território municipal do Bonito” (BARBALHO,1982, vol.5, p. 40).
- A 09 de outubro de 1683, D. João de Souza, assinou a doação de terras devolutas, atendendo ao pedido do Sr. Manoel de Torres - que também guerreou contra os holandeses - e junto a petição, havia outras de vários senhores, que assim como Manoel de Torres, eram moradores em Jaboatão. A localização dessa sesmaria atingia o Vale do Ipojuca, nas proximidades de Bezerros até as imediações do riacho da Palha, limitando assim, com as terras dos Rodrigues de Sá.
- Em 27 de junho de 1686, sendo governador o Sr. D. João da Cunha Souto Maior, concedeu aos alferes João Paes de Carvalho Filho, Manoel

Bernardo Cardoso, Antônio Loureiro e Lourenço Paes Cabral, uma sesmaria de 15 léguas, entre o rio Una e a margem direita de rio Ipojuca, atravessando as nascentes do rio Sirinhaém e Amaraji. Portanto, essas terras estavam a Oeste da cidade de Cortês até as terras atuais de Camocim de São Felix.

- Em 25 de junho de 1689 surgiu outra sesmaria assinada pelo Governador Câmara Coutinho, atendendo ao pedido de Bartolomeu Gomes Borba, senhor de engenho em Tracunhaém. A sesmaria estava localizada logo acima das Missões do Limoeiro, até o poço do Couro d'Anta - hoje município de Riacho das Almas - às margens do Capibaribe e era, no passado, rancho de pernoite e passagem dos viajantes daquele caminho, cujo roteiro narrado no capítulo anterior deste livro. Então, os domínios de Bartolomeu Gomes Borba seguiam o vale do Capibaribe, no sentido Oeste, e ocupava uma faixa de terra de apenas uma légua de cada lado do rio. As terras do lado direito do rio limitavam-se com o lado Norte da sesmaria dos Rodrigues de Sá (BARBALHO, 1982, vol. 5, p. 106).
- O mesmo governador assinou outra carta de sesmaria a 28 de junho de 1689, em benefício de João Lopes Barbalho, Francisco de Freitas Tinoco, Simão Velho, Aleixo de Souza, Bonifácio Soares e Manoel Gomes de Souza. Essa sesmaria ficava no Alto Capibaribe em terras pertencentes aos atuais municípios de Taquaritinga do Norte, Santa Cruz do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus, Jataúba e

Poção, limitando-se a Oeste com o atual estado da Paraíba (BARBALHO, 1982, vol.5, p.108).

- Em 08 de janeiro de 1691, havia uma faixa de terra devoluta entre o rio Ipojuca e o Sirinhaém, mais para o Sudoeste da sesmaria anterior. Então, esta foi cedida em nome de oito pessoas e, pelos sobrenomes, aparentadas entre si: João Cavalcanti de Albuquerque, Cristóvão Pais Cavalcanti, Gaspar de Mendonça Bandeira, João de Magalhães, Manoel de Magalhães, Amaro Gonçalves Barros, Domingos Barros e Manoel Alves de Azevedo. Este último co-sesmeiro foi formador de um grande tronco familiar na atualidade com nomes conhecidos na cidade de Caruaru, como Gonçalo Nunes da Fonseca -fundador de Bonito - ou então o ramo dos Nunes de Bezerras, que também tem vinculações com a história de Caruaru, conforme discutiremos no outro capítulo.

Por ordem do Rei de Portugal e para agradecer, pelos “serviços prestados”, todos aqueles que contribuíram na destruição dos quilombos espalhados pelas serras e matas fronteiriças da zona canavieira da Capitania, principalmente, na Guerra do Quilombo dos Palmares,

Foi doada a **Domingos Jorge Velho**, “em **1698**, uma data de terra de 6 léguas quadradas na margem direita do rio Mundaú, nas cercanias do Quilombo dos Palmares, que se estendia até a serra da Barriga, onde ergueu uma capela e um cruzeiro e denominou Arraial de Nossa Senhora das Brotas.” (BARBALHO, 1983, Vol. 7, p. 63). **Grifos nossos.**

Em seguida a esta, outras doações foram assinadas de grandes porções de terras em direção aos campos de Garanhuns - entre o riacho Paratagi e as nascentes do rio Mundaú -, que também seriam aos parentes e amigos daquele bandeirante.

Segundo os registros, este paulista fora contratado para combater os quilombolas em Palmares, pelo governo de D. João da Cunha Souto Maior que, entre outras questões apontadas pelo próprio, não dispunha de recursos bélicos tanto materiais como humanos, para aquela guerra, e por isso precisava da ajuda de fora. Observemos, então, como ocorreu o processo, a partir do contato com o grupo dos bandeirantes que estavam na região, a serviço dos D'Ávila da Bahia, para combater os índios, na citada "Guerra do Bárbaros". Como o governo de Pernambuco afirmava que não conseguia eliminar os quilombos, foi lavrado contrato em 03 de março de 1687, que incluía terras como pagamento ²² pelos serviços militares do bandeirante.

²². Trechos da Carta de D. João da Cunha Souto Maior, Governador de Pernambuco, ao Rei de Portugal: "No princípio de meu governo, comecei logo a entender a guerra dos Palmares, movido das contínuas e comoventes queixas que me faziam os moradores das villas que lhes são vizinhas, requerendo-me acudisse (...) Na mesma ocasião, tive notícias que uns homens da villa de São Paulo se achavam no sertão do rio São Francisco, (...) mandei-os convidar que me viessem ajudar na guerra que determinava fazer, assegurando-lhes mercês e prêmios, em nome de Vossa Majestade; (...) Neste mês de março, mandaram uns enviados por intermédio dos quais me representaram que se achavam com poder bastante para se disporem à empresa, com pouco dispêndio da fazenda de Vossa Majestade, (...) eu os aceitei, por me parecerem convenientes e lhes fiz outras promessas, com que se despediram satisfeitos (...) 11/03/1687." (DIAS, 1971, p. 57).

Concluindo esta parte, buscamos evidenciar de forma condizente, como os governantes da Capitania cumpriram os objetivos do governo português, à medida que distribuindo terras no interior, no Agreste, possibilitaram às condições para o crescimento dos núcleos urbanos desde o início do século XIX. No próximo capítulo iremos retomar a história da ocupação das terras doadas aos Rodrigues de Sá para discutir a história de Caruaru, desde o início.

TERCEIRA PARTE

1. Concessão de terras aos Rodrigues de Sá

Conforme explicado, na Primeira Parte deste livro, quando mostramos que ao estabelecer a Sede da Capitania em Olinda, iniciou a ocupação de terras e a criação de engenhos ainda na primeira metade do século XVI. A presença dos holandeses nesta Capitania transformou a história de Pernambuco. No entanto, foi depois da saída dos batavos que o governo de Pernambuco passou a receber muitos pedidos para doação de terras no interior.

As fontes informam que o processo para a concessão de terras era burocratizado, por haver exigências, mas se resumiam basicamente em declarar sobre as questões econômicas. Cada pessoa ao fazer o pedido deveria apresentar, por escrito uma justificativa para garantir o deferimento. Os requerentes usavam, mais ou menos, dos mesmos argumentos:

- Tinham posses para ocupar e cuidar da terra criando gado e produzindo gêneros em lavouras de subsistência, além de estar ciente das obrigações fiscais. Sabiam do dever de pagar impostos pela terra e iriam trabalhar para o crescimento do lugar e assim trariam mais benefícios para a Fazenda Real.

Foi nessa perspectiva que os Rodrigues de Sá, liderados pelo membro mais importante na família e com grande influência na praça do Recife, o Cônego Simão Rodrigues de Sá, resolveu formalizar o pedido de terras.²³ Diante da decisão do pedido, perguntamos se eram sabedores sobre o que encontrariam no interior distante do litoral. Depois de conhecer detalhes sobre os membros dessa família, percebemos que estavam em Pernambuco há muito tempo, sendo conhecidos principalmente pelos cargos que ocupavam e pela posição de destaque de vários deles. O núcleo maior familiar deles morava na Rua das Calçadas, no Bairro São José, perto do Forte das Cinco Pontas. Quais motivos despertaram para conseguir terras no interior e explorá-las?

²³. A partir de nossa leitura de Nelson Barbalho (1982, vol. 5, p. 35), afirmamos que possivelmente Simão Rodrigues, Eusébio Monteiro e Miguel Forte realizaram uma viagem até o Vale Médio do Rio Ipojuca, antes da decisão da família solicitar a concessão de terras. A viagem teria ocorrido, segundo o citado autor, porque membros da família observando a vida dos negócios entre os viajantes, tendo nas proximidades de sua morada, as feiras de gado, onde se concentravam as boiadas vindas do sertão, ouviam os relatos dos tangerinos, tropeiros e dos negociantes. A partir dessa situação o autor afirmou que membros daquela família realizaram uma viagem até o Agreste. Barbalho, relata a hipotética viagem de forma como estivesse visto pessoalmente os viajantes e o roteiro. Vieram pelo Vale do Capibaribe e depois, na altura de Limoeiro entraram a esquerda e chegaram ao Vale Médio do Ipojuca. Voltando ao litoral pelo Ipojuca e depois pelo Tapacurá e, assim revelaram informações sobre este interior, convencendo a família fazer a petição. Não há indicação onde encontramos esse relato. A narrativa criada por Nelson citada de forma mais ampla na 1ª edição deste nosso livro, mas a essência do texto continua nesta nota.

Se aquela viagem realmente foi realizada, o relato dos três viajantes tornou-se o argumento que mais influenciou os membros da família, em decidir na formulação de uma petição, solicitando das autoridades o direito de explorar terras:

[...] O cônego Simão Rodrigues de Sá, **(sem perda de tempo)**, redige e encabeça pedido daquelas terras no centro - agreste da Capitania, usando o artifício de praxe - ter gados e não ter terras para situá-los, querer cultivar a terra pedida, para maior lucro e rendimento da Fazenda Real etc. Petição feita seguem-se pela ordem, suas assinaturas: cônego Simão Rodrigues de Sá, padre Antônio Rodrigues, **Simão Rodrigues**, alferes João Rodrigues de Sá, alferes Francisco Rodrigues de Sá, Miguel Forte Velho, Eusébio de Oliveira Monteiro, Maria Rodrigues de Sá, Eugênia Rodrigues de Sá e Cristino Rodrigues de Sá.” (BARBALHO, Op. cit., vol. 5, p.36). **Grifos nossos.**

Este autor afirmou que a petição está registrada no livro Documentos Históricas de Pernambuco - Sesmarias, Vol. IV, p. 98. Em nossa abordagem, buscamos em primeiro lugar uma releitura historiográfica. Nessa perspectiva, apresentamos a narrativa encontrada nas fontes consultadas sobre a Carta de Doação pelo governo da Capitania.

⇒ Em 02 de junho de 1681, o governo da Capitania de Pernambuco o Sr. Aires de Souza Castro ²⁴ assinou a carta de doação, de uma imensa sesmária à família dos Rodrigues de Sá, situada entre as Missões de Limoeiro e o vale médio do Ipojuca.

A dimensão e localização geográfica da sesmária, com os seguintes indicativos: do lado direito do Capibaribe - não exatamente nas margens - mas, o início está definido na Foz do Riacho das Éguas. A primeira versão informava que desse local, tomava a direção do Sul, atravessando as serras para a bacia do Ipojuca e, para além dele. Limitando-se ao Sul com a sesmária do Ararobá do Capitão Bernardo Vieira de Melo, também em parte Leste da mesma. As terras dos Rodrigues, do lado Leste, limitavam-se com as terras de Manoel Torres em Bezerros, indo para o Norte, até o ponto inicial. (BARBALHO, 1982, vol. 5, p. 37).

Reinterpretando, grosso modo, os limites dessas terras, a partir do texto acima, esta sesmária começava na margem direita do Capibaribe, na foz do Riacho das Éguas, tendo como referência as Missões de Limoeiro e terminava nas serras para além da margem direita do Vale Médio do Ipojuca, tendo como ponto de referência as encostas sul daquelas serras, perto de onde atualmente existe o povoado de Terra Vermelha.

²⁴. Aires de Souza e Castro, foi nomeado por Carta Patente assinada em 9 de setembro de 1677, para governar Pernambuco por três anos, tomando posse em 14 de abril de 1678 e ficando no governo até 11 de janeiro de 1682. Durante o exercício, organizou em 1681, uma grande repressão contra os quilombos, no Sul da Capitania.

Pelas informações é possível definir os limites do território dessa imensa sesmaria, usando a nomenclatura dos lugares na atualidade, conforme as referências indicadas, nos seguintes pontos geográficos:

- Ao Norte - próximo do rio Capibaribe, em uma linha imaginária, da Foz do Riacho das Éguas passando a mais ou menos uma légua da direita do rio, no sentido Oeste, até um pouco acima da atual cidade de Toritama, perto da Foz do Riacho Tabocas, próximo ao Rio Capibaribe;

- Ao Sul - de algum lugar entre Sapucarana (Bezerros) e Riacho da Palha (Caruaru), seguindo no sentido Oeste, passando pela parte Norte do Brejo da Mulata e depois pelas vertentes Sul das serras localizadas nas imediações do atual povoado de Terra Vermelha (Caruaru), limitando com a Sesmaria do Ararobá até a Serra dos Cavalos (Caruaru);

- Ao Leste - os indicativos geográficos apontam que os limites eram com as terras de Manoel Torres (em Bezerros). Isto é, do Riacho da Palha em direção ao Norte, passando pelo Riacho dos Veados, depois perto do Sítio dos Remédios, mais próximo a atual Vila de Ameixas, indo até a Foz do Riacho das Éguas.

- A Oeste - da Serra dos Cavalos (Caruaru) passando pelo chamado Sítio da Volta, perto da atual São Caetano. De onde partia até o rio Capibaribe, no ponto especificado, perto da foz do Riacho Tabocas (nos limites dos atuais municípios de Toritama e Caruaru).

Por várias razões é possível pensar em algumas questões. Por exemplo, duvidamos das informações na redação dos documentos, as Cartas das Sesmarias,

emitidos pelos funcionários do governo da Capitania, na medida em que, na segunda metade século XVII, não temos comprovação sobre o conhecimento deles, a respeito da geografia, da topografia e/ou a geomorfologia do interior mais distante. Assim, como determinaram os limites territoriais afirmando de forma categórica na Carta, os nomes dos lugares em uma região ainda desconhecida?

Lembrando que, mesmo na segunda metade do século XVII, cuja ideia de “sertão” eram as terras um pouco além da povoação de Santo Antão, por ser deserta de moradores, a explicação a nosso ver é simplista e equivocada. Portanto, onde estariam localizadas as terras concedidas para alguém? No entanto, as fontes apontam que nos livros de assentamento desses documentos encontraremos as escritas de forma taxativa informando com exatidão que sesmaria começaria “ali” (e está grafado o nome de um lugar) e termina “acolá” (em outro sítio, cujo nome também é citado). Perguntamos: quem determinou essa toponímia e se era conhecida pelos funcionários do governo?

Acreditamos que possivelmente foram os memorialistas – uma vez não existindo os historiadores -, mas, poderiam ter sido também informações de viajantes, aventureiros, algum nativo escravizado no litoral, ou desgarrado que informaram algo sobre as localidades. Essas indagações são bastante subjetivas e talvez equivocadas, mesmo assim, pairam muitas dúvidas sobre esses detalhes, que despercebidos nas obras tratando do assunto.

A historiografia simplesmente apresenta textos ditos oficiais, com nomes de lugares atualmente não existentes, ou mesmo existindo, enquanto outros são chamados na atualidade por outros nomes. Como explicar que as terras que foram doadas a família dos Rodrigues de Sá, começavam nas proximidades das Missões de Limoeiro, até a Serra dos Cavalos? Essa maneira de delimitar teria sido obra dos escritores mais recentes? Um século depois de doadas essas terras, mesmo sem notícias de doação de novas concessões (que estaria na imensa sesmária dos Rodrigues), de onde apareceu tanta gente nos dias de missa na Fazenda Caruaru, depois da inauguração da Capela?

Quem eram essas famílias e de onde vieram e como adquiriram suas propriedades? Essas questões evidenciam as muitas lacunas nas narrativas a respeito da ocupação e povoamento português nessa região. Não iremos responder as questões, na medida que admitimos serem também frágeis as nossas preocupações, mas pelo menos podemos indicar que outros estudos podem aprofundar o assunto.

1.1. Os Rodrigues de Sá

Iremos apresentar detalhes sobre os membros dessa família, para estabelecer um argumento sobre quem entre os sesmeiros tinha condições de vir para o interior e ocupar as terras recebidas, conforme a Carta citada neste capítulo. Como as fontes apresentaram os membros dessa família:

- Duas pessoas eram vinculadas a Igreja Católica Romana: o Cônego Simão Rodrigues de Sá e o Padre Antônio Rodrigues de Sá. Devido aos exercícios das atividades, esses não vieram para as terras recebidas.
- Outros dois eram soldados da força militar: os Alferes Francisco e João Rodrigues de Sá. Não há informação se foram destacados para vir para o Agreste, ainda despovoado de colonos.
- Simão Rodrigues, o sobrinho com o mesmo nome do Cônego, a única referência encontrada foi sobre aquela hipotética viagem, não provada, e Cristino Rodrigues de Sá. As fontes não revelaram suas atividades no Recife e nem citam a vinda dele para as terras recebidas
- Duas mulheres da família citadas no documento: Maria e Eugênia Rodrigues de Sá. O que faziam? Eram casadas, tinham filhos? Nada foi indicado.
- Quais as relações de Eusébio de Oliveira Monteiro com a família Rodrigues?

A respeito de Eusébio de Oliveira Monteiro, encontramos em Pereira da Costa (1953, Vol. V, p. 255), as seguintes informações: “[...] Em 1714, este era capitão de Regimento de Linha em Recife e que em 04 de maio daquele mesmo ano estava naquela cidade, momento em que assinou a doação de um terreno para a construção do Hospital dos Lázaros” e, na página 286 da mesma obra, acrescenta que “em uma capela, em 1840 foi encontrada uma lápide que selava a sepultura do dito capitão.”

- Sobre Miguel Fortes Velho, não encontramos nenhuma informação a respeito e qual o seu papel na família para ser citado na Carta de Doação. Talvez a participação na suposta viagem, com Eusébio e Simão Rodrigues. Existe a possibilidade de serem os maridos das duas irmãs. Pura hipótese.

Nos estudos realizados, principalmente nos escritos relacionados com a história de Caruaru, entre os membros daquela família só aparece o nome de Simão Rodrigues, o homônimo e sobrinho do Cônego, vindo ocupar as terras doadas.

1.2. A fundação da Fazenda

Algumas obras consultadas, informam que a família Rodrigues de Sá, fundou várias fazendas no seguimento do Vale Médio do Ipojuca. Para argumentar no sentido contrário, afirmamos que Simão Rodrigues de Sá, o sobrinho, foi o único da família vindo tomar posse das terras. Foi este membro daquela família que fundou a Fazenda Caruaru. Aliás, a única fazenda que criou.

Baseado nas informações sobre as condições da família, no momento da assinatura da Carta de Doação (1681), foi possível reinterpretar vários aspectos sobre os possíveis acontecimentos a partir de então. Primeiramente, pensando uma questão prática: a família fez um planeamento no sentido de organizar a viagem e sobre quem iria tomar posse das terras. Uma questão: quem orientou Simão Rodrigues sobre qual o caminho seguir diretamente para o Vale Médio do Ipojuca?

Os deslocamentos exigem estudos mais acurados, por um local onde ainda não havia estrada, e sobre quais os motivos para Simão Rodrigues tomar decisões tão pontuais e corajosas. Naquele momento, eram conhecidas ocupação de colonos no vale do Capibaribe, não seria mais prático e seguro ocupar as proximidades daquele rio, onde existiriam “vizinhos”? Mas, a comitiva seguiu outra direção e escolheu um ponto geográfico, a margem esquerda do rio Ipojuca, para as primeiras edificações, justamente onde atualmente é considerado o marco zero da cidade de Caruaru.

Quando afirmamos que apenas Simão Rodrigues, teve a iniciativa de, para em nome da família, ocupar as terras da chamada sesmaria, possivelmente não veio sozinho. Provavelmente organizou um grupo de pessoas de confiança, alguns escravizados, animais de carga e montaria, gado bovino (seria fundamental, se trouxesse), além de ferramentas e assessórios domésticos, armas, muita coragem e poder de comando. Sobre os provimentos alimentícios, apenas o mínimo necessário à sobrevivência trazendo apenas o suficiente para o trajeto e um determinado tempo quando parasse e tudo deveria ser pensado sobre uma ida definitiva e não uma simples aventura.

A chegada ao ponto escolhido possivelmente ocorreu entre o final do século XVII e início do XVIII. A partir disso, vamos considerar sobre quais seriam as primeiras tarefas: prospecção das redondezas para a escolha exata do lugar para as primeiras construções; instalações mínimas de moradias com certa segurança, com currais e alojamento; e depois planejar a ocupação mais organizada. Nessa perspectiva, Simão Rodrigues ocupou apenas uma pequena parte, diante de tantos quilômetros quadrados da sesmaria: apenas um trecho perto do rio Ipojuca.

Por que então os livros de história não tratam sobre os povos indígenas habitantes nas terras atualmente que compõem o município de Caruaru? Na época em que foram realizados os escritos sobre a colonização no Agreste, não havia estudos mais apurados a respeito dos povos indígenas. Atualmente existem melhores condições

de pesquisar sobre os povos indígenas, até no nosso estado. Especificamente em terras no município de Caruaru e vizinhanças, há referências sobre os povos Xukuru e os Paratió.²⁵

Retomando a discussão sobre a presença dos Rodrigues de Sá, no que simbolicamente chamamos de “posse das terras”, foi definitivamente marcada pela historiografia como a fundação da Fazenda Caruaru, embora não encontremos uma data fixa, determinada, mas por tudo que foi escrito, deve ser considerada a partir do momento da construção das instalações da fazenda entre 1700 e 1710.²⁶

²⁵. Sobre os Paratió, a maioria das informações são que foram extintos. Todavia, são citados na documentação da Câmara de Vila de Cimbres, compilada pelo pesqueirense José de Almeida Maciel, como habitantes juntamente aos indígenas Xukuru na Serra do Ororubá. No início dos anos 1950 quando foi criado o Posto Indígena/PI na Serra do Ororubá pelo Serviço de Proteção aos Índios/SPI, o referido PI foi nomeado Posto Indígena Xukuru, desconsiderando a existência dos Paratió. No entanto, na década de 2000 foram ouvidas informações verbais pelo pesquisador Edson Silva com índios se identificando como Paratió, habitando a Aldeia Gitó, uma das aldeias no Território Indígena Xukuru do Ororubá oficialmente demarcado em 2001. Muitos índios no Nordeste, a exemplo dos indígenas na Serra do Ororubá, expulsos das terras por fazendeiros migraram para os espaços urbanos. Os Xukuru do Ororubá na atualidade habitam nas serras que separam as bacias do Capibaribe e do Ipojuca, até as terras dos municípios de Poção e Pesqueira (SILVA, 2009; 2017a; 2017b; 2017c).

²⁶. Recomendamos a leitura de um artigo apresentando uma versão diferente, de todas as demais narrativas conhecidas. Não usamos e nem concordamos com muitas afirmações no citado texto. Foi publicado bem depois da primeira edição desse nosso estudo SAMPAIO, Yony. Caruaru e seu fundador. **Revista de História Municipal**. Recife: CEHM, dezembro, nº 9, p. 25-34, 2010.

Em relação a fundação da Fazenda consideramos, grosso modo, explicada. São desconhecidas informações sobre a vida econômica do lugar, sobre o cotidiano dos moradores, como se constituía, também sobre os escravizados (números e senzala), ou mesmo as informações sobre as benfeitorias realizadas, o patrimônio, em quantitativo de animais, mesmo de forma indireta, entre outras questões relevantes para maiores conhecimentos acerca dessa história.

2. Histórias da Fazenda Caruaru

Todas as informações que apresentamos, foram baseadas nos escritores que nos antecederam. Dessa forma, foi informado que o primeiro administrador do lugar foi Simão Rodrigues de Sá, tornando-se o fazendeiro pioneiro no Vale Médio do Ipojuca, à medida que as terras distribuídas no Agreste ocorreram em datas posteriores. Durante a nossa pesquisa encontramos poucas informações sobre a primeira metade do século XVIII, a respeito do cotidiano na fazenda.

No entanto, segundo Nelson Barbalho, *“Simão Rodrigues se casou com u’a moça das redondezas do lugar - moça integrante da família Aquino Duro”* (Barbalho, 1982, p. 38). Se Simão Rodrigues foi o fazendeiro pioneiro na região, como pode ter encontrado nas “redondezas” uma família, uma vez que a ocupação nas vizinhanças ocorreu tempos depois? Por essa divergência, podemos indagar: teria Simão Rodrigues trazido do Recife a companheira com a comitiva?

Simão Rodrigues Duro - foi o segundo administrador da Fazenda. Pela ausência de informações sobre a morte dos pais, não sabemos quando passou a administrar o lugar. No entanto, a mesma fonte afirmou que em 1754, isto é, quase 50 anos depois da suposta data de fundação, estava, “já com uma idade madura”, casou-se com Antônia Tereza de Jesus, filha de Josefa Maria do Ó e Cristóvão Pinto de Almeida moradores no Sítio Altinho, sendo Josefa filha de João Vieira de Mello e não sendo informado o nome da esposa.

Antônia nasceu em 1740 e depois do casamento veio morar na fazenda Caruaru, onde teve três filhos. Embora existam algumas divergências entre fontes, prevalece a ideia de que os filhos nasceram na seguinte ordem: Joaquina Rodrigues de Jesus, em 1754; José Rodrigues de Jesus, em 1756; e Maria da Conceição Rodrigues de Jesus em 1759. Mais uma vez, segundo Nelson Barbalho, falando sobre Simão Rodrigues Duro e Antônia Tereza, não há uma data certa sobre a morte do casal. Por conta da sequência cronológica atribuídas a família, provavelmente, ocorreu no início da década de 1770.

As narrativas informaram uma grande seca neste período, provocando enormes perdas na região e, portanto, afetando também a Fazenda Caruaru. Porém, algumas questões são necessárias: porque ao anunciar essa situação, nada foi informado sobre o destino de animais (que superaram a fase), se tinham escravizados ou algum capataz? Para onde foram? Por isso, as informações possivelmente são inverossímeis.

São por essas dúvidas, que afirmamos mais um intervalo na história da Fazenda onde não temos informações sobre o cotidiano daquela família. Na pesquisa realizada percebemos acontecimentos de grandes impactos, provocando várias mudanças na vida dos membros dos herdeiros da Fazenda.

Sobre as duas filhas e o filho apresentamos um pequeno resumo em forma de tópicos:

- Joaquina Rodrigues de Jesus casou-se, em 1766, com 14 anos, com o Sr. Manoel da Silva Nunes, descendente dos fundadores de fazendas que tempos depois originou o povoado de Bezerros. Depois do casamento foram morar no Sítio Juriti.²⁷ Desse casamento nasceu Maria do Rosário Nunes, em 1768. Porém, no início da outra década ocorreu o falecimento de Manoel da Silva Nunes.
- As fontes informam que os irmãos José Rodrigues e Maria da Conceição (José com mais ou menos 14 anos e Maria com 12), foram morar no Juriti, com a irmã Joaquina. Perguntamos: por que decidiram deixar a Fazenda dos pais? Mesmo diante de crises deveria ser o maior patrimônio da família naquele momento. Outra situação, não

²⁷. Sobre este sítio, existem dúvidas sobre quando foi criado. Nossa interpretação é que possivelmente Simão Rodrigues Duro, disponibilizou uma porção de terras naquele lugar, como herança e/ou patrimônio do casamento da filha. Nossa versão está baseada na Antropologia Cultural, quando o padrão de casamento era notadamente patriarcal e assim, haveria o deslocamento da mulher para morar na região de origens do homem, embora isso não descartasse o chamado dote do casamento. Então, por que Manoel Nunes deixou as terras (ou não as tinha?) e veio morar nas terras da mulher? Teria sido um acordo? São perguntas instigantes para buscar respostas documentais a partir de novos estudos.

justificando a transferência dos herdeiros menores para o Juriti, era a questão da água, mesmo em períodos de secas o rio Ipojuca aumentava as possibilidades de água. Uma lógica que as fontes não informam.

- Evidenciando outros detalhamentos possíveis, a Fazenda ficou abandonada e a sede fechada? Como seria a situação dos equipamentos mais significativos: casa, curral, senzala? Não conseguimos entender a explicação sobre todos terem ido morar em outro lugar.
- Encontramos registrado que Joaquina Rodrigues (viúva) contraiu novo matrimônio, desta vez com o agricultor João Pereira Bezerra, morador nas proximidades do riacho da Palha, até a atualidade território de Caruaru.

Mais uma vez consideramos estranha a afirmativa de que o segundo marido veio morar nas terras da mulher (Fazenda Juriti). No entanto, não eram sozinhos na Fazenda, estava a enteada Maria do Rosário, os cunhados Maria da Conceição e José Rodrigues. Este com quase 20 anos. A partir dessa nova composição as relações entre esses moradores ficava cada vez mais difícil. Até ocorrer o rompimento entre João Pereira e José Rodrigues e, possivelmente, de forma mais profunda quando foi descoberto o namoro entre Maria do Rosário e o tio, José Rodrigues. Então, a mãe da menina não concordou e rompeu com o irmão. A partir dessas situações, que José Rodrigues de Jesus em 1776, “volta a morar” na Fazenda Caruaru por ser de direito o herdeiro. Dessa forma passou a ser o terceiro administrador.

Se o lugar passou um tempo abandonado, era necessário muitos reparos e reconstruções. Sendo necessário ainda informações para saber se José Rodrigues levou para a Fazenda a irmã mais nova, Maria da Conceição, por conta da possível convivência dela com o namoro da sobrinha com o irmão. Esta foi a última notícia sobre a irmã mais nova da família. A ausência de informações concretas, por serem situações de foro íntimo e particular e não documentado, torna-se mais difícil a nossa reinterpretação histórica. Por exemplo, se ocorreu a “fuga” de Maria do Rosário com o tio José Rodrigues. Onde estão os proclamas e/ou o registro no livro de casamentos da Igreja Católica Romana?

- José Rodrigues de Jesus - casou-se com a sobrinha Maria do Rosário Nunes, no início de 1781 – Maria com 13 anos e José com 25. Afirmou-se que tiveram um filho: Manoel Rodrigues, com sucessão. Não ampliamos essa “genealogia”, porque não pesquisamos a família, mas história do Município.

Então, vamos considerar materializada uma nova fase na administração da Fazenda, concretamente, depois do casamento dos dois, sem informações onde aconteceu. Provavelmente em Bezerros uma vez que no local estava a igreja mais próxima da Fazenda Caruaru, naquela década. A partir desse momento, iremos considerar que os acontecimentos e ações administrativas de José Rodrigues, estava direta ou indiretamente vinculadas a

expansão da fazenda e importantes para o lugar, no processo de se caracterizar como um núcleo urbano.

Para concluir este tópico, lembrando que, pela omissão do nome Caruaru no relatório de 1738, como citamos no capítulo anterior, a Fazenda nem fora considerada como ponto de apoio para os tangerinos. Será que na época de Simão Rodrigues Duro as instalações não eram tão seguras para o gado pernoitar? Mas, pelo menos o uso da água para o gado beber deveria ser comum, tangendo todos para a beira do rio, pela nossa percepção da topografia possivelmente onde atualmente é o final da Rua Saldanha da Gama, no “antigo Cafundó”.

O uso da Fazenda como parada obrigatória e ponto de pernoite ocorreu depois da construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição, tanto pela reforma da estrada, como pela existência de uma feira. Pois, no final do século XVIII e início do XIX, Caruaru era um povoado próspero e as condições do lugar tornou-se favorável pelos melhoramentos realizados por José Rodrigues. Inclusive, contando com um incipiente comércio.

2.1. A primeira capela de Caruaru

Este é o tema mais importante para ser discutido por justificar-se como o aspecto mais relevante na explicação sobre o crescimento urbano de Caruaru. Para isso, será necessário retomar a história do lugar, ao momento quando José Rodrigues de Jesus casou-se com Maria do Rosário Nunes em 1781 e foram morar na

Fazenda Caruaru. Logo depois do casamento resolveram construir uma Capela²⁸ na fazenda e solicitaram ajuda do padre fazendo assistência religiosa em Bezerros. Lugar onde existia desde 1768 a pequena igreja classificada como Cura.²⁹ De forma que o padre sendo o Curador e responsável pelos cuidados pastorais da população naquele lugar, vinculado a Paróquia de Santo Antônio. Pois, a Paróquia (Freguesia) de São José dos Bezerros fora criada somente “em 22 de novembro de 1807 assumindo a direção da nova Paróquia o padre Antônio Jácome Bezerra” (Nelson, 1983, apud Souto Maior, 2005, p. 231).

Supondo que alguém deseje erguer uma capela ou uma igreja em qualquer lugar, era (e ainda é) necessário formalizar o pedido a autoridade eclesiástica mais próxima e no caso da Fazenda Caruaru estava em Olinda. Esta exigiria que fosse determinado um certo patrimônio que poderia ser bens moveis ou imóveis, de onde teria a garantia de alguma arrecadação ou renda, para suprir os gastos e garantir a manutenção dela.

Todo procedimento e confecção dos documentos (as petições e declarações) foram escritos pelo padre, inclusive se apresentando como o “beneficiado” no processo. Além disso vemos nos textos adiante,

²⁸ . É nomeada capela um templo de pequenas proporções, normalmente com um só altar; um santuário, uma ermida. [...] A capela é um templo que não é sede de paróquia e, por isso mesmo, desprovido de padre para uma assistência permanente; dá-se o nome de ‘capela’ aos espaços reentrantes, onde estão situados os altares colaterais e nichos para imagens. O local do altar-mor recebe o nome de capela-mor (TIGRE, 1982, p.282).

²⁹. Igreja onde ocorrem as atividades de um Coadjutor de pároco (cf. Dicionário da Língua Portuguesa).

expressões específicas de uma linguagem eclesiástica e até citações evidenciando conhecimentos sobre os dogmas e rituais da Igreja Romana. Então, seria difícil que os documentos fossem elaborados por um senhor fazendeiro, nascido e vivendo no Vale Médio do Ipojuca, possivelmente não teve contato com esses conhecimentos, próprios do mundo religioso.

Segue abaixo transcrição de documentos, possivelmente copiados, à medida que utilizou a expressão *etcetera* para resumir uma ideia na escrita:

Auto de justificação do patrimonio da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Fazenda Caruru

O Beneficiado Clemente Fernandes de Moraes, Presbytero Secular, Escrivão da Câmara Episcopal neste Estado de Pernambuco, por Sua Excia. Revma. que Deos Guarde etc. Certifico que revendo os Autos do Patrimônio de que trata a petição supra, nelles achei proferida a sentença do theor seguinte: Visto estes Autos de Justificação do Patrimônio da Capela de Nossa Senhora da Conceição, consta das diligencias feitas etc. que José Rodrigues de Jesus e sua mulher Maria do Rosário Nunes fizerão doação de hũa sorte de terras de criar gado, chamada Caruaru, no Curato de São José dos Bezerras, para patrimônio de sua Capela com o título de Nossa Senhora da Conceição, e como pelo dito dos avaliadores se prova valerem huns duzentos mil reis e poderem render seis mil reis annualmente e pelas testemunhas que dão livres de foro, penhora, hipoteca ou outro algum encargo, e que os doadores o podem fazer, sem prejuízo de terceiros, portanto o julgo por título para patrimônio da dita Capela e nelle interponho minha autoridade e decreto judicial. Pague as custas. Olinda 21 de fevreyro de 1781. Eu Clemente Fernandes de Moraes o escrevi e assignei. (DIAS, 1971, p. 70/71).

A partir desse documento as evidências patrimoniais e testemunhais justificava o pedido e o Bispo

de Olinda que concedeu a licença para a construção da primeira igreja na Fazenda Caruaru. Conforme observado no documento abaixo elaborado três dias depois de apresentado o Auto de Patrimônio.

Provisão de D. Thomaz da Encarnação Costa Lima

Dom Thomaz da Encarnação Costa Lima por mercê de Deos, e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Pernambuco, e do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima etc. Fazemos saber que por sua Provisão nos enviou a dizer que José Rodrigues de Jesus e sua mulher, moradores na Freguesia de São José dos Bezerros, que elles querem erigir huma Capella por invocação a Nossa Senhora da Conceição, em lugar decente para que já hoviam constituído sufficiente Patrimônio, pedindo-nos por fim de sua supplica lhe concedêssemos licença para se erigir a dita Capella, e benzer a primeira pedra, e lançar, e no lugar costumado. E attendendo nós a sua justa supplica, visto ser obra tão pia do serviço de Deos, e bem das almas, e por nos acharmos legitimamente impedidos para fazermos pessoalmente esta função, que só a Nós pertence de Direito, cometemos nossas vezes ao Reverendo Pároco da dita Freguezia, para que possa benzer a primeira pedra, sendo affeiçoada por official de pedreiro, com as cruces necessárias, e lança-la no lugar que lhe compete, segundo as disposições do Ritual Romano, e depois de erecta se requererá a benção della. Dada em Olinda, sob o sello de nossa Capellania e de nosso signal aos 24 de fevereyro de 1781. Eu Clemente Fernandes de Moraes, Escrivão da Câmara Episcopal, a escrevi”. (DIAS, Op. cit., p. 71/72 e LIMA, 1957, p. 31).

Depois de receber a autorização, respeitando as exigências eclesiásticas (quando o padre da freguesia realizou uma visita e deixou tudo encaminhado), o fazendeiro iniciou a construção da capela concluída um ano depois da autorização. Pois se o documento da Provisão concedida pelo Bispo, foi assinado em fevereiro de 1781, o pedido para o padre de Bezerros vir benzer a

igreja, somente ocorreu em 20 de maio de 1782, conforme a “Certidão” que segue sobre a inauguração da Capela.

Certidão do Cura Felix Xavier de Lima e Mello

Felix Xavier de Lima e Mello, Presbytero Secular e Cura de São José dos Bezerros, por S. Excia. Revma. que Deos Guarde, certifico que em vista de sua Provisão, aos cinco dias de outubro do precedente anno de mil setecentos oitenta e dois annos, benzi a Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira do Ipojuca, no lugar Caruaru, de que he fundador e administrador José Rodrigues de Jesus na forma em que depõe o Ritual Romano e, para constar, lavrei o presente de minha lettra e signal. Hoje 5 de Outubro de 1782. Felix Xavier de Lima e Mello. (DIAS, Op. cit., p. 73).

Existem outros documentos (tidos como oficiais) transcritos nas fontes consultadas, mas optamos não os reproduzir nessa sequência, por considerar ser necessária uma análise mais detalhada. De outro modo, não acrescentariam mais do que foi apresentado, sobre os acontecimentos relacionados a construção da citada Capela.

Sendo notório a existência de um caderno de anotações, que segundo afirmam era do próprio José Rodrigues de Jesus e em posse de descendentes da família Nunes, moradores na cidade de São Caitano, vizinha a Caruaru. Instituições que procuraram essas pessoas no início de século XXI, ouviram uma proposta de venda do caderno por mais de 200 mil reais, o que se tornaria inviável, embora muitos detalhes foram compilados por Nelson Barbalho e João de Deus em suas obras. Portanto, não são informações inéditas.

É importante dizer que José Rodrigues de Jesus pensou na possibilidade da vinda de um padre. Pois, João de Deus narrou sobre a construção de uma casa para a vinda de padre, mas foi em vão, porque a permanência de um padre em um lugar estaria vinculada a existência de uma paróquia e não de uma simples capela.

Ainda segundo o mesmo autor, José Rodrigues de Jesus, com 54 anos idade e quase 30 casados com Maria do Rosário Nunes, no dia 19 de maio de 1810, requereu ao Bispo de Olinda a graça de ser sepultado, quando falecesse, bem como sua esposa, os descendentes e demais parentes, no plano do Altar-mor da referida Capela, através de petição, conforme transcrição abaixo e os respectivos despachos:

Petição de José Rodrigues de Jesus ao Bispo de Pernambuco

Diz José Rodrigues de Jesus que já alcançara do Exmo. Revmo. Sr. Bispo D. Diogo (de Jesus Jardim), de gloriosa memória, a graça de ser sepultado e todos os seus descendentes e parentes no plano da Capela-Mor, antes do Presbitério, em veneração de ter o suplicante feito a dita capela a custa de sua Fazenda, como se vê do despacho junto e porque o suplicante tem suma vontade de fazer uma catacumba ao lado da Capela-Mor para nela se ele unicamente enterrado quando Deus Nosso Senhor for servido chamá-lo desta vida para outra pt.

Despacho

Concedo ao Suplicante a graça que pede para ele unicamente, não sendo no Presbitério, e todos os seus parentes, em linha reta e colateral, serão sepultados no plano da Capela-Mor de dita Capela com as condições e isenções do Despacho antecedente. São José dos Bezerros 19 de maio de 1810.

Parecer

Por mando do Mmo. Revmo. Sr. Visitador seja servido, em atenção aos merecimentos do Suplicante conceder-lhe a graça que suplica. E. R. M. Visitador em visita. Gravatá dos Bezerras 8 de janeiro de 1817. Visitador Gusmão. (Ib. Ibidem, p. 76).

De acordo com essa documentação, o sepultamento de José Rodrigues de Jesus ocorreu no interior da capela, como havia requerido ao Bispo de Pernambuco. No entanto não há referências sobre o sepultamento dos demais membros da família, na Capela, sendo acatada a determinação do Bispo.

Foi encontrada uma lápide em madeira (talhada), por trás do Altar-mor, onde estava os restos mortais do requerente (DIAS, Op. cit., p. 78).

Epitáfio do túmulo de José Rodrigues de Jesus, aqui reproduzido, a partir de uma fotografia tirada pelo fotógrafo Pissica, em 1971.

*AQUI JÁZ O CADEVER DO FUN=
DADOR d. c. JOSÉ ROIZ. DE JE=
ZUS P. PELO AMOR DE DEUS
HUM P. N. AV. M.*

Aqui jaz o cadáver do fundador
da Capela José Rodrigues de Jesus,
pede pelo amor de Deus um Pai-Nosso e
uma Ave-Maria.

Esta informação veio a público, no início da década de 1970, quando uma equipe da Prefeitura de Caruaru (necessário ressaltar que não eram pessoas especializadas em restauração), retirou a citada lápide e,

segundo Anastácio Rodrigues, (que não é parente do fazendeiro sepultado), ocupava o cargo de Prefeito, afirmou que entregou a peça ao Bispo de Caruaru na época, Dom Augusto Carvalho.

Tempos depois, ninguém sabia onde estava “guardada” a placa e até a atualidade o paradeiro é desconhecido. A peça foi substituída por uma de metal, onde está escrito os dizeres da antiga lápide, sendo acrescentado os dados da administração responsável pelas mudanças. Atualmente a nova placa está afixada logo acima do rodapé da parede da lateral direita do Altar-mor daquela igreja.

-X-X-X-X-X-X-

Retomando o momento histórico da inauguração da Capela de Nossa Senhora da Conceição, o presbítero secular Felix Xavier de Lima e Mello, vinculado a Paróquia de Santo Antônio, mas não sendo o Pároco daquele local, atuava como auxiliar (Curato) em Bezerros, ficando responsável pela assistência religiosa na Fazenda Caruaru.

Os escritores e historiadores caruaruenses são unânimes em afirmar que Caruaru cresceu e se transformou em povoado em função da existência dessa Capela histórica. Podemos supor que a Fazenda, passou a ser, além de Bezerros, o lugar no Vale Médio do Ipojuca, onde os moradores de toda as redondezas (até distantes) passaram a ter oportunidade de acompanhar um ato religioso celebrado por uma autoridade oficial da Igreja Católica Romana. O lugar transformou-se em um ponto

de convergência da população em geral e com o motivo muito específico: a religião.

Pensando sobre o dia da vinda do padre para a Capela, a notícia espalhava-se com antecedência e, (provavelmente era marcado para um final de semana), transformando-se num dia especial: assistir missa, realizar batizados, casamentos, receber a benção do padre, encontrar conhecidos, parentes e compadres. Tudo isso não tinha preço, naqueles momentos de difícil comunicação.

Restando algumas dúvidas quanto a posição da residência principal da Fazenda em relação a Capela. Encontramos a seguinte explicação quanto a localização e as características arquitetônicas:

A capela foi “levantada ao lado direito da Casa Grande, olhando para o noroeste. De linhas simples de aspecto modesto, constava de duas partes bem distintas: o corpo central e a capela-mor ... com duas portas centrais” (LIMA, 1957, p. 29/30, *apud* BEZERRA, 1985, p. 2).

Ao analisar a citação acima, observamos que os pontos indicados no texto sobre localização exata, apresenta alguns equívocos. Como a igreja está no mesmo espaço da construção inicial, a frente para o Oeste e não a Noroeste; a explicação arquitetônica evidenciou que a visão do autor do texto não se referiu sobre uma simples capela votiva e sim a uma igreja mais elaborada no estilo.

Da mesma maneira ao afirmar que a igreja estava do lado direito da casa do fazendeiro, significando onde foi à casa do Cel. João Guilherme de Ponte, também a

Loja Paulista e atualmente a Livraria Bosco, defronte para a Praça Cel. João Guilherme. É plausível, porém, o terreno no pretérito era extremamente íngreme e por isso dificilmente o primeiro fazendeiro teria escolhido para o quintal da casa um “buraco”.

Seria exagero pensar que a casa da fazenda tenha sido erguida do outro lado, não do lado do rio, mas a direita da capela e assim, o caminho passava entre a igreja e a varanda da casa? A resposta exige novas pesquisas. Ainda sobre as características da igreja segundo Bezerra (1985), a primeira torre da capela fora a do lado direito do prédio. Erguida e inaugurada em 1857 para colocar um sino, doado por um fazendeiro de Pannels de Miranda, como pagamento de uma promessa, de uma graça alcançada na cura de um filho que teria contraído o *Cólera Morbo*, a pandemia do meado daquele século. Sobre a segunda torre da igreja, o mesmo autor afirmou que fora construída em 1907, ao lado esquerdo, defronte para o Ipojuca.

Sobre a importância da presença da igreja e suas atividades religiosas, provocando a presença de muita gente de vários lugares próximos, estamos considerando que as pessoas aproveitavam esses momentos e alguns passaram a trazer produtos agrícolas, para vender ou trocas pelo que estava necessitando. Sendo difícil acreditar que a população tivesse (dinheiro) moeda corrente para comprar os produtos. Motivo pelo qual muitos historiadores defendem a existência de um escambo, no começo nesse período.

Paralelamente, com o aumento de viajantes pelo caminho, mesmo que bastante precário, até aquele momento, mas passava por ali muito mais gente do que em período anterior, e isso tornou a sede da fazenda com maiores possibilidades de ampliar os negócios. O exemplo clássico da presença do mascate recebendo por seus produtos não só dinheiro em espécie, pois era raro entre os moradores, mas aceitava produtos outros. Os comerciantes (mascates) vindos do litoral traziam as novidades e objetos de grandes necessidades, principalmente para as mulheres: linha, dedal, chapéus, apetrechos de uso feminino etc. Bem como armas, munições e ferramentas. Assim, estas eram as condições favoráveis a expansão do comércio e do lugar.

Neste contexto histórico ocorreu a gênese da história da feira livre de Caruaru. A única dúvida é em relação a feira de gado, pois quando teria iniciado? Embora pelo lugar passasse boiadas, normalmente vinham com os tangerinos e vaqueiros e possivelmente não poderiam negociar o gado para algum agricultor/fazendeiro na região, sem autorização. Se por acaso o boiadeiro (dono da boiada) estivesse presente, haveria a transação, mas o agricultor tinha dinheiro (em espécie) para comprar gado?

Na atualidade nas cidades pequenas com feiras livres, é bastante comum surgir algum morador das vizinhanças trazendo um bezerro, um garrote e mesmo uma vaca para venda. Se for caracterizada uma feira de gado, não vamos discutir os aspectos de classificação,

mas possivelmente naquela época não existia esse morador com tais disponibilidades. Faltam informações.

Depois de certo tempo, principalmente após maior ajuntamento de pessoas e fazendas, os criadores locais passaram a ter excedentes de animais para vender ou revender, para o abate ou outras finalidades. Então, com essas possibilidades, as necessidades e os interesses mútuos, possivelmente a feira de gado de Caruaru foi iniciada.

Porém ao propomos uma análise antropológica, para além do comportamento sociocultural humano, nos propomos analisar para além das estratégias de atividades concretas da vida econômica. Ao contrário de algumas obras, que não tiveram esse objetivo, mas foram consultadas para nossa pesquisa. Para exemplificar apresentamos a citação abaixo que não contextualiza as afirmações, apenas apresentou fatos como verdadeiros e consumados.

A Fazenda Caruaru, no princípio do século XIX, já era um povoado próspero com uns mil habitantes, possuindo, desde 1795, sua feira de gado e de produtos da roça, origem da grande feira de Caruaru (DIAS, 1971, p. 120).

No entanto, observando no texto a informação sobre uma data base para a existência da feira livre. Parece pouco 13 anos depois da inauguração da Capela, consideramos, porém, um tempo razoável para ter sido processado todos aqueles aspectos que citamos também,

um tempo, justificando as condições historicamente necessárias para a feira existir.

E sobre o tamanho do lugar depois de alguns anos da existência da igreja deve ser acrescido, na sequência a existência da feira. Mas, pelos dados da citação não foi possível pensar sobre à medida, pois não sabemos em que o autor(res) se basearam, uma vez que o primeiro censo oficial no Brasil ocorreu em 1872.

Para concluir, fazemos algumas ilações a partir da percepção, ou do que se conhece, sobre a composição das famílias no interior do Brasil. É notório serem formadas por grande número de pessoas, mas, no caso do povoado de Caruaru, como mensurar quantas casas – fogos³⁰ e em cada casa quantas pessoas? Então, mil habitantes ocupariam quantas casas?

Pensando nessa perspectiva, sobre a grandeza de Caruaru, segundo Dias (1971, p. 120), no final do século XVIII e início do XIX, verificamos que, segundo Ata da Câmara Municipal de Bonito de 07 de janeiro de 1838, afirmou que: “Caruaru em 1838 é um povoado com 100 casas”.³¹ Logicamente 43 anos antes da data da referida Ata, o povoado de Caruaru, teria o número bem menor de casas. Então, as dúvidas aumentam. A Fazenda, a Capela e a Feira, têm enorme sentido de contemporaneidade entre si, embora ocorrendo situações históricas isoladas, mas as

³⁰. É uma expressão usada para designar o lugar onde tem uma casa. Cada casa, necessariamente, tem um fogão (na época, lenha ou carvão). Ao olhar de longe se diz: ali tem uma casa, um fogo, pela fumaça.

³¹. Arquivo Público Estadual Jordão Emericiano. Recife, Códice Câmara Municipal nº.17, página 220.

intercessões tornaram-se momentos bastante complementares.

O José Rodrigues faleceu em 1820, aos 64 anos. E, sobre Maria do Rosário não temos nenhuma informação. Da mesma forma, não existem registros sobre os descendentes dessa família, é como se a história de Caruaru terminasse com o desaparecimento do patriarca. Este se tornou o primeiro personagem na cidade a receber honras históricas.

2.2. A história da Igreja Matriz

O povoado de Caruaru, na primeira metade de século XIX, apresentava um clima de disputas entre grupos, numa contenda de prestígio social, principalmente após a chegada de autoridades jurídicas, professores e professoras, ou que exerceria funções públicas. No bojo dessas disputas, identificamos grupos bastante definidos coexistindo no povoado: de um lado, uma ala conservadora e escravista, formada basicamente pelos descendentes dos primeiros fazendeiros na região que se deslocaram para morar no povoado próspero.

Na outra ala, encontrava-se um pequeno grupo de comerciantes, profissionais liberais, mas com melhor preparo intelectual, embora muitos também com a mentalidade escravistas, não se conformavam por ter menor espaço de influências. Quando na prática apresentavam uma visão mais progressista em diversas questões na vida do povoado e de comportamentos, diferente de quase todos os moradores no lugar e na

região. Sendo necessário registrar que em muitas eram pessoas vindas para Caruaru a exercer alguma função pública e em certo caso, até com uma boa escolaridade o que lhes daria qualidades ao modo de vida

A construção de uma nova igreja em Caruaru no século passado surgiu a partir de problemas relacionados com desunião no seio da comunidade católica romana, tendo como pano de fundo, a disputa política afluída uma década depois. Conforme a literatura consultada, os motivos que determinaram o aparecimento dessa nova igreja, estão repletos de intrigas religiosas entre os moradores, divididos em torno de lideranças locais e em certos momentos chegando ao limiar de conflitos mais sérios.

Às vezes, o “disse me disse”, as fofocas e as picuinhas tomavam forma de grandes ofensas. Por exemplo, parte população ficou irritada porque algumas famílias, se arvorando herdeiras de prestígios dos antigos proprietários do lugar, possuírem cadeiras particulares na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (marcadas inclusive com os nomes), sendo isso um sinal de poder e de riqueza. Enquanto outra parte da freguesia não detendo tais regalias, sentia-se humilhada.

A população no povoado crescia e nos arredores também e a discriminação tornava-se mais evidente quando na hora das missas muita gente ficava do lado de fora da capela, que continuava pequena para a população das vizinhanças em busca de atendimento aos seus sentimentos religiosos. Tudo isso propiciou grandes discussões e criou as condições para o surgimento de uma

corrente dissidente na comunidade católica romana em Caruaru de então, sendo fundada a Irmandade de Nossa Senhora das Dores.

A Irmandade de Nossa Senhora das Dores teve como primeiro presidente o comerciante e professor João Izidro Gonçalves da Cruz, assumindo a responsabilidade por todo o trabalho de edificação da nova igreja. O projeto foi idealizado em 1840 e a fundação ocorreu em 16 de agosto de 1848. O projeto foi colocado em prática pelos próprios organizadores da Irmandade. A ausência de documentos sobre esses acontecimentos motiva algumas considerações, a partir de evidências indiretas: sendo o projeto de foro particular de um grupo de pessoas, concretizado por disputa e orgulho próprio, imaginamos que a Igreja Romana, representada pelo pároco local, diante da necessidade de conviver com as dificuldades, não teve a iniciativa de oficializar em documento próprio o registro dos acontecimentos, seria o mesmo que admitir a forte dissidência interna na freguesia.

Possivelmente, a construção dessa segunda igreja, tinha como objetivo atender a uma necessidade da comunidade religiosa local (aspecto mencionado), então as condições para o projeto foram proporcionais à situação daquele momento. Para organizar o espaço, em termos arquitetônicos, foram consideradas mais as soluções práticas que questões artísticas requintadas. Mesmo assim, essa empreitada somente foi possível de realização, porque tinha na retaguarda os novos ricos na cidade para a sustentação econômica. Como o próprio João Izidro que, depois de aposentado como professor, tornou-se um

construtor independente (construía casas para depois vendê-las à comunidade), além de ser uma pessoa com projeção política, pois em 1850 tomou posse como Vereador suplente na Câmara Municipal de Caruaru.

A igreja tinha uma forma comum, singela, como era normal a esse tipo de construção em Pernambuco no século XIX: grandes espaços de alvenaria, cujo desenho era retangular e simétrico, porém, rústico. E possivelmente, no corpo da construção a carga concentrava-se em robustos e rústicos pilares nos lados da nave central. Essas descrições são hipotéticas, considerando que não dispomos de nenhuma informação sobre o interior da igreja na primeira versão. Ocorreu a primeira reforma dez ou 12 anos após a inauguração e somente foi construída a segunda torre em 1914. Sendo bastante instigante pensar que com a inauguração, a Irmandade de Nossa Senhora das Dores, conseguiu aquela igreja inaugurada como Paróquia. E assim deveria ser nomeado um pároco. Tudo óbvio. Uma grande demonstração de poder político dos representantes da Irmandade.

Sob o ponto de vista da divisão territorial, das freguesias (com a criação de novas paróquias) em Pernambuco, essa distribuição não coincidia necessariamente com a divisão político-jurídico-administrativa na Capitania que depois passou a se chamar Província. A Capela de Nossa Senhora da Conceição após concluída e inaugurada em 1782 foi imediatamente incorporada à Freguesia de Santo Antão da Mata, existente desde 1746 e por ser a Paróquia mais próxima na época.

Caruaru continuou vinculada a Santo Antônio, até que a Lei Provincial nº 65 de 12 de maio de 1839, criou a Vila de Bonito e se separou de Santo Antônio.

A nova vila, ao mesmo tempo, criava a Paróquia de São José dos Bezerras, e a Capela de Caruaru passou a pertencer a essa freguesia (surgindo a expressão “Caruaru de Bezerras”), confundida com a ligação política. Mas, em 02 de maio de 1844, outra Lei Provincial nº 133 criou a Paróquia de São Caetano da Raposa na qual a Capela de Caruaru ficou subordinada. Outros acontecimentos criaram condições novas para a história da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Quatro anos depois, a Lei Provincial nº 212 de 16 de agosto de 1848, elevou o povoado de Caruaru a categoria de Vila e a mesma lei criou a Paróquia na nova Vila. É sobre este fato que computamos o forte poder da Irmandade das Dores em Caruaru.

Os documentos não apresentam nenhuma explicação, mas a Paróquia de São Caetano foi extinta e, ao mesmo tempo, foi criada a Paróquia de Nossa Senhora das Dores, que se tornou Matriz de Caruaru, título até a atualidade. Foi a partir desse vai-e-vem que a igreja da Conceição, mesmo sendo a mais antiga de Caruaru, continuou na condição de Capela, passando de freguesia a freguesia. Tornando-se vinculada à Freguesia da Matriz do lugar.

Não sabemos exatamente a data, mas foi colocada em frente a Capela uma cruz de madeira e entre as duas traves um raio em ferro, formando uma “rosa dos ventos”.

Este cruzeiro estava bem na frente da igreja e permaneceu até as primeiras décadas do século XX.

Para Fonseca (1971), nos anos de 1840 era o padre Antônio Jorge Guerra que estava em Caruaru, quando a região Agreste foi assolada pela epidemia do *cólera-morbo*. A Vila foi afetada de forma impiedosa e muitos morreram, inclusive o próprio padre, uma das vítimas falecido em 1856. Para substituí-lo “foi enviado o Pe. Antônio Freire de Carvalho, que administrou a vida religiosa e, participou dos acontecimentos políticos e sociais de Caruaru durante 52 anos consecutivos”. (FERREIRA, 1996, p. 8), conhecido em todo o Município como o Vigário Freire ou simplesmente “Vigarinho”.

3. Caruaru, VILA

Em uma pequena retrospectiva da história política do Brasil, é possível afirmar que a primeira legislação eleitoral do Império foi com a assinatura de um decreto em 24 de março de 1824, logo após a *Carta Constitucional* ter sido outorgada, contendo as instruções sobre como seriam realizadas as eleições municipais no Império, em todas as instâncias. Nos interessou os conteúdos relativo as eleições para as assembleias paroquiais:

No §. 2º., estabelecia-se que em cada freguesia do império ‘se fará uma assembleia eleitoral, a qual será presidida pelo juiz-de-fora, ou ordinário, ou quem suas vezes fizer, da cidade ou vila, a que a freguesia pertence, com a assistência do pároco, ou de seu legítimo substituto’. No parág. 3º., determinava-se que, no caso de haver mais de uma freguesia na cidade ou vila, ‘o juiz-de-fora, ou ordinário presidirá à assembleia da freguesia principal, sendo as das outras presididas pelos vereadores efetivos, e mais pessoas da governança, nomeados pela câmara, se precisos forem’ (TAPAJÓS, 1984, p. 196).

A constituição das Câmaras Municipais no Brasil, desempenharam importante papel durante o período Colonial, porém, se limitavam aos núcleos urbanos, próximos ou nos próprios engenhos. Por isso afirma-se que o poder local era exercido nas vilas dos engenhos. A partir do século XVIII e início do século XIX as câmaras tornaram-se as principais instituições administrativas e

jurídicas. Embora conservando a importância, conquistaram a legitimidade ao serem contempladas com três artigos (167, 168 e 169) na Constituição de 1824 e, ainda por uma Lei Regulamentar de (1º.10.1828) conhecida como “Regimento das Câmaras Municipais”.

- Art. 167. Em todas as cidades e vilas ora existentes, e nas mais que para o futuro se criarem, haverá Câmaras, às quais compete o governo econômico e municipal das cidades e vilas.
- Art. 168. As Câmaras serão eletivas e compostas do número de vereadores que a Lei designar, e o que obtiver maior número de votos será presidente.
- Art. 169. O exercício de suas funções municipais, formação das suas posturas policiais, aplicação das suas rendas e todas as suas particulares e úteis atribuições, serão decretadas por uma Lei Regulamentar.

Considerando esse ponto, como uma segunda etapa na expansão urbana de Caruaru, cuja dinâmica foi indicada por Costa (1978, p. 11), quando afirmou que, via de regras, o crescimento de um lugar seguia critérios ditados pelas oportunidades e necessidades de cada espaço. Primeiro, uma residência para a sede de uma fazenda; às vezes apenas uma casa construída as margens de um rio ou de um lago, nas encruzilhas de estradas, etc. Em todas as situações estas construções seriam o ponto de apoio de viajantes ou vizinhos.

Um pequeno arruado, crescia para um povoado e, construindo uma capela (a existência de uma, era um ponto fundamental, para o crescimento do lugar), cria as

condições para um movimento comercial, garantindo uma renda. Entrariam em cena os aspectos favoráveis para um determinado povoado alçar à categoria de Vila. Esta narrativa cabe perfeitamente para Caruaru.

Todas as vilas, quando criaram as câmaras municipais, conquistam a autonomia político-jurídico-administrativo. Esta é a mais importante explicação para a vida política de uma Vila. Desde o início do Império, os agrupamentos humanos elevados a esta categoria foram marcados por representar o poder local. E, este poder, se materializava de forma legal através das eleições para compor a representação política com os vereadores.

As leis organizaram as vilas no campo jurídico, por exemplo, através: “de dois juízes ordinários e vereadores. (...) como oficiais, integravam-nas também, com funções definidas, o procurador, o tesoureiro e o escrivão, todos eles investidos através de eleições.” (TAPOJÓS, 1984, vol.9, p. 271). Este modelo foi sofrendo mudanças com o tempo. Para as câmaras disporem de rendas próprias, se bem que pequenas, recorriam as contribuições especiais solicitadas aos presidentes das províncias para obras de importância geral e de urgência.

As finanças eram obtidas através dos réditos (impostos municipais): foros (a renda das terras aforadas) e tributos autorizados em lei geral ou especialmente concedidos pela Coroa. Dois terços da renda municipal pertenciam à Câmara e o último terço revertia para o Real Erário da capitania. (PRADO JÚNIOR, 1961, p. 312, apud MENDES JÚNIOR, 1976, p. 128).

A finalidade do Pelourinho era simbolizar o poder e o direito do senhorio para administrar e aplicar a “justiça” em seus domínios. Para demonstrar este poder, no Pelourinho que pessoas eram amarradas para serem açoitadas, expô-las à vergonha e a desonra pública. E onde também se fixava editais e ordens diversas e até expunham cabeças de criminosos. Na época se afirmava que o “Pelourinho era o companheiro inseparável do algoz”, assim como a polé.³²

Nos dois primeiros séculos, nas terras da Capitania de Pernambuco, existiam seis vilas: Igarassu 1535; Olinda 1537; Vila Formosa de Sirinhaém 1627; Porto Calvo, Laguna do Sul e São Francisco (Penedo), todas em 1636. Essas três últimas vilas estão localizadas atualmente em terras no estado de Alagoas; no século XVIII, os pelourinhos foram erigidos em Goiana, Recife, Assunção³³ e Cimbres (depois a sede passou para Pesqueira); no século XIX, o mesmo monumento, foi construído apenas nas vilas de Paudalho, Limoeiro, Cabo, Garanhuns, Flores e Santo Antão (Vitória). Em 1812 as terras de Caruaru pertenciam a Santo Antão.

Até o início de século XIX, começo do Brasil Imperial, a constituição de uma Vila deveria ser referendada, necessariamente pela construção de um Pelourinho como símbolo máximo das vilas:

³². Polé: um tipo de roldana; antigo instrumento de tortura (Dicionário da Língua Portuguesa).

³³. Esta Vila foi extinta tempos depois. Assunção é o nome de uma ilha do Rio São Francisco, ocupada pelos povos Truká.

Outrora, em todas as cidades e vilas, erguia-se na praça principal uma coluna de pedra com o pedestal, sobre uma plataforma com degraus, (...) no capitel colocavam uma cruz, um escudo, ou uma ornamentação qualquer. (...) era esse o tipo comum desses monumentos a que se dava o nome de Pelourinho. (COSTA, 1953, vol. V, p. 174).

Os pelourinhos foram demolidos em virtude do art.179 da Constituição Política de 25 de março de 1824, que aboliu as penas infamantes como os açoites, a tortura e todas as penas cruéis. (COSTA, Op. Cit., p. 179).

A partir das informações acima, afirmamos que Caruaru não construiu seu Pelourinho, uma vez que somente foi elevada à categoria de vila em 16 de agosto de 1848, quando legalmente, não se construía mais esse tipo de monumento, símbolo do poder e da tortura, conforme explicado.

Rosalino Lima e Zacarias Campello afirmam que o processo da passagem de povoado à vila, é explicado da seguinte maneira:

O seu desmembramento, com a respectiva elevação à categoria de vila, não se deu porém, de um salto: esperou-se pacientemente pela indispensável colaboração do tempo através do qual se comprovasse mesmo a possibilidade quanto à sua manutenção em se tornando vila. Nada de açodamentos, para se evitar, *ad futurum*, qualquer ocasional decepção que viesse determinar um retrocesso à estaca zero. (LIMA; CAMPELLO, 1957, p. 45).

Em nossa revisão na historiografia, não compartilhamos com esta opinião. Pois, esperar pelo tempo é uma afirmativa sem sustentação, por se tratar de uma mudança tão significativa para Caruaru. Seria uma incerto e simplista demais para explicar o crescimento do povoado e ser aprovada a elevação como Vila. Analisando as entrelinhas da citação, os autores declararam que ninguém nesse lugar foi capaz de lutar pelo desenvolvimento do povoado. Sendo injusto aos moradores. Pelo contrário, ocorreu muita articulação política, unido interesses e negociações.

O caso de Caruaru e a importância no Agreste pernambucano, pode ser explicado pelo crescimento da povoação, em vários aspectos. Os mesmos aspectos históricos das origens ao tornar-se povoado continuavam contribuindo no crescimento. Pois, desde a segunda metade do século XVIII, a Fazenda tornou-se passagem obrigatória do Litoral ao Sertão; a existência da Capela como o aspecto mais significativo, e depois como sede de uma Freguesia: Paróquia; a Feira com a força agregadora para o comércio e, com o tempo, outros caminhos foram abertos, facilitando a comunicação de Caruaru com as capitanias vizinhas, como ocorre até a atualidade. De modo que este lugar se tornou em poucas décadas no maior centro urbano no Vale Médio do Ipojuca, com uma força comercial incomparável para a época.

Teoricamente, o governo da Província discutia com pessoas e/ou grupos sobre os lugares, onde os interesses, principalmente dos órgãos responsáveis pelo fisco (arrecadação), vendo sempre a possibilidade de aumento

de impostos e por isso, o governo procurava acelerar o processo em desmembrar os municípios (vilas) existentes e assim, criava mais núcleos administrativos autônomos.

Na nossa releitura da literatura existente, embora tênue, foi possível afirmar que os acontecimentos explicando a elevação de Caruaru a condição de Vila, não foram nem a dormência de uns e nem creditando tudo aos políticos locais. Lógico que também não vamos acreditar na bondade dos políticos na Assembleia Provincial. Para creditar tudo as iniciativas dos homens desse lugar, o historiador deve ser cuidadoso para não criar os “heróis” ou recriar ideia dos “homens bons”, como afirmou Sérgio Buarque de Holanda no livro “Raízes do Brasil”. Esta visão sobre a História é elitista, à medida em que credita e reforça que as situações históricas são frutos somente da classe dominante na sociedade e por isso classificada como, o grupo vencedor na História.

É importante informar que o texto da Lei não se limitava apenas em transformar o povoado de Caruaru em Vila, mas determinou também a mudança da sede da Comarca que funcionava em Bonito, fosse transferida para Caruaru. Além de outros encaminhamentos, como podemos ver abaixo.

A Lei Provincial nº.212 de 16 de agosto de 1848.

Antônio da Costa Pinto, Presidente da Província de Pernambuco. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa provincial decretou, e eu sancionei a lei seguinte:

Artigo Primeiro. Fica trasladada a sede da freguesia de San-Caetano-da-Raposa para Nossa Senhora das Dores, em Caruaru.

Artigo Segundo. Fica trasladada a sede da comarca do Bonito para Caruaru.

Artigo Terceiro. A comarca fica dividida em dous municípios, compreendendo o primeiro as freguesias de Caruaru, Bezerros e Altinho, e o segundo as de Bonito e Panellas.

Artigo Quarto. O primeiro município, o da sede da comarca, (Caruaru) terá os seguintes limites: principiando ao Oeste da propriedade denominada – Itacaheté -, aquém do rio Ipojuca, seguirá até a foz do riacho da Onça, compreendendo as águas pendentes ao mesmo; dahi seguirá por este acima, em direção ao Norte, até a sua nascença na serra Jaracatihá, inclusive o sítio do mesmo nome; e descendo pelo riacho Carapotós abaixo e águas pendentes ao mesmo até a sua foz no rio Capibaribe, seguindo por este abaixo, em direção ao Leste, até o riacho da Egoa; e subindo por este acima, em direção ao sul, dividirá com o Limoeiro até os limites da freguesia de Bezerros, abrangendo esta em sua totalidade, e os districtos Bebedouro, Altinho e Cachoeira-Grande, a terminar no ponto de partida, o sobredito sítio Itacaheté; (...). Cidade do Recife de Pernambuco, aos dezesseis dias do mez de agosto de mil oitocentos e quarenta e oito, vigésimo-sétimo da independência e do Império” (BARBALHO, 1974, p. 51/52).

A leitura mais detalhada desse documento evidencia informações importantes, porém, algumas inconsistentes. Vejamos pela sequência. No primeiro artigo o texto tratou sobre o traslado da Paróquia de São Caetano da Raposa. Se ocorresse, “um traslado” teria vindo a Paróquia de São Caetano, para Caruaru e não sendo criada outra. O que houve foi a extinção daquela e criada a Paróquia de Nossa Senhora da Dores. Inclusive a igreja e São Caetano foi “rebaixada” a categoria de Capela, subordinada a Paróquia de Caruaru. Tempos depois reconquistou a condição anterior.

No segundo artigo, ao confirmar a vinda da sede da Comarca para Caruaru, foi a determinação mais importante para Caruaru. A mudança de categoria e importância aos lugares possibilitou que Caruaru ultrapassasse Bonito nas decisões jurídicas. Como expresso textualmente na Lei e aprovado, sendo necessário mais discussões. Por certo, se tivéssemos acesso a justificativa para defesa do projeto de lei, aumentaria a nossa compreensão. O texto do artigo segundo é complementado pelo terceiro (a definição da divisão da Comarca) e no quarto artigo, reforçando ao estabelecer os limites territoriais do novo município.

Sobre o artigo quarto, a Lei discriminou de forma bastante detalhada os limites da Vila de Caruaru. Estas informações são muito relevantes, na medida em que, dimensionou dois aspectos: a importância e o tamanho do Município. Assim, ousamos apresentar os pontos mais distantes das fronteiras do município a partir de uma linha imaginária e citando uma nomenclatura mais atualizada

para facilitar o entendimento. Vamos seguir o roteiro citado pelo Artigo Quarto:

- Os limites da Vila e seu traçado: partindo de um ponto nas serras de Itacaité, próximas da atual cidade de Tacaimbó, seguindo no sentido Nordeste até a nascente do Riacho da Onça, perto da Serra do Cachorro. Um pouco para o Leste, pelo Sítio Santo Antônio e entre as serras de Jaracatiá e Cacimba Cercada, bem no vale desde a nascente pelo Carapotós. Seguindo a linha imaginária no sentido Norte, pela crista da Serra de São Bento até Riacho Doce, depois, novamente para o Nordeste pelas colinas e serrotes formando os divisores de águas entre o Carapotós e o Riacho Fazenda Velha (próximo de Lages, incluindo o Juá), e Patos na Barra de Carapotós até a Capibaribe, um pouco acima do povoado de Trapiá; de onde seguindo a margem direita do Capibaribe, até a foz do Riacho da Égua, na fronteira com o município de Limoeiro. Daquele ponto, voltando um pouco para atravessar aquele riacho, em direção da Serra Negra, e como que atingindo toda freguesia de Bezerros, chegando as serras próximas de Gravatá (naquele momento pertencia a Freguesia de Bezerros); a partir desse lugar, seguindo no sentido Sul (ou Sudoeste) ultrapassando o Ipojuca até o povoado de Agrestina (Bebedouro) e Altinho. De Altinho seguindo no sentido Norte até o ponto inicial na Serra do Itacaité.

Depois dessas informações, se faz necessário anunciar a primeira alteração no texto. Em 6 de maio de 1851, o então Presidente da Província, o Sr. Ildefonso de Souza Ramos, assinou a Lei Provincial nº277 alterando

(em poucos detalhes) o texto da Lei nº 212 de 16 de agosto de 1848, deixando muito mais contundente, criando parágrafos para os mesmos artigos:

§ 1 – O primeiro município da comarca do Bonito compreenderá a freguesia de Caruaru e a do Altinho inclusive a extinta de Panelas, excetuando a parte que por aquela lei foi tirada do Bonito.

§ 2 – O segundo município compor-se-á das freguesias do Bonito e Bezerras (*apud* BARBALHO, 1974, p. 29).

Depois de concluídos todos os trâmites, para a organização da nova Câmara Municipal, inclusive a primeira eleição para a escolha dos vereadores de Caruaru, pleito ocorrido em Bonito, em agosto de 1849 e a instalação da Câmara Municipal de Caruaru, com a posse da primeira legislatura em 16 de setembro do mesmo ano.

Na reinterpretção dos escritos anteriores, defendemos que foi a partir desse momento, quando a Vila de Caruaru se desmembrou de Bonito e teve o direito de eleger os próprios vereadores, passando a ter sua vida política, independente daquela vila.

Claro está, que Caruaru alcançou a sua **autonomia política**, a partir do momento em que foi sancionada a Lei nº212 em 16 de agosto de 1848. Como havia sido realizada a eleição para a escolha dos primeiros vereadores, foi marcada a posse da primeira Legislatura com a instalação da Primeira Câmara Municipal de Caruaru em 16 de setembro de 1849.

Auto de posse e juramento

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e quarenta e nove, aos dezesseis dias do mez de Setembro do tido anno, nesta Villa de Caruaru, se achava o Propresidente da Câmara Municipal de Villa do Bonito, desta Província de Pernambuco, o Dr. Vicente Ferreira de Assumpção, commigo Secretário da mesma Câmara, para efeito de dar posse a nova Câmara Municipal desta Villa de Caruaru e sendo ahi presentes os Vereadores que devem compor dita Câmara, os quais são: o Dr. Francisco Xavier de Lima, o Capitão Luiz José de Vasconcelos, o cidadão Manoel Francisco de Azevedo Lira, o Alferes Ignácio Vieira de Mello, o Major Manoel de Assumpção e Azevedo, e o dito Propresidente lhes deferiu o juramento dos Santos Evangelhos, encarregando-lhes que bem e fielmente zelassem os interesses de seu Município e cumprissem as obrigações inherentes aos seus cargos, e recebidos por elles o dito juramento assim o prometerão cumprir e logo o mencionado Propresidente os houve por empossados e a Villa por criada e instalada, segundo as imposições da Lei Provincial número duzentos e doze de dezesseis de Agosto de mil oitocentos e quarenta e oito; e para constar, se lavrou o presente Auto em que todos (vereadores) com o dito Propresidente assignarão. Eu, Francisco de Paula da Cunha Bastos, Secretário da Câmara Municipal da Villa de Bonito, o escrevi. ³⁴

Ass) Vicente Pereira de Assumpção (por
parte da Câmara do Bonito)
Francisco Xavier de Lima
Luiz José de Vasconcelos
Manoel Francisco de Azevedo Lira
Ignácio Vieira de Mello
Manoel de Assunção e Azevedo
Joaquim José Bezerra da Silva
Manoel da Silva Souza

³⁴. Texto copilado de acordo com as transcrições no Livro nº.01 da Câmara Municipal de Caruaru, texto citado por: Barbalho, 1974, p. 50/51; Dias, 1971, 122/125 e Lima / Campello, 1975, p. 46.

Além das atribuições peculiares do município, as câmaras exerciam funções que deveriam constar no *Código de Posturas*. Várias daquelas funções, na atualidade são atribuídas à órgãos federais e estaduais. Muitas câmaras acumularam tantos poderes que, respaldadas em leis ou não, taxavam o preço de gêneros alimentícios, artefato artesanal para os ofícios mecânicos, o trabalho de homens livres etc.

O abuso do poder e o desmando ditado por interesses de grupos locais, possivelmente iniciou um grande vício moderno. A nomeação de amigos e familiares como funcionários na administração pública: o nepotismo. Vejamos a dimensão dos poderes de uma Câmara Municipal:

As funções administrativas das câmaras eram bastante amplas e vinham enumeradas com minúcia. Cabia-lhes cuidar do centro urbano, estradas, pontes, prisões, matadouros, abastecimento, iluminação, água, esgotos, saneamento, proteção contra loucos, ébrios e animais ferozes, defesa sanitária animal e vegetal, inspeção de escolas primárias, assistência a menores, hospitais, cemitérios, sossego público, polícia de costumes etc. Resumindo a lista, declarava o art. 71 (Constituição de 1824) que as Câmaras deliberavam em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, asseio, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações” (LEAL, *Ib. Ibid.* p. 75).

Em 1850 que a Câmara de Caruaru deu início ao processo de aprovação do seu Código de Posturas Municipais, de forma na sequência o governo provincial aprovou muitos artigos e em alguns deles recomendou pequenas alterações. Este Código entre outras coisas, determinava os limites urbanos da Vila e no seu artigo primeiro dizia:

Ficam marcados os limites desta Villa ao Nascente do extremo que termina a rua no lugar chamado Baixinha, sangrador da Alagoa da Porta, e deste ponto pela estrada acima cem braças para cada lado athe a cruz de Luiz Carlos, no Sítio: aquelles edificios que estiverem comprehendidos nestes limites assim como as ruas que em alinhamento partirem de dentro para fora em toda a sua extensão se considerarão comprehendidos também nos ditos limites. (*apud* BARBALHO, Op. Cit., p.77).

Para melhor compreensão devemos transformar estas informações para uma nomenclatura mais recente. A Vila de Caruaru tinha como limite urbano as seguintes delimitações seguindo a mesma narrativa da citação e fazendo atualizações quanto aos nomes de locais na atualidade: partindo do Leste começava na Baixinha do Oiô Oiô, (atual Praça Pedro de Souza), e traçando uma linha imaginaria de mais ou menos 220 metros (referentes as 100 braças citadas), tanto para o Norte como para o Sul e isso nos leva a pensar de quanto representaria em número de ruas no centro da cidade. Para o Sul a extensão

é duvidosa à medida que o traçado do rio Ipojuca e os limites das fazendas da sua margem direita, mas para o lado Norte, por certo iria até próximo do traçado da linha férrea. Por esta linha, de 220 metros, saindo do ponto inicial, conforme o texto, no sentido Oeste, até o Bairro São Francisco, no ponto que se chamava Cruz de Luiz Carlos, acompanhando o caminho para o sertão. Este marco ficava, provavelmente, perto da atual BR-104.

Depois da narrativa/discussão sobre os limites, voltemos para a história política da Câmara.

Nos meados do século XIX, os critérios eleitorais estabeleciam que os vereadores tinham um mandato de quatro anos. Antes mesmo de terminar o mandato da primeira legislatura foi iniciado o processo para a realização da segunda eleição que ocorreu em 7 de setembro de 1852. Sendo declarados eleitos os sete candidatos mais votados, cujo lista foi organizada da maior para menor votação: João Guilherme de Azevedo,³⁵ João Vieira de Melo e Silva, Caetano Alves da Fonseca, João Salvador da Cruz, Manuel Leite de Azevedo, João Caetano Coelho da Silva, Manuel Ferreira do Espírito Santo e José Maria Brainer.

As suspeitas de fraudes eram grandes e provocava muitas discussões, que entre outras coisas tratavam de

³⁵. As fontes consultadas dão conta que dias depois do resultado das eleições, este fazendeiro se dirigia para sua fazenda, que ficava logo depois do Sítio Posses, ao Oeste da Vila, no Vale do Rio Ipojuca, foi emboscado na porteira da propriedade onde foi assassinado. As suspeitas recaíram sobre o Cel. João Vieira de Melo e Silva, seu maior opositor político, de grande truculência contra os adversários. A investigação ficou no esquecimento.

desaparecimento de listas de eleitores e de atas eleitorais etc. Vários nomes da lista (teoricamente eleitos), não compareceram para a solenidade da posse, o que provocou um impasse político e a Câmara foi fechada para aguardar uma resolução do problema pelo Presidente da Província. Após sua interferência, tomaram posse os vereadores citados acima.

Conforme se encontra nas atas consultadas várias pessoas tomaram posse, como suplente, a exemplo do Pe. Antônio Jorge Guerra que assinou a ata como presidente da sessão. Esta segunda legislatura teria seu mandato de 1853 até 1856.

4. Caruaru, CIDADE

Antes de findar a terceira legislatura, a Câmara em sessão, registrou que recebeu ofício anunciando de que o lugar passaria a ser cidade.

No entanto, esse acontecimento tinha um alcance apenas local. Isso não era o bastante para transformar a administração da nova cidade, como a conhecemos atualmente. Quem continuava responsável pelo “poder executivo” era o Presidente da Câmara. O vereador escolhido entre os pares, para assumir a presidência da casa, por um mandato de um ano. Por isso, todo início de cada ano havia uma eleição interna para a Presidência da Casa, quando também se formava todas as Comissões Permanentes.

Um vereador seria eleito e reeleito como presidente da casa de forma sucessiva. Não havia restrição. A única

informação importante a ser comunicada era que a cada fim de ano, o Presidente da Câmara deveria encaminhar o relatório financeiro, basicamente sobre as receitas e as despesas, além de informar sobre o edital de arrematação dos impostos municipais. Este relatório era dirigido ao Presidente da Província que junto a Assembleia Provincial, aprovava ou recomendava refazê-lo.

Sobre o processo de elevação de Caruaru à cidade, segundo as fontes, a exemplo de BARBALHO (1993), foi um acordo feito entre o Cel. João Vieira de Melo e Silva e um candidato a deputado, o famoso jurista Francisco de Paula Batista.³⁶ Assim o pesquisador creditou ao Cel. João Vieira todos os feitos relacionados a elevação da Vila para Cidade. Francisco de Paula apresentou um projeto de lei que culminou com a elevação de Caruaru a categoria de cidade em 1857.

Este acontecimento foi de uma grandeza sem precedente para a época, à medida que Caruaru tornou-se a primeira cidade do Agreste e o único lugar do interior de toda a Província de Pernambuco, considerado cidade.

Eis o texto da referida Lei:

³⁶. Francisco de Paula Baptista (1811-1881), foi Deputado Provincial de 1836 até 1849, em seguida passou a fazer parte da Câmara dos Deputados, na Corte de 1850 a 1856, sendo reeleito pela Província em 1857. Embora tenha sido deputado durante tanto tempo, tornou-se mais conhecido como jurista. É importante notar que o Projeto de Lei nº20 foi apresentado em 25 de abril de 1857. *“O projeto entrou na ‘ordem do dia’, mas somente foi aprovado na terceira e última discussão, em 3 de maio, sem haver nenhum debate a respeito. Era matéria de consenso? Dias depois, encaminhado ao palácio do Governo, para a sanção presidencial”* (BARBALHO, 1980, p. 217).

Carta de Lei pela qual V. Exc. Manda executar, registrado a fl.61 do livro 4, de leis provinciais, sob o nº 416. Secretaria do Governo de Pernambuco 18 de maio de 1857

(as) Francisco de Lemos Duarte:

Joaquim Pires Machado Portela, Vice-Presidente da Província de Pernambuco, faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo Único: A Villa de Caruaru fica elevada à categoria de Cidade e ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento da presente resolução pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr. Cidade do Recife de Pernambuco nos 18 dias do mez de maio de 1857, trigésimo sexto da Independência e do Império.

Joaquim Pires Machado Portela
(*Apud* BARBALHO, 1980, p. 218)

A rotina da Câmara Municipal de Caruaru e as atividades não tiveram interrupção. A eleição para o terceiro mandato tinha ocorrido em setembro de 1856 e a posse em 03 de fevereiro de 1857, antes de ser aprovada a Lei que transformava Caruaru em Cidade.

Para justificar o que citamos sobre o fato de não ter havido nenhuma mudança na administração de Caruaru é que, pelas leis imperiais não havia a figura do Prefeito em nenhum lugar do Brasil.

Então, reforçando que já foi dito, continuaria sendo administrado pelo Presidente da Câmara. Por isso, a data de 18 de maio, não deveria ser aquela que marca a história de Caruaru de forma definitiva. Sem querer criar polêmica, já que este trabalho não tem poder de mudança, mas apenas analisando os fatos, consideramos que este momento não mereceria a qualificação atribuída como a data do aniversário de Caruaru.

Esperamos que as explicações tenham sido suficientes para o entendimento do significado histórico e político para Caruaru ao ter se transformado em Cidade. Vamos, mais uma vez repetir, que do ponto de vista administrativo quase nada mudou, já que não representava nenhuma independência administrativa. Isto é uma questão geral no Brasil, até a Proclamação da República todos os lugares que se tornaram cidades viviam sob o mesmo regime de quando era apenas Vila.

Ainda sobre a primeira metade do século XIX, muitos assuntos são instigantes em tratar assuntos complementares, apenas para contextualizar o período. Embora afirmando que na maneira de administrar pouca coisa ou quase nada mudou, mas, em relação a vida jurídica houve muitas mudanças.

Pela Lei nº720 de 20 de maio de 1867, foi criada a Comarca de Caruaru.³⁷ Foi classificada de 1ª entrância pelo Decreto nº5139 de 13 de novembro de 1872. (...)

³⁷. O mínimo seria explicar como foi resolvido a transferência da Comarca de Bonito para Caruaru. Foi recuperada ou voltou para aquele lugar? Se foi criada uma para Caruaru, significava que não tinha?

sendo seu primeiro juiz de Direito o Dr. Antônio Buarque de Lima e primeiro Promotor Dr. Epaminondas de Barros Correia (LIMA, 1957, p. 44).

Diante dessa novidade, discutiremos sobre as reações de como mudaram os papéis de pessoas na sociedade. A rotina jurídica dos lugares mais urbanizados, surgem leis regulamentando a convivência entre os habitantes, embora leis antigas continuassem regendo a vida dos lugares, a exemplo do juizado de paz, especificamente aquela promulgada em 15 de outubro de 1827. Podiam ser juiz de paz todos os eleitores e residentes no distrito onde iriam exercer os cargos.

Caberia ao Juiz de Paz evitar rixas e procurar conciliar por todos os meios pacíficos às desavenças, fazer autos de corpo delito, interrogar os suspeitos e delinquentes, controlar a relação nominal dos criminosos procurados para prendê-los, podendo mesmo, na perseguição, invadir territórios de distritos vizinhos, obrigar os índios, mendigos, bêbados, meretrizes a “assinar” termos de bem viver, destruir quilombos e - *ex-officio* - a punição de todos os crimes de polícia.

De acordo com o código do processo criminal de 1832 o Juiz de Paz dividiria seu distrito em *quarteirões* e tendo como critério a existência de pelo menos 25 casas habitadas.

Como base nessa lógica per capita, para dividir um território em quarteirões, foi criada uma prática que se estendeu para o mundo da República. Assim, era muito comum no interior dos estados nordestinos, a existência do chamado Inspetor de Quarteirão. Uma espécie de auxiliar

da polícia exercendo grandes poderes e influências em vários povoados, dentro de “seu quartirão”.

A pessoa assim chamada, em alguns lugares, era cognominada de Inspetor Carta Branca, pois seu poder era livre de restrições e podia decidir sobre a vida e a morte de alguém.

A utilização dessa figura se estendeu até os meados do século XX, exercendo de uma forma menos violenta o poder de polícia. Era comum identificar nos bairros das cidades maiores figuras que se denominavam auxiliar da força policial (alguns se comportavam com violência), não eram remunerados, mas às vezes intermediando desentendimentos no cotidiano, trabalhando também como delator e prendendo pessoas. Como contrapartida reivindicava para si algum prestígio tendo o direito de andar armado.

Caruaru, pela importância na região, esperávamos que no decorrer do século XIX teria uma vida política mais agitada. Embora não seja nosso objetivo principal, mas a política é um tema instigante. Estranhamos a ausência de registros nas atas da Câmara Municipal as disputas locais, no decorrer de quase toda segunda metade daquele século.

No intervalo entre a última eleição para escolha dos vereadores em 1888 (ainda sob as normas antigas) e a primeira eleição na República, Caruaru teve várias intervenções políticas tendo à frente a nomeação de Intendência Municipal. A maioria delas era provisória para sanar conflitos ou apenas organizar as eleições. No Estado de Pernambuco (Estado, não mais Província)

foram marcadas as eleições municipais para 30 de setembro de 1891.

Um Conselho de Intendência Municipal, com 3 membros nomeados pelo governo estadual, até que a primeira Constituição Republicana, fornecesse novas coordenadas ao país (BARBALHO, 1993, p. 14/15).

É importante ressaltar que as questões políticas no Brasil, ainda não estavam definitivamente organizadas, a nível nacional, à medida que os conflitos no próprio governo federal apresentavam muitos problemas entre os golpistas. Como por exemplo, o grupo liderado por Deodoro da Fonseca de um lado, e do outro sob a liderança de Floriano Peixoto. Então as disputas internas lá no Rio de Janeiro, repercutiam nos recém-criados estados da federação e reverberavam nos municípios.

5. Caruaru no início da República

Assim, a cidade de Caruaru, chega ao momento da Proclamação da República, com a Câmara Municipal que depois de um período de intervenção por Conselhos de Intendência, realizaram uma eleição em 21 de março de 1888, sendo escolhidos vereadores e juizes de paz. A nova Legislatura tomou posse logo depois e assim, o mandato iria até 1891. Porém, em 15 de novembro de 1889, marcou o fim do Império, com a Proclamação da República e a ocupação do poder por um governo provisório. A nova ordem política no país, exigia mudanças radicais, inclusive

uma nova Constituição. Em Caruaru, aquela legislatura permaneceu até fevereiro de 1890, quando foi destituída, por imposição externa, o governo provisório de Pernambuco assinou mais uma intervenção para a Câmara Municipal.

5.1. As primeiras eleições para Prefeito

Para iniciar este tópico, apresentaremos as datas da primeira Carta Magna do País e a Constituição Estadual para comparar com o andamento das eleições em Caruaru. A Constituição Republicana fora promulgada em 24 de fevereiro de 1891, na sequência, Pernambuco elaborou e aprovou a Constituição Estadual em 17 de junho de 1891. Caruaru realizou a primeira eleição para prefeito em 30 de setembro de 1891. O intervalo entre as leis maiores e a eleição em Caruaru foi relativamente pequeno, analisando as dificuldades de comunicação e informação entre o Centro Administrativo do Brasil e Caruaru.

A disputa em Caruaru teve como candidato para Prefeito o Cel. Manoel Rodrigues Porto, que depois da contagem dos votos foi declarado eleito, mas a eleição foi cancelada em dezembro. Mas, acontecimentos no Rio de Janeiro, mudaram os rumos das eleições gerais em Pernambuco. Deodoro da Fonseca fechou o Congresso e com isso o governo de Pernambuco apoia a decisão no Rio de Janeiro. O grupo político vencedor das eleições em Caruaru também fez festa e enviou até ofício de congratulações ao Marechal Deodoro.

No entanto, houve o contragolpe. O Vice-Presidente Floriano Peixoto, ocupou o poder e passou a perseguir todos aqueles que apoiaram o Marechal Deodoro. Em Pernambuco depois de dissolvido o Congresso Estadual, e instalada uma Junta Governativa de caráter provisório baixou um Decreto em 23 de dezembro de 1891 que cancelava todas as eleições que tinham acontecido em 30 de setembro último.

Dessa forma a posse dos eleitos que seria em 1º de janeiro de 1892, não foi possível, sendo interrompida o começo da história da Prefeitura de Caruaru, pelo cancelamento da eleição, quase um mês antes da posse. A Junta Governativa de Pernambuco, determinou pelo decreto novas eleições para ocorrer em fevereiro de 1892, sendo ao mesmo tempo para o Congresso Constituinte, para prefeitos, subprefeitos e conselheiros municipais. Caruaru realizou a segunda eleição para prefeito, no dia 1º de fevereiro de 1892.

Tendo em vista os acontecimentos, o grupo que fora eleito na primeira eleição decidiu não concorrer, assim teve a inscrição de apenas uma chapa.

Desta vez, além dos nove (9) vereadores, o eleito para prefeito foi o Capitão Juvêncio Taciano Mariz, tomando posse em março e governando Caruaru até o dia 17 de julho do mesmo ano.

Por ordem de Floriano Peixoto, Pernambuco reabriu o Congresso Estadual - mais uma reviravolta - e elegeram, de forma indireta, Alexandre José Barbosa Lima para Governador em 20 de abril de 1892. E mais uma vez os processos eleitorais nos municípios sofrem retaliação

política. Desencadeando outra avalanche sobre Caruaru que por decreto de 17 de julho, o novo Governador, dissolveu os mandatos de todos os eleitos em fevereiro último. Pela maneira como ocorreu, consideramos este decreto como um processo de cassação dos eleitos.

Caruaru passou por uma nova intervenção política, através de mais um Conselho de Intendência. Entre os membros do Conselho estava o Cônego Antônio Freire de Carvalho (Vigário Freire), presidindo, tendo como objetivo primeiro, realizar uma nova eleição. A terceira eleição para prefeito em Caruaru, acontecida em 30 de setembro de 1892, um pouco mais de dois meses do afastamento do grupo anterior. Depois de apurado os votos foram declarados eleitos, o Major João Salvador dos Santos, como Prefeito e mais 9 vereadores.

Considerando que houve uma certa estabilidade no cenário nacional, este grupo tomou posse e ficaram nos cargos por todo o mandato. Aliás, as leis eleitorais determinavam apenas três (3) anos para os mandatos nas funções.

Sobre aquele momento, encontramos uma ata nos Arquivos da Câmara Municipal de Caruaru, cujo teor impressionou a todos, pela manobra do Presidente da Câmara o Cel. Manoel Rodrigues Porto preparou uma sessão solene para dá posse ao Prefeito Major João Salvador dos Santos, eleito em fevereiro, para destacar a posse de todos. Este fato aconteceu em 1º de março de 1893.

Naquele dia era a primeira sessão daquela Legislatura. Nesse primeiro encontro o Prefeito eleito foi

convidado, como era de praxe, abrir o ano legislativo e administrativo e apresentava a proposta de orçamento para o ano em curso.

No discurso declarou que era o primeiro prefeito constitucional de Caruaru, sendo registrado em Ata. Este acontecimento levou aos intérpretes dessa história acreditar que a história constitucional de Caruaru começava naquele momento.

Um equívoco, que muita gente defende até a atualidade e até transformaram este dia em Data Magna da cidade, por representar a autonomia política definitiva de Caruaru.

Esperamos que nossa interpretação, desde o início da República, com a criação das leis, as datas e os significados, tenham evidenciado uma visão diferente da exposta por outros autores apresentados no parágrafo anterior. João Salvador não foi o primeiro Prefeito eleito em Caruaru, mas foi o primeiro a ficar no cargo pelos três anos de mandato.

Pela narrativa dos parágrafos anteriores, o Major João Salvador dos Santos, por seu discurso e pelo registro em ata induziu aos escritores transformar ele na figura mais importante na história da Prefeitura de Caruaru, no início da República.

Tratar de Caruaru no final do século XIX, não é uma tarefa fácil, na medida em que não dispomos de dados estatísticos sobre os vários aspectos da vida de uma cidade no interior, quando quase tudo era novidade.

Defendemos, que foi fundamental a chegada da Estrada de Ferro, porque junto veio o telégrafo, o

escoamento de toda produção da região e o recebimento de muita coisa que o mundo produzia.

Isso colocou Caruaru em contato com o mundo. Novos tempos, porque antes tudo dependia das mesmas condições de comunicação dos antigos caminhos do gado. “Isso dificultava uma maior aproximação de Caruaru com o litoral (Recife), com as comunidades do interior e até com outros Estados” (Jornal Vanguarda, 2 a 8/12/1995, p.2).

A história de Caruaru nas últimas décadas do século XIX, deve ser retomada por outras pesquisas, desde que tenham como objetivos, não somente aprofundar o próprio período delimitado, mas também buscar as explicações para os acontecimentos históricos preparando a cidade para o início do século XX.

QUARTA PARTE

1. As comunidades negras no Agreste

Quase toda historiografia pernambucana considera que a fuga de negros das senzalas foi a forma preferida de rebeldia. Se refugiavam nas matas, formando quilombos e tornando-se um perigo constante aos objetivos dos colonizadores. Essa era uma prática comum do século XVI ao XIX. Imagina-se que, de início, os negros fugiam, mas, não se distanciavam tanto do litoral. Quais seriam motivos dessa estratégia? A indagação tem por base uma premissa subjetiva, cuja resposta também segue a mesma linha da subjetividade: pela esperança de um sonho acalentado, que seria voltar às origens?

No entanto, a existência dessa tendência somente é possível ser entendida e aplicada (ou pensada) às primeiras décadas da chegada dos escravizados na Colônia. Com o passar dos anos e a média de vida “útil” do escravizado era notadamente pequena, o sonho sendo diluído e transferido para alternativas em busca da liberdade, fugindo para o interior mais distante.

Segundo Carvalho (1998), as explicações das diversas formas de lutas dos escravizados na América e suas estratégias podem estar nas origens do próprio escravizado. Por exemplo, em algumas regiões na América como o Haiti ou então na cidade de Salvador, para onde vieram escravizados originários de Gana,

Gabão, Benin e Nigéria, tiveram, em seus países, uma formação guerreira diferenciada de outras regiões, por uma questão sociocultural. Estes buscaram, em vários momentos, modificar a condição de vida através da luta armada no próprio local onde residiam.

Essa forma de lutar pela liberdade tornou-se motivo de orgulho para os movimentos negros atuais, mas na época da colonização esses movimentos foram eliminados com extrema violência pelos colonizadores. Em Pernambuco, por exemplo, esse escravizado de preparação guerreira, não era comum em todo o litoral, embora também ocorreram muitos movimentos de resistência.

Seria um equívoco pensar que somente ocorria rebelião se os escravizados tivessem experiências como soldados guerreiros nas suas origens. Isso, só explicaria a pré-disposição de o escravizado rebelar-se mais rapidamente frente as várias situações e de forma mais planejada.

Normalmente a história escrita mostra o escravizado em uma situação de submissão, como se fosse um comportamento natural, ou no máximo uma reação esporádica, isolada, desorganizada, que às vezes partia de um ímpeto pessoal, frente às injustiças e sofrimentos, naturalmente comuns nas relações sociais na sociedade escravocrata, diluindo esta atitude no mundo particular.

Sabemos que muitos africanos trazidos para o Nordeste brasileiro tinham sido em seus países, pastores, artesãos, agricultores e até mercadores. Além da vinda de

mulheres e muitas crianças vendidas separadamente para fazendeiros de engenhos e regiões distantes, objetivando desestruturar as famílias e atacar psicologicamente cada escravizado e assim ficarem mais vulneráveis aos desmandos dos feitores e senhores.

O processo como um todo, foi muito cruel e entendemos que essa situação dificultou para gestar nas pessoas o desejo de lutar, mas não eliminou. Muitos sem a experiência bélica nas vivências nos países de origens, também não aceitaram a escravidão e fugiam, para juntos formarem os quilombos e pela necessidade de se defender todos os dias, tiveram de aprender a arte da guerra.

Além dessas questões, o escravizado ao fugir para o interior, tinha contra si: o território desconhecido, a ameaça dos índios, que também viviam acoitados, e naturalmente não viam com bons olhos a ocupação de seus domínios pelos negros. Da mesma forma que não compreendiam o porquê da presença deles longe dos engenhos. Com o tempo, a perseguição aos escravizados tornou-se mais intensa, obrigando os negros a se refugiarem em locais cada vez mais distantes e isolados dificultando o acesso.

A conjunção dessas questões, sob o ponto de vista de defesa e de sobrevivência daquelas comunidades, mesmo depois da destruição do Quilombo dos Palmares, foi muito importante para a história, da resistência dos negros sobreviventes daquela guerra e/ou em outras áreas, significando que não houve o extermínio total dos quilombos, como queriam os escravocratas mais radicais, mesmo que pelo extermínio e não pela recuperação do

escravizado vivo, representasse prejuízo para muitos senhores.

A visão de muitos repressores, foi evidenciada pelas correspondências trocadas entre os responsáveis pela erradicação desses movimentos, principalmente quando nos relatórios afirmavam que estava tudo acabado e que o governo da Capitania não precisava mais se preocupar com os quilombos. Veja que nas entrelinhas da própria redação quando coloca a questão no plural, revela a existência de muitos quilombos, mesmo depois de 1697.

Ao que tudo indica foram destruídos vários núcleos de quilombolas nesta Capitania, sem determinar geograficamente o local. Mas, as evidências que o governo continuava acreditando que havia ainda resistência, por parte dos negros, é “que determinou por Ordem Régia, em 12 de janeiro de 1700, para se fazer guerra a outros quilombos remanescentes” (SILVA, 1988, p. 11).

Outra forma que as autoridades encontraram para inibir a criação de novos núcleos foi doando terras através de sesmarias para aqueles que combateram os negros em Pernambuco ou prestaram qualquer outro serviço para o governo, conforme citado nesse livro.

Com esta introdução, talvez parecendo um caminho longo e difícil de estabelecer uma vinculação com a presença do negro no Agreste pernambucano, como sugere o título deste tópico, mas, foi apenas para ampliar e contextualizar as condições dos escravizados nas cidades e em uma possível comparação com a

situação dos escravizados em Caruaru e região, citadas em obras consultadas.

Por outro lado, é comum encontrarmos pessoas pensando que a história do escravismo em Pernambuco se restringia somente as áreas dos engenhos de cana de açúcar e que, no Agreste e no Sertão, o quantitativo de escravizado foi insignificante, ou pelo menos, sendo poucos, e acima de tudo descaracterizada pela ideia de que as relações entre o fazendeiro e o escravizado era mais amenas, menos cruéis, entre outras coisas.

Isso por si só, daria a sociedade atual, um certo orgulho de que os primeiros moradores na região e cidades eram pessoas boas, justas, generosas e tratavam os escravizados de forma mais humana, ao contrário dos senhores de engenhos reconhecidamente cruéis e malvados. Quanta ingenuidade!

Vejamos as informações nas fontes. Em 1849, quando a Câmara Municipal de Caruaru aprovou o *Código de Posturas* estabeleceu as normas para os moradores observarem no cotidiano em relação a convivência e aos modos dos negros escravizados se comportarem:

Nenhum bodegueiro pode vender cachaça a escravos sem ordem prévia do senhor. Multa de cinco mil réis mais oito dias de cadeia para o comerciante infrator; e uma dúzia de **bolos** em cada mão do escravo cachaceiro; Escravo arremedando padre: quatro dúzias de palmatoradas nas mãos, para o negro deixar de macaquice e de vulgarizar as coisas do Céu (BARBALHO, 1974, p. 60)

Nenhum argumento pode ser apresentado justificando ou explicando uma composição social menos racista ou menos cruel no tratamento dos escravizados.³⁸

Existem informações que os senhores de escravos em Caruaru (alguns, inclusive vereadores possuíam até 40 peças, como se dizia), mas, estavam entre aqueles benfeitores, humanitários, tementes a Deus e que para alcançar o paraíso, cuidavam bem dos escravizados.

No primeiro Livro de Notas do Segundo Cartório da Vila de Caruaru, segundo Barbalho (1974), tendo o texto de abertura datado em 24 de maio de 1849, o primeiro registro diz respeito a um empréstimo que o senhor Antônio Damião Chaves tomou a Antônio Francisco da Silva Rego e como garantia hipotecou três escravizados:

Um preto de nome Ambrozio, cinquenta annos, nação Congo, huma preta de nome Felipa de idade vinte annos, nação criôlla e huma cria da mesma escrava, de nome Laurentina, com idade de um anno (BARBALHO, 1974, p.31).

Ainda mais evidente é o documento sobre uma Carta de Alforria assinada por um cidadão “liberal e bondoso”, que se encontra na folha 6, do mesmo livro:

³⁸. Não sabemos se realmente ocorreu ou se foi uma narrativa como tantas outras. Na cidade de Floresta, sertão, duas irmãs possuíam, ao mesmo tempo, uma escrava. Um dia uma das irmãs estava aplicando chicotadas na escravizada e a outra não gostou. A que estava surrando disse para não se incomodar, pois estava batendo somente na banda do corpo que lhe pertencia (SILVA, 1997).

Carta de alforria da escrava Joaquina, concedida por seu Senhor que foi João Francisco da Costa. Negra criôla, de 25 annos e avaliada em 400\$000, cuja quantia lhe dou por esmolla na minha Terça pellos bons serviços que della tenho recebido especialmente por ter-me dado mais de dez crias, e por lhe ter prometido assim o fazer antes de mudar o producto que me tem dado. Assim poderá ella gozar de sua liberdade como se liberta nascesse, tão somente será obrigada a prestar-me os seus serviços enquanto eu existir, e não poderão os meus herdeiros presentes e futuros anularem esta alforria pois que a passo de minha livre e espontânea vontade sem ser constrangido por pessoa alguma (BARBALHO, p. 31-32).

Onde está a liberdade dada a escravizada? Boa parte dos escravizados dos fazendeiros no interior era *crias de casa*, advindos pela reprodução natural, por isso poucos fazendeiros adquiriam escravizados por compra, embora essa explicação seja controversa.

O que demonstra, um pouco, que os tratos dados aos escravos dessa região, eram diferentes dos existentes na zona agroexportadora. Todavia, este tratamento diferenciado não representava que os escravos do sertão vivessem sem a designação de propriedade de outrem (SILVA, 1997, p.39).

Complementando essa retrospectiva, sobre as diferentes formas de explicarmos o escravismo em Pernambuco e sobre a situação do escravizado e sua luta,

é bom lembrar que um olhar mais aguçado sobre a história das nossas cidades, no início do século XIX, revela informações valiosas contribuindo para pensar a história na cidade de Caruaru.

Os senhores de escravizados nas vilas e nos povoados mesclavam um tratamento legalizado no meio urbano com a forma comum do campo. Sendo este último, o modelo mais ortodoxo. Mesmo não existindo a figura do feitor nas cidades, a polícia fazia muito bem o trabalho para manter a ordem social.³⁹ Com base nas premissas apresentadas, foi possível afirmar que os negros tiveram papel importante na ocupação de muitos pontos das terras serranas no Planalto da Borborema.

Constata-se a existência, no Agreste Setentrional, nas matas do Goitá, Vale do Capibaribe e na parte Meridional, Garanhuns, vales do rio Canhoto, do rio Una e adjacências muitos negros aquilombados, vivendo livremente e fundando mocambos naquelas serras e para além destas, espalhando-se pela ribeira do Médio Ipojuca (BARBALHO, 1982, vol.2, p.167).

Mesmo considerando essas possibilidades, não existe até o momento informações que os primeiros colonos (a família Rodrigues) tenham encontrado comunidades negras. Lembrando que houve doações de terras antes dessa concessão, porém, ninguém chegou por aqui antes do representante dessa família. Existem na

³⁹. Sobre esta questão Carvalho (1998, Op. Cit., p. 175), indicou a leitura da obra de Leila Mezan Algranti. **O feitor ausente**: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro (1808-1822). Petrópolis, Vozes, 1988.

atualidade núcleos ou comunidades negras originados a partir de fugas para o interior da Província ou até das fazendas. Há a possibilidade de núcleo ter sido formados depois da Abolição.

Essas comunidades transformaram-se em aglomerados urbanos, cuja história os mais velhos do lugar encarregaram-se de apagar da memória, sobre suas origens, considerando questão de sobrevivência e/ou da preservação das terras, sobre como chegaram no local, quem foram os pioneiros, de onde vieram e assim, não temos registros na literatura disponível sobre a maioria dessas localidades. Estas dificuldades foram evidenciadas na atualidade na organização documental para o reconhecimento enquanto Comunidade Quilombola.

Exceção para o município de São Bento do Una, onde existe uma comunidade negra conhecida como *Gado Brabo* com um importante estudo de CINTRA (1988). De acordo com esta obra, trata-se de um conjunto de famílias escravizados naquela região e após a Abolição fundaram núcleos que se espalharam pelas redondezas. Vivendo basicamente da agricultura e alguns deles vendiam parte dos produtos, expostos em jiraus de paus, na beira da estrada para Garanhuns. E por conta disso, uma segunda comunidade se formou naquele município e ficou conhecida pelo nome de *Jirau*, perto do serrote do Gado Brabo. Unindo famílias do local com outras vindas dos lados de Canhotinho: os Oliveira.

A seguir citaremos alguns lugares, no município de Caruaru e vizinhanças, cujos nomes são apontados como

originários de agrupamentos negros e faremos alguns comentários sobre cada um deles:

Brejo da mulata: nome de uma serra e um aglomerado rural, em Caruaru, situada nos brejos ao Sul da cidade, com importantes fontes (nascentes) d'água mineral. O local está situado no pé da serra do lado Norte. Também é notória a quantidade de negros habitantes no local desde muito tempo e, que os próprios não sabem informar as origens.

Xambá: nomeia uma localidade no município de Riacho das Almas, mas antes aquelas terras pertenciam a Caruaru, nas proximidades da encosta Norte da Serra da Guarita e que durante muito tempo os moradores eram constituídos somente de negros. As informações sobre aquela comunidade negra, são que muitos trabalhavam nos fornos de cal, atividade comum na exploração das rochas calcárias.

Povoado de Serra Verde: situado no platô da serra do mesmo nome, cujo arruado está localizado mais na vertente Sul da Serra, com visão para o vale do Ipojuca. Recentemente jovens negros e negras que nasceram no local se mobilizavam para que o lugar seja reconhecido como quilombola. Até hoje, não foi formalizado o processo.

Zamba: nome de um sítio-fazenda, situado entre o povoado de Lages e outro sítio de nome Gafeiras, no 2º Distrito de Caruaru, sendo necessário um estudo aprofundado, pois a própria palavra indica origens africana e não indígena. Para justificar as nossas dúvidas pois não se registra aglomerado de famílias negras naquele local.

Barro dos pretos ou Barro dos Camilos: localizado no Oeste de Caruaru, na divisa com São Caetano. Embora a mestiçagem na comunidade seja

significativa, existe um bom número de famílias negras naquele lugar. Uma informação importante sobre aquela comunidade é o Terno de Zabumba e que homens da família dos Camilos eram os tocadores. Até hoje existem descendentes.

Sítio de Carapotós: embora o nome seja de referências indígena e de um possível povo indígena habitante naquelas terras, recentemente tomamos conhecimento que naquele lugar existiam muitos negros, mas atualmente são mínimos. Como as informações não foram confirmadas *in loco*, apenas citamos para posterior verificação.

Mondé dos Negros: nomeia uma localidade entre o município de Bezerros e Camocim de São Felix (a única que fica fora do atual território de Caruaru). Os moradores mais antigos afirmavam que era um local onde só existia “descendentes de escravos”. Versão confirmada pelo recenseador, de décadas anteriores, de forma verbal.

2. O nome de Caruaru

Como afirmado na apresentação desse livro, a pesquisa objetivou uma análise interpretativa das fontes consultadas e, neste tópico sobre as origens e significados da palavra Caruaru.

Assim, lembramos que minhas vivências como historiador tem como cenário teórico, um período diferente de quase todos os autores analisados. No entanto, reconhecendo que não tem sido tarefa fácil para os escritores/historiadores de Caruaru e alhures, responder a esta questão.

A historiografia existente tem muitas explicações sobre o assunto, porém, cada escritor, a sua maneira, tenta apresentar palavras ou conjunto de palavras acreditando serem as chaves para resolver este desafio. Conforme verão em tópicos a seguir, um conjunto de expressões e conceitos - vários conhecidos, no nosso vocabulário - enquanto outros serão vistos como ainda não compreendidos em toda a dimensão. Embora exista exceções, observamos muitas semelhanças sobre as definições dos termos.

A população em geral tem demonstrado grande interesse e curiosidades a respeito do assunto, no entanto fica limitada ao que vem sendo dito, de forma repetida a partir da década de 1950. Para os mais curiosos, a sensação é que as explicações deixam lacunas, pois as narrativas não satisfazem totalmente as expectativas do leitor. Poucos percebem, que, de tanto serem repetidas corremos o risco de acreditar nas versões como sendo a verdade sobre o significado da palavra Caruaru. Defendemos que o leitor continue duvidando do que vem sendo dito sobre o assunto.

O que nos motiva em apresentar alguns questionamentos é por considerar que a maioria das versões apresentadas até o momento, demonstraram argumentos frágeis e, alguns, até inverossímeis. E a preocupação aumenta quando nos deparamos com repetições de informações sem valor e consistência de uma pesquisa aprofundada. Por isso, pensamos que o assunto necessita ser reinterpretado ou pelo menos revisado. Neste

livro, talvez a revisão seja a questão mais importante a ser considerada.

Objetivamos contribuir com alternativas para novas reflexões e longe de afirmar que iremos apresentar uma versão verdadeira e definitiva. Não estamos confrontando ou desrespeitando as versões dos nossos antecessores, apenas consideramos que são como um jogo de palavras, somente prova a existência no vocabulário por si próprias, mas não justificam as origens do nome do Município de Caruaru.

A situação nos incomoda, à medida que não concordando em continuar repetindo no imaginário de todos as explicações preditas. Depois dessa introdução e antes de passar às apresentações das versões disponíveis, discutiremos várias palavras servindo de inspiração e motivação para os escritores: professores, jornalistas, poetas, documentaristas, cronistas, contistas e variados tipos de panfletos de órgãos públicos ou privados, cujos objetivos destes últimos é atender interesses apelativos ao turismo.

Caruara, caroara ou caru-uara; caru + aru ou aru, poço cururu, sapo cururu, caruru, caruaru, kalalu ou kalulu, urús, [...]

2.1. Questionamentos I

Para discutir este tópico temos as seguintes palavras chaves: *caruara*, *caroara* ou *caru-uara*. Independentemente das variações da palavra que designa a

doença, vamos grafar simplesmente como Caruara, por ser a mais usual, no meio rural.

Caruara; é uma moléstia que atacava o gado bovino, cujos sintomas é diarreia abundante, fraqueza e paralisia das pernas traseiras, levando a morte de muitos bezerros.

A partir dessa explicação conceitual, extraída dos dicionários, vamos tentar mostrar como cada obra disponível sobre a história de Caruaru tratou a questão.

1. Manuel da Costa Honorato. Dicionário Topographico, Estatístico e Histórico da Capitania de Pernambuco.

Trata-se de uma obra impressa em 1863, 7 anos depois de Caruaru ter sido elevado à categoria de Cidade. Por isso, consideramos ser o livro mais antigo que fala de Caruaru. Falando das leis e acontecimentos que transformaram a história político-jurídica deste Município.

Texto, aliás encontrado em outras obras mais recente, mostrando que alguns autores tiveram o livro de Manuel Honorato, como fonte. À medida que este autor copiou dos originais, embora não tenha citado nenhum e nem onde se encontram.

Sobre o assunto que rege este tópico, a obra de Manuel não tratou em nenhum momento sobre o nome Caruaru. A única coisa que encontramos foi um verbete com o nome - *CARURU, (riacho do) na freguezia de Nazareth, no engenho Crusahy.* (p. 34).

Revela apenas que o tal riacho ficava no engenho na freguesia de Nazareth em Pernambuco, então não teve como objetivo explicar nada neste sentido.

2. Sebastião de Vasconcelos Galvão – Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco.

Obra escrita e editada entre 1908 e 1927, no volume I (A-O), apresenta quatro explicações para o verbete Caruaru. Todas relacionados com o mesmo lugar geográfico, nesta ordem: A origem; a Estação Ferroviária; o Poço Caruaru; a “serrota” isolada: o Morro.

Sobre as origens da palavra, o autor apresentou duas explicações, A primeira diz respeito à doença caruara, que atacava os bezerros e a segunda, explicando que a população local frequentava um poço muito perigoso para pescar conhecido como Caru + Aru (local perigoso e comida perigosa). Juntando as duas expressões, teríamos: *comida perigosa*. A segunda explicação seria a existência de um o poço, mas, o autor na sua narrativa, informava que havia dois poços com as mesmas características. Um no Rio Capibaribe (no lugar Gameleira, perto de Limoeiro) e outro no Rio Ipojuca, perto da Fazenda Caruaru, sendo bem mais perto do Sítio Jacaré, ao Leste da Fazenda.

Diante da fraqueza dos argumentos o autor escreveu: “vacilamos em aceitar a significação” (p.164). Como que fortalecendo suas dúvidas, afirmou que sua fonte foi oral e tendo como base, “a tradição local”, que o próprio autor contestou, por não compreender, qual tradição seria esta, para ser repetida.

Para arrematar e fortalecer o nosso argumento sobre a seriedade desse autor, o próprio escreveu, na mesma página citada, que “em 1794, por documentos escritos, o lugar já existia com a mesma denominação atual”. Então já se chamava Caruaru.

3. Seguindo uma sequência cronológica da historiografia caruaruense temos duas outras obras que lamentavelmente, não tivemos acesso:

> **3.1.** Gercino Malagueta de Pontes “Pequena Corografia do Município de Caruaru”.

Um texto escrito pelo estudante de Engenharia em 1915. Foi a primeira obra elaborada por um caruaruense e com o objetivo de tratar sobre o município, sobre o tema em discussão, não foi além das explicações de Sebastião Galvão. Até o título do texto é semelhante ao de Galvão: Segundo Barbalho (1992, p.16), Gercino participou do 5º Congresso de Geografia e História do Brasil, realizado em 25 de maio de 1918, na cidade de Salvador, onde deve ter feito uma comunicação. Lamentamos que esta obra não esteja disponível, mas mereceria ser reeditada, pelo pioneirismo e ousadia do jovem estudante, mesmo sendo fora de sua área de formação.

> **3.2.** Padre Zacarias Tavares, artigo editado na Revista do Agreste nº4, entre 1953 e 1957.

Embora as ideias de Galvão sejam também repetidas, diferentemente de Gercino, este pároco foi o artesão e arquiteto principal de muitas versões explicativas sobre a história de Caruaru. Antes, durante e depois das festividades do Centenário de Caruaru em 1957, a cidade

respirava as explicações do Padre que a imprensa, os intelectuais e escritores da época repercutiram. Em seguida os poetas, músicos reforçaram às versões sobre as origens da história de Caruaru, inclusive, possivelmente repetindo as explicações de escritos anteriores. Com muitos “causos” ainda na atualidade sendo repetidos como verdades.

4. Rosalino Lima e Zacarias Campello: “Fatos históricos e pitorescos de Caruaru”.

Publicado em 1957, ano do centenário da Cidade. Estranhamente esses professores escreveram quase o mesmo dos escritos anteriores, mas exagerando um pouco o cenário. Vejamos o que citaram sobre o significado da doença *caruara*:

[...] pela quantidade de rezes morta, vitimada por essa doença, houve abundância de carniças. Então, os índios ao se alimentarem daquelas carnes se sentiram prejudicados (p. 15).

Repetiram a ideia da comida nociva, embora os educadores caruaruenses foram mais além do perdoável. Sob nossa ótica, estes professores demonstraram uma visão míope, ofensiva e preconceituosa em relação aos povos indígenas, em geral. Como foi possível afirmar que os índios, para sobreviver comiam a carniça do gado que morria com aquela doença? São afirmações sobre povos que os estudos evidenciam com enorme capacidade de sobrevivência, com as próprias estratégias, para prover

alimentos para todos por meio da caça, da pesca, atividades extrativistas e/ou agricultura.

Diante dessa análise, desejamos apresentar nosso protesto sobre essas ideias para nunca serem repetidas. Estranho também é imaginar que os autores quisessem que acreditássemos. Nesse contexto, como o descrito teria vinculações com os significados do nome da cidade de Caruaru?

Na leitura dessas obras, observamos que muitos repetiram a versão sobre a citada doença. A maioria desses autores informaram que as explicações apresentadas tinham a concordância de folcloristas como Teodoro Sampaio, Alfredo de Carvalho e afirmadas por Pereira da Costa, entre outros. A partir de suas interpretações concluíram que após pequenas alterações na grafia ou ainda na troca de uma letra por outra, o nome da doença seria considerado como a base para justificar o surgimento do vocábulo Caruaru.

5. Luís da Câmara Cascudo “Dicionário do Folclore Brasileiro”.

Este autor trouxe mais dúvidas em nossas buscas sobre o assunto. Escritor e folclorista, apresentou outra explicação sobre a palavra *caruara*, pois escreveu, sendo citado pelo próprio Nelson Barbalho (Op. cit., p.11), que na região da Amazônia é:

Um duende invisível, um bicho que inspira muito medo. Aparecem nos quintais e capoeiras, atacam as mulheres menstruadas com flechadas (invisíveis) e elas ficam sentindo dores reumáticas.

Devemos compreender que Câmara Cascudo não tinha como preocupação (nem objetivava) explicar o significado da palavra Caruaru, apenas escreveu o verbete no seu dicionário.

Para finalizar os primeiros questionamentos, consideramos importante apresentar uma obra discordante das anteriores. Então, nada está dito de forma definitiva.

6. João de Deus de Oliveira Dias “Caruaru: subsídios para sua história” (1971).

O professor e geógrafo João de Deus apresentou outra maneira de explicar o mesmo binômio:

A população indígena Cariri, em sua expressiva língua de vocábulos aglutinados, já havia, em épocas remotas, batizado essa região pelo topônimo Caruaru, procedente da união de dois importantes étimos: CARU = principal e ARU ou RU = lugar, campo, sítio, de significação tão honrosa para os caruaruenses, como seja a de Campo, Sítio ou Região Principal (1971, p.116).

Acreditamos se tratar de um argumento que além de não apresentar a(s) fonte(s), não evidencia fundamento técnico justificando uma possibilidade lógica de ser assim, como escreveu a definição de Caruaru. Na parte final do texto, o autor reforçou somente um caráter subjetivo e ufanista, à medida que apenas apresentou uma ideia etnocêntrica. Gostar da terra natal é uma coisa, mas afirmar que nasceu predestinada para ser a mais importante cidade na região é um grande exagero!

Portanto, esta explicação não garante uma resposta satisfatória para a questão estudada.

2.2. Questionamentos II

Nelson Barbalho, no livro: *Caruaru, nomes e cognomes* (1992), expôs todas as versões dos autores aqui também citados e outras ideias apresentadas pelo próprio autor. É importante informar que Nelson, primeiro expôs versões diversas e depois a dele própria.

Daremos uma ênfase maior para a sua visão pessoal, a qual, iremos analisar e fazendo comentários sobre as controvérsias que seus textos, nos impõem.

Na apresentação do livro, o autor se propôs a uma análise crítica sobre os outros autores, sem, no entanto, indicar a quem se refere diretamente, quando justificou por que escreveu a obra.

Existem inúmeras versões acerca das origens de Caruaru e de seu nome. Chocam-se entre si e não merecem muito crédito, pois, na maioria, não passam de lendas ou invencionices de escribas, que as difundiram e ainda difundem prejudicando, com isso, a verdadeira história de Caruaru (p. 09).

Analisando a citação, observamos muita semelhança entre crítica sobre o que escrevemos e naquilo que pretendemos com este recorte temático. Na página 14, Nelson Barbalho citou, em sua obra, o historiador Pereira da Costa, no volume X dos *Anais Pernambucanos*

tratando sobre o assunto da seguinte forma: “*é um nome de origem tupi, corruptela de caruar-y, alterado para caruar-u,*” O autor caruaruense apenas apresenta a versão e não fez nenhum comentário sobre a explicação do citado historiador dos Anais.

Resta-nos indagar sobre as origens da explicação. Da mesma forma, perguntamos sobre os dicionários dedicados a Língua Tupi, se neles existem os verbetes acima e sobre os respectivos significados. O texto nos diz apenas que há uma semelhança com a atual grafia, mas não apresenta sequer uma possível necessidade linguística comprovando da corruptela do nome Caruaru.

Na página 15, Nelson Barbalho apresentou os escritos do historiador e jornalista pernambucano Mário Melo na obra *Toponímia Pernambucana*, afirmando que este escreveu também sobre o tema, mas apenas reproduzindo as mesmas ideias do folclorista Alfredo de Carvalho, quando tratou sobre o *rio caruara*. Segundo o próprio Nelson Barbalho, tempos depois o próprio Mário Melo se retratou em matéria no Jornal do Comércio de 5 de dezembro de 1937, com a seguinte explicação:

O topônimo se originou da Fazenda Caruru, que é o nome de uma planta vitaminosa, espécie de bredo, e para ele, não há vocábulo corrompido nem relação alguma com caruara. Pe. Zacarias Tavares – No artigo já citado, do Jornal em 5 de dezembro de 1937.

Nelson Barbalho resgatou na página 20, o que escreveu o Padre Zacarias Tavares no artigo citado afirmando que o padre explicou o tema quando citou que

crescia muito brejo nas proximidades do Poço do Caruru. Concordando um pouco com Zacarias Tavares, disse que a palavra Caruaru foi uma corruptela do brejo Caruru.

Porém, em seguida, contra-argumenta mostrando, inclusive, outra narrativa, nos deixando abismado. Trata-se de uma espécie de protesto do próprio Nelson.

Caruaru não quer dizer, 'rio da caruara', ou diarreia dos bezerros, como afirmou Teodoro Sampaio, nem é o 'sítio do comer perigoso', tampouco 'sítio do caroá' (*Neoglazionia variegata* Mez) do tupinólogo Martius, e muito menos 'poço do cururu' (*Bufo marinus* L.). Trata-se do pensamento de Batista Caetano: **Vocabulário das palavras Tupiguaranis**, Rio de Janeiro: 1879, o qual acertadamente, informa que CARUARU é uma espécie de brejo. (Op. Cit., p. 26).

Nesta mesma perspectiva, Nelson Barbalho nos mostra mais uma obra buscando explicar as origens do nome Caruaru. A Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM, na década de 1970, patrocinou a edição da "Enciclopédia dos Municípios do Interior de Pernambuco", onde no volume I foi apresentado um tópico sobre Caruaru. Trata-se de uma edição na década de 1970, elaborada copiando as ideias de Teodoro Sampaio, Alfredo de Carvalho e outros autores.

Em certo momento, Nelson Barbalho se dispõe escrever sobre o assunto, apresentando algumas dúvidas, discorda dos outros autores, citando os equívocos e

criticando que muitas ideias foram “frutos de invencionices de uns ou da preguiça mental de outros.”

Em nossa revisão mostraremos textos extraídos do *Nomes e cognomes*, obra feita com a única finalidade: explicar a palavra Caruaru. Em vários aspectos concordamos com o autor, em outros, discordamos de forma veemente. Vejamos:

Texto 1:

Entre as diversas etimologias donde se tem tirado o nome **Caruaru**, há esta: No princípio, quando se começou a tirar aquele povoado do marasmo, apareceu certo dia um menino com grande porção de **urus**,⁴⁰ - aves que por aí há, se não me engano, da família galinácea (melhor dirão os Srs. Bufon e Cuvier); e querendo um sujeito comprá-los e achando excessivo o preço, disse: - Caro urus! E consta que pegou; e ficou o nome para este hoje tão importante lugar. (BARBALHO, p.10).

Este autor reproduziu o texto utilizando o nome dessa ave, reverberando seus escritos, em outro livro cujo título é: “Terra dos urus” (1970). Repetindo a explicação em outro, “Caruaru de Vila a Cidade” (1980), na página

⁴⁰ Uru: trata-se de uma ave cuja classificação da espécie é: *Odontophorus capueira* (a plumagem lembra uma codorna, porém, em dimensão bem maior, não possui calda e ocupa o solo de mata densa e há muito não existe no Agreste, sendo considerada extinta por aqui. Outro detalhe: a parte superior da cabeça tem uma pequena crista e as laterais do pescoço avermelhadas). Esta nota objetiva ampliar informações sobre a fauna na região.

180, criou ainda uma sensação de que foi o defensor dessa versão.

Porém, Barbalho afirmou que retirou a informação do “Diário de Pernambuco”, em matéria duplicada em agosto de 1856 e diz que *“trata-se de uma balela inventada [...] Isso parece um tanto pueril”*.

Texto 2:

Vejamos como com o autor explicou (em mais de uma obra de sua lavra). Aqui ele coloca a contribuição dos negros nas origens da palavra em foco.

Iniciou afirmando que os negros trabalhando nos engenhos em Pernambuco, muitos fugiam para o interior da Capitania (depois Província), e fundavam os Kilombos (*sic*). Inclusive, se fixando no Vale Médio do rio Ipojuca.

Como houvesse demasiada fuga de quilombolas e houvesse, também, muito suicídio de africano escravizado, saudosos da liberdade na terra natal, os portugueses amenizaram (*sic*) um pouco mais o tratamento dispensado às peças e permitiram que os negros, trazidos nos tumbeiros, conduzissem algumas poucas lembranças da África, como mudas de plantas, por exemplo. Entre estas, destacava-se o kalu’lu, plantinha que de logo se aclimatou no solo nordestino, alastrando-se por todas as suas áreas, principalmente as interioranas (Op. Cit., p.31).

Texto 3:

Nelson Barbalho acrescentou que ao analisar o “Dicionário Etimológico Resumido”, do Sr. Antenor

Nascente, encontrou que Caruaru se originou de um vocábulo africano - KALALU -, palavra alterada pela fala do índio, por uma razão muito forte: *“é que não tinha a letra ‘L’ em sua linguagem”*.

Escreveu o Sr. Antenor:

Dicionaristas notáveis registram CARURU como o nome vulgar de *Amarantus deflexus*, *Amarantus viridis*, ervas silvestres, comestíveis, da família das amarantáceas. No Grande Dicionário da Língua Portuguesa, Morais e Silva diz que CARURU é uma espécie de esparregado, constituindo apetitosa iguaria; e Antenor Nascente, no Dicionário da Língua Portuguesa, confirmando a origem africana do vocábulo - vindo de KALU'LU ou KALALU -, assegura que CARURU designa um preparado culinário em que entram quiabos e bredo (Barbalho, Op. Cit., p.31).

A citação escolhida por Nelson Barbalho não fez relação com as origens do nome de Caruaru, apenas com a comida caruru que, sem sombra de dúvida é bastante conhecida na região. Mas, qual a ligação com o nome da cidade?

NOSSAS CONSIDERAÇÕES

Nosso ponto primeiro, é dizer que, com poucas exceções, o foco dos pesquisadores que afirmam estarem em busca de revelar o significado do nome desta Cidade, está no caminho equivocado.

Vejamos cada palavra trabalhada por eles, sob a luz da nossa língua, vistas no Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio, colocadas aqui na ordem alfabética.

Vamos evitar grafar as expressões mostrando a classificação científica como: família e gênero a que pertencem as plantas e os animais. Dentro desse contexto, achamos que quando foram usadas as expressões não conseguiram determinar o significado da palavra Caruaru.

Para o arremate final, vamos recordar as palavras mais usadas pelos autores analisados, mostrando que, com poucas exceções, não tiveram como objetivos explicar o significado do nome desta cidade.

ARU - Pequeno sapo, espécie encontrada na região da Amazônia;

CARUARU – Além do nome da Fazenda fundada por Simão Rodrigues de Sá, Alguns autores cita a existência dois poços, um no Capibaribe e outro no Ipojuca, além de um rio no estado do Pará, todos com o mesmo nome;

CAROARA ou **CARUARA** – Doença de ataca os bezerros, com paralização de pernas e diária, normalmente fatal;

CARUÁ – No sul do País, é dito como uma inflamação sobre a pele. No Nordeste existem uma espécie de bromélia conhecida pelo nome Caroá;

CARUARA – Nome vulgar de uma formiga; quebranto, mau-olhado, enfermidade causada por feitiço, dor reumática, paralisia que afeta as articulações dos bezerros e de outros animais recém-nascidos. Às vezes grafado como *caroara*;

CARU – Não encontrei este verbete nos dicionários português;

CARURU – Nome dado as plantas conhecidas como bredo. Tem várias espécies, muitas delas comestíveis. Nome de uma iguaria baiana a base de quiabo, já explicada no texto;

CURURU – Palavra que se refere a sapo de grande porte;

UARA – Não tem. Existe a palavra Uaru, para uma espécie de peixe da família dos Cíclidas, no Brasil;

Como se vê, as palavras têm cada uma, seu significado, mas direta ou indiretamente não respondem a origem e o significado do nome Caruaru.

Fica claro até que não era o objetivo principal, à medida que estiveram muito mais justificando o que os outros diziam a respeito do assunto e, juntando tudo, não convenceram.

Acredito até, que os estudos explicam sobre: plantas, animais, doenças, pequenos acidentes geográficos, mas sem ligação com a palavra Caruaru. Consideramos até que não estavam nos objetivos desses autores essa tarefa, com exceção para aquele que forçaram malabarismos nas narrativas e afirmando que seria unido palavras, de que houve, com o tempo, mudanças na maneira da grafar certas expressões e que por corruptela, às vezes, chegou a palavra Caruaru.

Depois dessas explicações sentimos ainda necessidade de acrescentar algumas considerações sobre cada autor analisado, para mostrar que muitos deles têm sua maneira de escrever, sobre os significados, as origens, seus argumentos, mesmo não justificando ou fundamentando suas teorias. Cada ponto de vista sem apresentar provas e argumentos consistentes, aumentaram a complexidade do problema, dificultando uma conceituação definitiva.

Diante dos fragmentos transcritos por Nelson Barbalho, quando utilizou textos de outros autores, consideramos que não solucionou o desafio e somos

impelidos a destacar seu estilo literário, como uma dificuldade maior na compreensão do tema.

Embora sabemos que os escritos dele são livres das amarras e “ranços” acadêmicas e pela contundência de suas interpretações, exatamente quando discordou de alguns aspectos na fala de terceiros.

Iremos tratar apenas sobre o que mais impactou a nossa opinião. Vimos que o autor não concordou com as versões: da doença caruara, do comer perigoso, do poço cururu, etc. Embora, considerando que uma leitura mais acurada dos seus escritos, às vezes, persistiu dúvidas. Talvez pela irreverência de suas palavras. Como exemplo dessas dúvidas, quanto a sua defesa em questão do “bredo Caruru”, não ficou evidente quando ele misturou a expressão caruru (a comida) com a outra expressão: kalulu. Segundo o próprio, uma palavra surgiu pela maneira “errada” do escravizado expressar. Essa explicação empobreceu o assunto pelo viés preconceituoso.

Outra questão que consideramos extremamente fora de propósito, do ponto de vista da História, foi quando ele afirmou que os portugueses tratavam com benevolência os negros africanos, durante a viagem da África para o Brasil e, estes podiam trazer em suas bagagens, nos porões dos navios negreiros, até mudas de plantas.

Quando é sabido que durante a travessia os negros eram acorrentados e chicoteados constantemente, superlotação, eles eram obrigados a remar, evidenciando os maus tratos e doenças etc., vendo seus semelhantes

morrerem os negros eram obrigados a jogarem o morto no oceano (por esta prática, recebia o nome tumbeiros), e diante de tudo isso tinha alguns que se preocupava em cuidar de uma plantinha para cultivá-la aqui?

O mais intrigante é que, de acordo com a narrativa, (pedimos desculpas pela ironia), que foge da lógica e, ao contrário, podemos imaginar que os africanos saíam dos navios estropiados, famintos e alguns doentes. Nos portos no litoral brasileiro, com as mudas da dita planta nas mãos (ainda vivas?). É muito difícil compreender a cena.

Pelas condições impostas, ao chegar, era colocado em uma calçada para serem vendidos como animais, como peças. Podemos usar como ilustração, no nosso imaginário, as cenas apresentadas no filme “**Raiz**”. Pessoas da mesma família eram separadas aleatoriamente, sem piedade, com violência. Depois de vendido, o negro era encaminhado para o engenho do seu proprietário e onde, após o processo de “alojamento” na senzala, ainda acorrentados que só eram retiradas as correntes para o trabalho. Mas, no final do dia recolocava as correntes, repetindo este ato de forma constante.

Não temos informações se aquele vegetal (o bredo) é nativo do Brasil ou veio de fora. Depois de todo esse processo, o escravizado trazendo a planta, pediria autorização para plantar aquela muda (ainda viva?) em algum lugar. Que se adaptou rapidamente ao clima principalmente em Pernambuco e espalhou-se, “viajando” para o interior e se fixando em terras de Caruaru? Porém, por outras indicações, o mesmo autor, nos leva a acreditar que a comida caruru seja de fato a base do Quiabo.

Outra situação provocando a nossa imaginação é o esquecimento ou desconhecimento da Língua Tupi, segundo Pêro Magalhães Gandavo, afirmou que nela não existem as letras **F**, o **L** e o **R**, inclusive esta questão foi em outro contexto. Como então explicar que da palavra Kalalu ou Kalulu, sendo misturada com a língua dos índios e estes substituíram o **K** pelo **C**; e o **L** pelo **R**, dessa maneira surgiu a palavra **Caruru** ou mesmo **Caruaru**?

Para aumentar o nosso contraponto a esta versão, lembramos que os índios habitantes nas terras do atual município de Caruaru, não era Tupi e sim Macro-Jê, na maioria chamados de Cariri. O próprio Nelson Barbalho concorda e afirmou que os povos indígenas habitantes nas terras de Caruaru eram os Cariri e não os Tupi.

No entanto, pesquisando em obras específicas sobre os Cariri não encontramos nenhuma explicação sobre os referidos vocábulos, cujas referências são citadas abaixo. Também não foi possível comprovar que as expressões são da língua Tupi.

- **Arte de Gramática da Língua Brasílica da Nação Kiriri - Composta.** Do Padre Luiz Vincencio Mamiani (Companhia de Jesus e missionário da dita nação), obra impressa em Lisboa, em 1699.
- **Katecismo Indico da Lingva Kariris.** Escrito pelo Fr. Bernardo de Nantes (Capuchinho, pregador e missionário apostólico), a impressão do livro foi em Lisboa, em 1709.

Não discordamos que a palavra Caruru é uma comida típica - um ensopado - bastante comum na Bahia, feitas até a atualidade, onde os ingredientes principais são:

o quiabo, o azeite de dendê, muita pimenta e sempre complementado com camarão ou o peixe.

Também não desconhecemos a existência do bredo Caruru, na região. Porém, algumas espécies de bredo são poucos apreciados, porque contém uma baba quando é fervido, mas isso só ocorre caso não seja lavado e enxuto antes de colocar para refogar. O bredo Caruru é também conhecido como “bredos de porco”, com caule liso e de gosto amargo. Existindo também o “bredos-de-João-Gomes” com espinhos e por isso, ambos servem também como alimento para os animais. Mas, nenhuma dessas versões estão relacionadas as origens da palavra Caruaru.

Para concluir nossas reflexões sobre os significados ou sobre o significado do nome Caruaru, lembramos que os escritos sobre Caruaru, repetiram tantas vezes esta versão que está fixada no imaginário popular e no meio de ensino.

Por fim, apresentamos um trabalho musical paralelo, mas com um resumo sobre o que vários autores haviam escrito. Sob o título de “Caruara, Caruaru”, sendo uma composição de Lídio Cavalcanti e música de Sebastião Bianco. Um xote gravado pela Zabumba Caruaru, em 1972.

Dessa forma homenageamos os dois artistas. O primeiro falecido e o segundo completou 100 anos em 23 de junho de 2019. Lídio utilizou ideias encontradas em alguns livros de história e Sebastião musicou. Sendo uma criação musical e, por isso, a computamos como própria de uma linguagem alegórica, em um processo artístico-criativo, onde o poeta tem muita liberdade para externar

ideias e invenções, sem se preocupar com a linguagem científica.

Diante de tantas dificuldades para explicar de forma definitiva o significado da palavra CARUARU, o mais sensato e sincero é afirmar que, frente ao apresentado e do que não foi possível provar, sobre as origens desse vocábulo: foi a partir da estrutura linguística padronizada pelos nativos habitantes na região antes da chegada dos colonizadores? Não sabemos.

A convivência durante anos com as expressões socioculturais indígenas e negras no Brasil proporcionaram muitas contribuições para a nomeação toponímica em nosso país e, por isso, Caruaru não ficaria imune, diante dessas interferências.

Mesmo não respondendo de forma direta, mas afirmamos que possivelmente o nome é de origens indígena. Como também afirmamos na parte introdutória deste livro, trata-se também de uma opinião pessoal e factível de erros e imperfeições. Propondo remeter a questão para os futuros estudos, desde que novas condições e novos instrumentos para análises contribuam para responder o que todos nós gostaríamos de saber: o que significa a expressão Caruaru?

3. Ararobá e a Fazenda Caruaru

Para justificar o objeto da nossa pesquisa, utilizamos como instrumento do contraditório, o que afirmaram obras consultadas a respeito das supostas vinculações da história de Caruaru com a Sesmaria do

Ararobá. Isto é dito desde o ano do Centenário de Caruaru, 1957.

[...] em, 1671, aparecia a primeira grande propriedade territorial do Agreste, a célebre sesmaria “Ararobá”, dentro de cujos limites **surgiram** alguns dos mais importantes municípios agrestino - pernambucanos, tais como **Caruaru**, **Garanhuns**, Pesqueira, São Bento do Una, São Caetano, Altinho, Jupi, Tacaimbó, Lajedo, Belo Jardim, Cachoeirinha etc (BARBALHO, 1972, p.23). **Grifos nossos.**

Contrariando a citação acima, tentaremos evidenciar que a história da Sesmaria do Ararobá não explica o surgimento da Fazenda Caruaru, como também da cidade de Garanhuns. Bem como várias cidades citadas. Mas, iremos tratar somente do município de Caruaru. Por ter sido registrada mais enfaticamente a localização da concessão de terras no Agreste pernambucano, ousamos discordar da afirmativa, de que Caruaru é originária da Sesmaria do Ararobá.

Tanto Wilson (1980, p. 20) como Barbalho (1982, vol.4, p.125), concordaram com a seguinte explicação quanto a localização da sesmaria do Ararobá:

Ficava na parte que nomeão entre as terras de Opi, junto ao Riacho Lima, correndo para o sul até a Serra de Bocu e da terra do mesmo Riacho Lima correndo pelo Rio Ipojuca a Lima de uma banda e da outra até a Serra de Tacoaty, assim e da maneira que as pedem e confrontão em sua posição, para

eles, e seus herdeiros, e descendentes; as quais vinte léguas poderão tomar e demarcar em quadra, salteadas, juntas, ou apartadas como melhor lhes parecer ... Documento Histórico Pernambucano. Sesmarias, vol. I, Imprensa Oficial, Recife, 1954. (*apud* Barbalho e Wilson)

Os limites territoriais dessa sesmária, pela versão de Oliveira Dias (1971, p. 97), eram os seguintes:

Esta sesmária compunha-se do território cujos limites eram as águas pendentes para o rio Ipojuca e o riacho Mentirosos, a meia distância da confrontação da cidade de Caruaru e das nascentes do riacho, e descendo em rumo para o sul cruzava os rios Una e Pirangi, até uma légua de distância para o sul deste último rio e, conservando essa distância, seguia para oeste paralelamente com ele acima, indo até as confrontações com a atual cidade de Quipapá, de onde rumava à barra do riacho Água Vermelha no rio Canhoto e, pela margem esquerda do citado rio Canhoto ia às suas cabeceiras, subindo daí para o norte, passando pelas cabeceiras do rio Una e pela do Bocu atingia o rio Ipojuca, nas suas nascentes, e seguindo para leste pelo rio Ipojuca abaixo alcançava a foz do riacho Bituri, da qual rumava diretamente para a serra da Taquara e, pelas águas pendentes desta serra, entre os rios Ipojuca e Una, chegava até onde começava”.

As referências geográficas indicadas na localização da sesmária, se comparadas com os nomes conhecidos, atuais ou não, possibilitam a duvidar que a

Sesmaria do Ararobá, esteve diretamente relacionada com a história de Caruaru ou vice-versa.

Realizamos nossa análise-comparativa, tendo como base principal as indicações geográficas.

a) de acordo com as explicações dos dois primeiros autores:

a.1) a indicação da *Serra Opi*, foi aquela separando o Rio da Chata do Rio Canhoto, onde atualmente está localizada a cidade de Jupi. Inclusive, sendo informado que foi o local escolhido para a sede da sesmaria;

a.2) a *Serra do Bocu*, está localizada no atual município Venturosa e mantém o nome até a atualidade;

a.3) a *Serra de Tacoaty*, é atualmente chamada Itacaité, no atual município de Belo Jardim.

b) Para a versão do segundo autor, discutimos somente as indicações limitando o lado Norte da Sesmaria do Ararobá, tendo como relação as águas pendentes do rio Ipojuca, as terras no atual município de Caruaru, mas erroneamente citada a Missão do Ararobá em Cimbres:

b.1) a indicação do *Riacho Mentirosos* como referência de limites dessa Sesmaria é muito significativa. Na atualidade, o riacho ainda tem o mesmo nome a nascente fica entre o povoado de Terra Vermelha e a Serra São Francisco, passando por um lugarejo que também se chamava de Mentirosos, atualmente chamado Barra do Jardim, no município de Agrestina - e despejando no Una. Tudo indica que aquelas serras eram os limites com a sesmaria dos Rodrigues de Sá e a Sesmaria do Ararobá. Pelo exposto, nessa parte, a Sesmaria do Ararobá não alcançava as margens do Ipojuca onde estava a Fazenda Caruaru;

b.2) outro ponto que merece algumas considerações de nossa parte, foi quando o autor indicou as nascentes do

Ipojuca: “... e seguindo para o leste pelo rio Ipojuca abaixo alcançando a foz do riacho do Bituri, da qual rumava diretamente para a serra da Taquara”. Ora, isso significa que a linha divisória não ultrapassava para margem esquerda do Ipojuca. E isso é importante frisar para melhor argumentar o nosso desmentido, porque a Vila de Cimbres e/ou a Missão do Ararobá ficavam em cima das serras separando as águas do Ipojuca e o Ipanema. Estavam fora do domínio da Sesmaria e relativamente distante do vale do rio indicado. Também se torna significativo a pontuação da foz do riacho do Bituri, que tem as nascentes nas matas do mesmo nome no município de Brejo da Madre de Deus, passando em Belo Jardim e indo desembocar no Ipojuca, logo abaixo desta cidade. Portanto, é tributário do Ipojuca pelo lado esquerdo. Pois se era só até aquele local, os domínios de Bernardo Vieira de Mello chegavam até ali, então está comprovado que não alcançavam as serras do Ararobá;

b.3) na continuidade da narrativa sobre os limites, apontamos mais uma questão: se as fronteiras da Sesmaria, a partir do Bituri, rumava para Taquara “... e das águas pendentes desta serra, entre o Ipojuca e Una, chegava até onde começa”, essa explicação mais uma vez evidencia que os limites só ultrapassavam para o lado esquerdo do Ipojuca uma pequena faixa de terra. Porque se rumava direto para Taquara a qual pertence atualmente ao município de Caruaru. Ainda de acordo com a descrição, os limites a partir daquela Serra, atravessava para os lados de Altinho e assim reencontrava o ponto inicial no riacho Mentirosos.

Mais uma vez ficando evidente, que a vinculação da Sesmaria do Ararobá com a Fazenda Caruaru, era apenas de fronteira e mesmo assim, apenas em alguns

pontos, mas mantendo uma certa distância do leito do Ipojuca onde ficava a sede da Fazenda Caruaru.

Por aquela Sesmaria ter recebido o nome de Ararobá, ao nosso ver, não está definitivamente explicado. Mas, não está relacionado ao local da ocupação, administrativamente tratando - uma vez que foi a partir do estabelecimento de uma fazenda na Serra do Jupi, formando o divisor de águas para o rio Canhoto, ao Sul e o rio da Chata - afluente do Una, ao Norte, entre Garanhuns e Lajedo. Como afirmado, aquela fazenda foi fundada em 1698 pelo Capitão-Mor Antônio Vieira de Melo, iniciando ou (re)iniciando a exploração das terras concedidas ao seu pai Bernardo Vieira de Melo, em 1671.

Referências bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. Problemas das migrações pré-históricas na América Latina. In: **CLIO - Série Arqueológica, nº4**, extraordinário. Anais do I Simpósio de Pré-História do Nordeste Brasileiro. Recife, 1987.

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

AQUINO, R. Souza Leão de, et. al. **Os primitivos brasileiros**. Rio de Janeiro: Record, 2000. (Coleção Aventura no Tempo; vol. 1).

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.) **História da vida privada no Brasil, 2 - Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ANDRADE, Manoel Correia de. **O sentido da colonização**. Recife: 20 – 20 Comunicações e Editora, 1994.

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão - 1º volume**: da “cidade” de Braga à cidade de Vitória (1626-1843), Recife: CEHN/FIAM, 1983 (BPHM - 1).

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão - 2º volume**: da cidade da Vitória à Vitória de Santo Antão (1843-1982). Recife: CEHN/FIAM, 1983 (BPHM - 16).

ARAGÃO, José. **História da Vitória de Santo Antão - 3º volume**: da cidade da Vitória à Vitória de Santo Antão (1843-1982). Recife: CEHN/FIAM, 1983 (BPHM - 17).

ARROYO, Leonardo. **A carta de Pêro Vaz de Caminha**: ensaio de informação à procura de constantes válidas de método. São Paulo: Melhoramentos/INL, 1971.

AZCONA, Jesús. **Antropologia I – História**. Petrópolis: Vozes, 1992.

BARBALHO, Nelson. **Caruru, Caruaru**: (nótulas subsidiárias para a História do Agreste de Pernambuco). Caruaru: Prefeitura Municipal, 1972.

BARBALHO, Nelson. **País de Caruaru**. Recife: FAFICA/CEPED - Prefeitura Municipal de Caruaru, 1974.

BARBALHO, Nelson. **Caboclos do Urubá**: caminhos e personalidades da História de Pesqueira. Recife: CEHM / FIAM, 1977 (BPHM - 2).

BARBALHO, Nelson. **Caruaru de vila a cidade:** subsídio para a História do Agreste de Pernambuco. Recife: CEHM, 1980 (BPHM - 13).

BARBALHO, Nelson. **Meu povinho de Caruaru:** histórias de gente da gente. Recife: CEPE, 1980a.

BARBALHO, Nelson. **Vasto mundo:** panorama visto do Monte. Recife: CEPE, 1981.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.3°, 1631 a 1654. Recife: CEHM/FIAM, 1982b.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.4°, 1655 a 1678. Recife: CEHM/FIAM, 1982c.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.5°, 1679 a 1697. Recife: CEHM/FIAM, 1982d.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.6°, 1698 a 1712. Recife: CEHM/FIAM, 1982e.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a história do Agreste e Sertão - vol.7°, 1713 a 1650. Recife: CEHM/FIAM, 1983.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.8°, 1751 a 1775. Recife: CEHM/FIAM, 1983a.

- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.9º, 1776 a 1800. Recife: CEHM/FIAM, 1983b.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.10º, 1801 a 1810. Recife: CEHM/FIAM, 1983c.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.11º, 1811 a 1817. Recife: CEHM/FIAM, 1983d.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a história do Agreste e Sertão - vol.12º, 1818 a 1821. Recife: CEHM/FIAM, 1983e.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.13º, 1822 a 1823. Recife: CEHM/FIAM, 1984.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.14º, 1824. Recife: CEHM/FIAM, 1984a.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.15º, 1825 a 1828. Recife: CEHM/FIAM, 1984b.
- BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.17º, 1829 a 1830. Recife: CEHM/FIAM, 2001. (Obra póstuma).

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.18º, 1831. Recife: CEHM/FIAM, 2009. (Obra póstuma).

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a história do Agreste e Sertão - vol.19º, 1832 a 1833. Recife: CEHM/FIAM, 2014. (Obra póstuma).

BARBALHO, Nelson. **Cronologia pernambucana:** subsídios para a História do Agreste e Sertão - vol.20º, 1834 a 1835. Recife: CEHM/FIAM, 2015. (Obra póstuma).

BARBALHO, Nelson. **Altinho:** de antes da fazenda até a freguesia de Nossa Senhora do Ó. Recife: CEHM / FIAM, 1988 (BPHM - 25).

BARBALHO, Nelson. **Caruaru:** nomes e cognomes. Caruaru: Vanguarda, 1992.

BARBALHO, Nelson. Gente de Caruaru - Separata - **Revista de História Municipal nº5.** 1992.

BARBALHO, Nelson. **Caruaru:** sua prefeitura, sua autonomia municipal, sua emancipação política. Caruaru: Gráfica Art' Berg, 1993.

BARGMANN, Michel. **Nasce um povo.** Estudo antropológico da população Brasileira: como surgiu, composição racial, evolução futura. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

BARRETO, Carlos Xavier Paes. **Os primitivos colonizadores nordestinos e descendentes**. Rio de Janeiro: Editores Melso S/A, 1956.

BATISTA NETO, Jônatas. O poeta-historiador Constantino Cavafy e as civilizações Greco-Romana e Bizantina. In: **Revista de História julho-setembro, Vol. LIV, nº 107 – ano XXVII**. São Paulo: USP, 1976.

BEZERRA, Carlos Roberto. A Capela da Conceição. In: **Patrimônio Cultural de Pernambuco nº37**. Recife: Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes / FUNDARPE / Conselho Estadual de Cultura, Ano III - novembro/1985. (Encarte nº 37).

BUENO, Eduardo. **A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro: Objetiva. 1998 (Col. Terra Brasilis, 1).

CABRAL, Flávio J. Ferreira. **Bonito: das caçadas às indústrias**. Recife: CEHM/FIAM/Prefeitura Municipal de Bonito, 1988.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Movimentos e lutas sociais no Nordeste** (notas sobre as formas de resistência popular no Nordeste à multissecular dominação colonialista e capitalista). Caruaru: [s.i.e.], 1982.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Repensando os 500 anos: uma leitura político-educativa do processo de colonização das Américas**. João Pessoa: Ideia, 1994.

CARNEIRO, Edison. **Ladinos e crioulos:** estudos sobre o negro no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822 - 1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

CAVALCANTI, A. Leite. **História de Garanhuns.** Recife: CEHM/FIAM, 1983 (BPHM - 18).

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro:** do “descobrimento” a Canudos. 6 ed. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica).

CHIAVENATO, Júlio José. **Bandeirismo, dominação e violência.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1991 (Coleção Polêmica).

CINTRA, Ivete de Moraes. **Gabo Brabo:** de senhores e senzalas. Recife: FIAM/CEHM, 1988 (Coleção Tempo Municipal nº 11).

CONDÉ, José. **Terra de Caruaru.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1960.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 1. ed. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COSTA, F. A. Pereira da. **Anais pernambucanos:** 1635 - 1665, volume III. 2 ed. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Arquivo Público Estadual, 1983.

COSTA, F. A. **Anais pernambucanos:** 1834 -1850, volume IX. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Arquivo Público Estadual, 1966.

COSTA, Porto. **Canhotinho**: notas sobre suas origens e evolução política. Recife: CEHM, 1978. (BPHM - 4).

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Caderno C, p.7 de 16.10.1999.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Caderno Especial: Brasil 500 anos p.4 de 22.04.2000.

DIAS, João de Deus de Oliveira. Caruaru: subsídios para sua história. Caruaru: Prefeitura Municipal, 1971 (Ensaio monográfico).

DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 3 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

FERREIRA, Josué Euzébio. Igreja de Nossa Senhora das Dores, Caruaru - PE (um estudo de caso). Recife: (Ensino Monográfico), 1996.

FERREIRA, Josué Euzébio. **Sítio da Serra do Cachorro, Brejo da Madre de Deus, Pernambuco, Brasil**: uma contribuição ao estudo da área arqueológica dos Cariris Velhos. Recife: UFPE (Dissertação para o Mestrado em História), 1998.

FIGUEIREDO, Luiz Carlos; AMADO, Janaína. **Colombo e a América**: quinhentos anos depois. São Paulo: Atual, 1991.

FONSECA, Mário. **História da Diocese da Caruaru**. Caruaru: Prefeitura, 1971.

FREITAS, Décio. **Os Guerrilheiros do imperador**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 10 ed., São Paulo: Nacional, 1975.

FUSTEL DE COULANGES, N. Denis. **A cidade antiga**: estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. Trad. Jonas Camargo Leite. São Paulo: Hermus, 1975.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco vol. 1 (A - O)**. 2 ed., Recife: CEPE, 2006 (cópia fac-similar da edição de 1908).

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco vol.2 (P)**. 2 ed. Recife: CEPE, 2006 (cópia fac-similar da edição de 1910).

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco vol. 3 (Q - R)**. 2 ed., Recife: CEPE, 2006 (cópia fac-similar da edição de 1921).

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Dicionário Chorographico, Histórico e Estatístico de Pernambuco vol. 4 (S -Z)**. 2 ed., Recife: CEPE, 2006 (cópia fac-similar da edição de 1927).

GRAVATÁ. Série Monografias Municipais nº.8, Recife: FIDEPE, 1982.

HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário Topographico, Estatístico e Histórico da Capitania de Pernambuco**. Recife: Typographia Universal, 1863.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse preliminar do Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

JECUPÉ, Kaka Werá. **A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio**. Petrópolis: Vozes, 1998. (Série Educação para a Paz).

JORNAL DO COMMERCIO - Caderno Cidades, pág.8 de 21.05.2000.

JORNAL VANGUARDA, Caruaru. Edição Especial. 02 a 08 de dezembro de 1995.

LACERDA, Antônio José. **Caruaru na história do Brasil e do Nordeste** (sem indicação de local e de editora), 1995.

LIMA, Antônio J. A importância da ferrovia no Brasil. Caruaru: Especialização FAFICA, 1995. (Ensaio Monográfico - Especialização em História Econômica).

LIMA, Rosalino da Costa; CAMPELO, Zacarias. **Fatos históricos e pitorescos de Caruaru**. Recife: [s. i. e]. 1957.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Capistrano de Abreu e o povoamento do sertão pernambucano. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**. Recife: ano 1978. (Separata do Volume L).

MACIEL, José de Almeida. **Questões de toponímia municipal pernambucana**. Recife: CEHM/FIAM, 1984. (Coleção Tempo Municipal, 3).

MATOS, Carlos Eduardo. Os achados do descobrimento. **Revista Nova Escola**. Nº 127, nov./99, 1999.

MELATTI, Júlio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2007.

MELO, Mário. **Síntese cronológica de Pernambuco**. 2ª. ed. Recife: Fundação de Cultura, Cidade do Recife, 1985. (Separata do volume XXXVIII da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambucano, da Coleção Recife).

MENDES JÚNIOR, Antônio; RONCARI, L.; MARANHÃO, Ricardo. **Brasil História: texto & consulta** - vol. I - Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MENEZES, José Luís Mota; RODRIGUES, M^a do Rosário Rosa. **Fortificações portuguesas no Nordeste do Brasil, séc. XVI, XVII e XVIII**. Recife: Pool, 1986.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Ática, 1987. (Série Princípios, 106).

MOURA, Severino Rodrigues de. **Senhores de engenhos e usineiros, a nobreza de Pernambuco**. Recife: FIAM/CEHM/SINDAÇÚCAR, 1998. (Coleção Tempo Municipal, 17).

NEVES, Ana Maria Bergamin; HUMBERG, Flávia Maria Ricca. **Os povos da América: dos primeiros habitantes às primeiras civilizações urbanas**. São Paulo: Atual, 1996.

NOVAIS, Fernando. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI - XVIII)**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1977. (Caderno CEBRAP, 17).

PAULA, E.D. de; PAULA, L.G. de; AMARANTE, E. (Coords.) **História dos povos indígenas: 500 anos de luta no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes/CIMI - Conselho Indigenista Missionário, 1984.

PIRES, Maria Idalina da Cruz. **“Guerra dos Bárbaros”**: resistência indígena e conflitos no Nordeste colonial. Recife: FUNDARPE, 1990.

POTIGUARA, Eliane. **A terra é a mãe do índio**. Rio de Janeiro: GRUMIN - Grupo Mulher - Educação Indígena / UNICAMG, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

Revista Aconteceu nº. 18 - Especial - Povos Indígenas no Brasil: 1987/88 /89/90. Brasília: CEDI/MEC/FAE, 1994. (Nordeste - Capítulo 10).

Revista Super Interessante. Ano 12, nº12, dez/98, (p.80-85) - Reportagem de Cláudio Ângelo.

RODRIGUES, José Honório. **História Viva**. São Paulo: Global, 1985.

SANTOS, Luiz Cristóvão dos. **Caminhos do Sertão - crônicas**. Recife: [s. i. e], 1987.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil 1500 – 1627**. 5 ed., São Paulo: Melhoramentos, 1965.

SILVA, Edson. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1959-1988**. 2. ed. Recife, EDUFPE, 2017a.

SILVA, Edson. Povos indígenas no Nordeste: mobilizações sociopolíticas, afirmações étnicas e conquistas de direitos. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 7 nº 1, p. 147-172, 2017b.

SILVA, Edson. Índios no Semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades. **Clio**, v.35, p. 254-272, 2017c.

SILVA, Edson. Os Xukuru e o "sul": migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. **Clio Série História do Nordeste** (UFPE), v. 26.2, p. 215-244, 2009.

SILVA, Maria Leda Oliveira Alves da. **Floresta do Navio**: uma cidade pernambucana do gado (1850 -1888). Recife: UFPE, 1997. (Dissertação de Mestrado em História).

SILVA, Leonardo Dantas. **Alguns documentos para a história da escravidão**. Recife: FUNDARPE / Massangana, 1988.

SODRÉ, Nelson W. **Formação história do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TAPAJÓS, Vicente. **História administrativa do Brasil**: organização política e administrativa do Império - Volume 9. Brasília: FUNCEP, 1984.

TIGRE, Sylvia. (Coord.). **Plano de preservação dos sítios históricos do interior de Pernambuco - PPSHI**: municípios do litoral e do circuito de Fazenda Nova. Recife: SEPLAN-PE/SUDENE/FIAM, 1982.

WILSON, Luís. **Ararobá, lendária e eterna** (notas para a história de Pesqueira). Recife: CEPE, 1980.

QUER SABER MAIS SOBRE A EDITORA OLYVER?

Em www.editoraolyver.org você tem acesso a novidades e conteúdo exclusivo. Visite o site e faça seu cadastro!

A Olyver também está presente em:



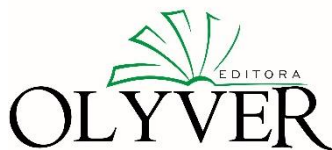
facebook.com/editoraolyver



[@editoraolyver](https://twitter.com/editoraolyver)



Instagram.com/editoraolyver




www.editoraolyver.org
editoraolyver@gmail.com

Além de interagir como o contexto sociohistórico quando foi elaborado e tornado público, esse livro dialoga com outros textos, autores, ideias, percepções, conceitos, abordagens, evidenciando a importância e pertinência das reflexões do autor. Um livro esgotado com várias fotocópias circulando, justificando por si só, há muito tempo a necessidade de publicação dessa segunda edição revista. Com esse livro Josué Euzébio, discutiu com propriedade explicações consolidadas a partir de repetições, sobre as origens da palavra Caruaru. Elencando e dialogando com escritores, pesquisadores e intelectuais tratando do assunto, Josué pôs em dúvidas interpretações, questionou afirmações em um debate indispensável para novas pesquisas, evocando a identificação consistente das fontes, e, assim, possibilitando coerências com as exposições dos significados atribuídos a expressão de nomeação Caruaru. O livro de Josué Euzébio vem sendo uma considerável e reconhecida contribuição para serem continuadas as discussões nos fluxos de novas pesquisas, estudos, abordagens nas reflexões acerca da colonização no Agreste/Semiárido pernambucano.

ISBN: 978-65-87192-80-2




OLYVER
www.editoraolyver.org

